



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

SÉRGIO MATIAS DA SILVA

**O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO EM DEBATE: UM ESTUDO EM
PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NAS ÁREAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
DA ARQUIVOLOGIA**

Rio de Janeiro – RJ

2018

SÉRGIO MATIAS DA SILVA

**O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO EM DEBATE: UM ESTUDO EM
PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NAS ÁREAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
DA ARQUIVOLOGIA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Orientador: Prof^a Dr^a Aline Lopes de Lacerda

Rio de Janeiro – RJ

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

S Silva, Sérgio Matias da
O documento fotográfico em debate: um estudo em
periódicos científicos nas áreas da Ciência da
Informação e Arquivologia / Sérgio Matias da Silva. -
- Rio de Janeiro, 2018.
155

Orientadora: Aline Lopes de Lacerda.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos, 2018.

1. Fotografia. 2. Documento fotográfico. 3.
Periódico científico. 4. Informação imagética. I.
Lacerda, Aline Lopes de, orient. II. Título.

SÉRGIO MATIAS DA SILVA

**O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO EM DEBATE: UM ESTUDO EM
PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NAS ÁREAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
DA ARQUIVOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Aline Lopes de Lacerda – Orientadora

Prof. Dra. Anna Carla de Almeida Mariz – Membro Interno Titular

Prof. Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello – Membro Externo Titular

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo – Membro Interno Suplente

Prof. Dra. Ana Luce Girão – Membro Externo Suplente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu pai João e minha mãe Edineusa por me concederem a possibilidade de iniciar e continuar meus estudos sempre me incentivando a prosseguir nessa jornada;

Agradeço à minha namorada Jéssica por me ouvir e apoiar nos momentos difíceis;

Agradeço aos amigos de mestrado, principalmente Diogo, Flávio, Amanda e Bárbara pela camaradagem, brincadeiras e discussões reflexivas;

Agradeço também a Professora Aline Lopes de Lacerda pela orientação, amizade, disposição e troca de conhecimento que possibilitaram a conclusão deste trabalho;

Agradeço por último aos membros da banca examinadora Anna Carla, Maria Teresa, João Marcus e Ana Luce por serem sempre muito prestativos, atenciosos e gentis.

No fundo a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa.

Roland Barthes

Não fazemos uma foto apenas com uma câmera; ao ato de fotografar trazemos todos os livros que lemos, os filmes que vimos, a música que ouvimos, as pessoas que amamos.

Ansel Adams

RESUMO

Busca-se neste trabalho analisar a fotografia como objeto de estudo nas áreas da Arquivologia e Ciência da Informação a partir do levantamento, leitura e análise da produção científica resultante desse debate nos principais periódicos das áreas, visando atualizar e aprofundar o debate sobre os documentos fotográficos em ambas as áreas, estabelecendo assim um quadro compreensivo e tecendo questionamentos em prol do desenvolvimento da temática. Aliado a isto, nos propomos também a revisitar a bibliografia acerca da trajetória do conceito de documento fotográfico no âmbito arquivístico, destacando e analisando questões relacionadas ao contexto, valor documental, diplomática, e questões atuais e tecnológicas da fotografia em conexão com a abordagem da Ciência da Informação, além de discutir a gênese da fotografia no século XIX intrinsecamente ligada ao seu uso documental, relacionado por sua vez ao seu suposto estatuto de verdade e fragmento do real.

Palavras-chave: Fotografia; Documento fotográfico; Periódico científico; Informação imagética.

ABSTRACT

This work aims to analyze photography as an object of study in the areas of Archives and Information Science from the survey, reading and analysis of the scientific production resulting from this debate in the main periodicals of the areas, aiming to update and deepen the debate on photographic documents in both areas, thus establishing a comprehensive framework and questioning the development of the theme. Alongside this, we also propose to revisit the bibliography about the trajectory of the concept of a photographic document in the archival area, highlighting and analyzing issues related to the context, documentary, diplomatic, and current and technological issues of photography in connection with the approach of Science of information, in addition to discussing the genesis of photography in the nineteenth century intrinsically linked to its documentary use, related in turn to its supposed status of truth and fragment of the real.

Keywords: Photography; Photographic document; Scientific journal; Imaging information.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Periódicos pesquisados organizados por localização..... | 81 |
| Quadro 2 – Quantitativo de artigos sobre fotografia por Estado..... | 83 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Artigos sobre fotografia dispostos nos grupos de análise..... | 84 |
| Gráfico 2 – A fotografia como tema de pesquisa através dos anos..... | 85 |
| Gráfico 3 – Filiação dos periódicos..... | 87 |
| Gráfico 4 – Pertencimento dos periódicos..... | 88 |
| Gráfico 5 – Formação dos autores..... | 89 |
| Gráfico 6 – Atuação profissional dos autores..... | 91 |
| Gráfico 7 – Artigos que debatem a fotografia como documento através dos anos..... | 111 |
| Gráfico 8 – Artigos que debatem a fotografia como informação através dos anos..... | 126 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – As funções arquivísticas nos artigos sobre fotografia como documento..... | 114 |
|--|-----|

LISTA DE SIGLAS

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

AAERJ – Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPAI – Centro de Pesquisa em Arquitetura da Informação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FACC – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

FCMSCSP – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNARTE - Fundação Nacional de Artes

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

GPAF – Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos

ICU – Instituto Cultural Itaú

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IMS – Instituto Moreira Salles

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UCAM – Universidade Cândido Mendes

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal d Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNB – Universidade Federal de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1. A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO..... | 20 |
| 1.1 O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO..... | 20 |
| 1.2 A NOÇÃO DE VERDADE FOTOGRÁFICA: DA VEROSSIMILHANÇA AO REFERENCIAL DO ÍNDICE..... | 24 |
| 1.3 FUNÇÕES DO DOCUMENTO..... | 29 |
| 1.4 UM “ESPELHO” DE MUITOS REFLEXOS..... | 34 |
| 1.5 A ENTRADA NOS ARQUIVOS..... | 37 |
| 2. O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA ARQUIVOLOGIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO..... | 39 |
| 2.1 ABORDAGENS E PROBLEMATIZAÇÕES: A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO..... | 39 |
| 2.2 QUESTÕES ATUAIS E NOVOS DESAFIOS: A FOTOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO..... | 54 |
| 3. A FOTOGRAFIA NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ARQUIVOLOGIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO..... | 69 |
| 3.1 POR QUE PESQUISAR?..... | 69 |
| 3.2 A IMPORTÂNCIA DO PERIÓDICO CIENTÍFICO..... | 72 |
| 3.3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA..... | 74 |
| 3.4 ANÁLISE QUANTITATIVA..... | 80 |
| 3.5 ANÁLISE QUALITATIVA..... | 92 |
| 3.5.1 GRUPO 1: FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO..... | 93 |
| 3.5.1.1 ESTUDOS VOLTADOS PARA A TEORIA..... | 94 |
| 3.5.1.2 ESTUDOS DE CARÁTER PRÁTICO..... | 101 |
| 3.5.1.3 PANORAMA GERAL DO GRUPO 1: FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO..... | 110 |

| | |
|---|-----|
| 3.5.2 GRUPO 2: FOTOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO..... | 118 |
| 3.5.2.1 PANORAMA GERAL DO GRUPO 2: FOTOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO..... | 126 |
| CONCLUSÃO..... | 133 |
| REFERÊNCIAS..... | 136 |
| ANEXOS..... | 146 |

INTRODUÇÃO

A fotografia sem dúvida alguma mudou a maneira como enxergamos o mundo. Entendida essencialmente como uma técnica de criação de imagens por meio de exposição luminosa, fixando-as em uma superfície sensível, a primeira fotografia reconhecida remonta ao ano de 1826 e é atribuída ao francês Joseph Nicéphore Niépce. Contudo, nomes como de Daguerre (autor da primeira patente para um processo fotográfico, o daguerreotipo) e William Fox Talbot (desenvolvimento de técnicas de fixação da imagem da câmera escura) mostram que a invenção da fotografia não é obra de um só autor, mas um processo de acúmulo de avanços por parte de muitas pessoas, trabalhando, juntas ou em paralelo, ao longo de muitos anos.

O ato de fotografar está tão intimamente ligado com a construção de memórias que hoje em dia é praticamente impossível falar do passado sem ter como incentivo uma imagem fotográfica. Fotografias aliadas a narrativas de vida ajudam no processo de acionamento de lembranças e, por conseguinte uma imagem daquilo que queremos eternizar em nossa memória. Os documentos fotográficos traduzem valores, ideias e comportamentos que permitem recuperar formas de ser e agir de diferentes grupos sociais.

Mauad (2005, p.139) entende que a análise da fotografia como documento foi por muito tempo prejudicada pela falsa ideia de que uma fotografia registra a realidade como aconteceu. Essa premissa não levaria em conta que a fotografia – tal qual um texto – teve um processo de produção, circulação e uso. A fotografia deve então ser assim interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. Podendo ser entendida como um documento e objeto de estudo, o seu desenvolvimento conceitual se entrelaça com a história de diversas disciplinas como História, Antropologia, Ciência da Informação e também Arquivologia.

Sugere-se que a invenção e posterior difusão da fotografia relaciona-se com a perspectiva arquivística porque os momentos de definição tanto da história dos arquivos modernos como da história da fotografia podem traçar-se em um mesmo período.

Fotografia e Arquivos foram enraizados nos pressupostos epistemológicos do empirismo do século XIX. Schwartz¹ (2000, p.37) explica que a noção de que os arquivos forneciam evidências sem mediações, imparciais e autênticas, fizeram eco da convicção de uma série de fotógrafos do século XIX que atribuíram às fotografias um papel comparável ao de "arquivos da nossa memória". Assim, o impacto da fotografia – como meio, documento e prova – no século XIX refletiu e provavelmente influenciou profundamente na visão dos primeiros teóricos arquivistas sobre as propriedades de todos os documentos como pertencente ao universo dos arquivos.

Schmidt (2013, p.5) identifica três períodos que caracterizariam a História da Arquivologia enquanto campo disciplinar, ou seja, seu processo de desenvolvimento. Tal “linha do tempo” teria início em 1789 com a Revolução Francesa e o que se chama de período da *Arquivologia Clássica*, do arquivo como instituição e serviço, que vai até a Segunda Guerra Mundial (início da década de 1940). Nessa fase, podemos ver uma centralização dos arquivos, constituição do Princípio da Proveniência e dos manuais, como o famoso manual dos Holandeses. Questões arquivísticas se desenvolveram tendo por base os documentos de valor histórico, públicos e em suporte papel.

No período pós-guerra até final da década de 1980 – chamada de *Arquivologia Moderna* – vemos um aumento da produção documental, gestão de documentos, separação entre *records* e *archives* nos EUA, ou seja, entre documentos correntes e permanentes, desenvolvimento da teoria do Ciclo Vital, criação do conceito de “documento especial”², etc. Enfim, é um período de ampliações e diversificações teóricas, todavia não de rupturas.

Já a partir do final da década de 1980 – que assiste ao desenvolvimento do que se convencionou chamar de *Arquivologia Contemporânea* – novas questões se apresentam à área frente aos avanços tecnológicos, novas formas de produção documental, e o salto tecnológico representado pelos documentos eletrônicos. Esse período anuncia a diversidade de abordagens para a área, além de diferentes definições sobre o seu objeto científico. No Brasil, assistimos à ampliação dos cursos de graduação

¹ Tradução Livre.

² “Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica”. ARQUIVO NACIONAL, 2005.

na área, Lei de Arquivos de 1991, consolidação de eventos científicos, aumento da produção de publicações pela comunidade científica e a Lei de Acesso à Informação de 2011.

Fonseca (2005, p.59) parte do princípio que de fato vivenciamos um novo paradigma, e nessa perspectiva o objeto da Arquivologia se deslocaria do documento em si para o seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos de sua criação. A teoria arquivística tende agora se basear na análise dos processos de criação dos registros.

O conceito tradicional de arquivo, sendo o da informação registrada em um suporte físico, tornou-se estreito demais diante das novas tecnologias:

Surgiram os imperativos das mudanças na forma dos documentos e nos métodos de trabalho e as adaptações das transformações rápidas na própria tecnologia. Só o assenhramento da proveniência e do contexto é que asseguram resultados satisfatórios contra a confusão e a perda do que realmente interessa saber dos documentos de arquivo (BELLOTO, 2014, p. 335).

É inimaginável pensarmos hoje em dia que pesquisas possam ser feitas apenas com textos escritos. Miguel (1993, p. 121) entende que a diversidade da documentação contemporânea põe em cheque a própria noção de documento e seu respectivo tratamento. A ideia errônea de que apenas documentos escritos podem ser usados como fontes de reconstrução do passado, em detrimento de outros tipos, levou pesquisadores a abrirem mão de fontes riquíssimas por não seguirem o padrão vigente. Todavia, a multiplicação dos documentos visuais, em especial a fotografia, exige um estudo mais aprofundado de seu significado e seu conteúdo enquanto registro de um fato.

Balances gerais e publicações de fato apontam consensualmente a década de 1980 como o marco inicial do reconhecimento da fotografia como documento no Brasil. A habilitação do documento fotográfico para a pesquisa vem se dando sob vários aspectos, da preocupação com a preservação ao movimento de valorização da fotografia no campo acadêmico explorando as relações entre esse registro e a sociedade, segundo uma ótica histórica, antropológica, semiótica, entre outras. (CARVALHO; LIMA, 2000, p. 22).

Segundo Mauad (2005, p. 137) percebe-se uma disposição cada vez maior a usar a fotografia como representação repleta de significados, isto é, como fonte de pesquisa válida para a reconstrução do passado. A necessidade dos pesquisadores em problematizar temas pouco trabalhados levou-os a ampliar seu universo de fontes. Dentre esses novos temas estão a vida privada, o cotidiano, a mentalidade, entre outros, ou seja, uma micro história que para ser narrada não demanda somente informações oficiais, mas sim abrangendo outras fontes como as iconográficas.

Os chamados documentos especiais - cujo enfoque dado nesta pesquisa será a fotografia - passaram (e vem passando) por diversas transformações. Arquivo é, por sua definição mais simples, um conjunto de documentos. Todavia esse conjunto era comumente remetido a documentos textuais, herança de uma “Arquivologia histórica” entendida como mera ciência auxiliar voltada majoritariamente para pesquisas. O desenvolvimento da área trouxe uma problemática sobre essa definição.

Arquivo pode ser entendido como um “conjunto de documentos de qualquer natureza”, reunidos orgânica e automaticamente por um corpo administrativo, uma pessoa física ou jurídica, em razão de suas funções ou de sua atividade” (DUCHEIN, 1982, p.20). Ou ainda como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27).⁴ Percebe-se por essas duas definições básicas que os elementos primordiais que caracterizam um conjunto de documentos como sendo um arquivo são a sua proveniência e organicidade, e não o gênero documental.⁵

As mais importantes características identificadoras dos documentos de arquivo relativamente aos outros tipos de documentos são o Princípio da Proveniência (vínculo ao órgão produtor/ receptor/ acumulador) e o Princípio da Organicidade (a coerência lógica e orgânica no contexto de produção, o vínculo aos outros documentos do mesmo conjunto) (BELLOTO, 2014, p. 32).

³ Grifo nosso.

⁴ Grifo nosso.

⁵ “Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e a forma de registro da informação [...]”. ARQUIVO NACIONAL, 2005.

Para Siqueira (2014) a bibliografia teórica, ou seja, a interpretação do documento fotográfico no âmbito arquivístico, no entanto ainda carece de um aprofundamento maior. Percebe-se que por muito tempo trabalhos sobre a fotografia na Arquivologia foram pautados em estudos de casos, ou seja, análises de arquivos específicos. Há ainda os estudos que utilizam a fotografia como ilustração para reforçar o conteúdo do texto, e assim muitas vezes esvaziando os seus significados.

Tais estudos encontram uma barreira para o seu desenvolvimento na própria carência de arcabouço teórico no tocante a esse tipo de documentação. As escassas pesquisas existentes avançam muito pouco no aspecto metodológico, voltando-se na maioria dos casos para apresentações práticas:

A produção bibliográfica sobre o assunto também é escassa, limitando-se a poucos manuais, catálogos, capítulos de livros, estudos de caso e comunicações científicas, além de algumas monografias, dissertações e teses. [...] no campo da documentação audiovisual, iconográfica e sonora, no que diz respeito à terminologia e tratamento arquivístico, não há produção significativa capaz de estabelecer metodologia própria e padronizada (SIQUEIRA, 2014, p.13).

Porém, mudanças conjunturais estão fazendo essa percepção ser alterada e a fotografia ganhar cada vez mais importância no mundo arquivístico, sendo objeto de importantes análises conceituais.

O desenvolvimento tecnológico em ritmo acelerado, aliado a um mundo cada vez mais dinâmico faz com que antigas definições de arquivo sejam repensadas em virtude da emergência de novos tipos de documentação, ou seja, uma multiplicidade de novos fatores representados principalmente pelo aumento crescente de documentos audiovisuais⁶, iconográficos⁷ e sonoros⁸.

A ampliação de tais usos e problematizações dos documentos fotográficos se sentem também nos estudos da Ciência da Informação, na medida em que o tratamento

⁶ “Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas.” ARQUIVO NACIONAL, 2005.

⁷ “Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras.” ARQUIVO NACIONAL, 2005.

⁸ “Registro sonoro, como disco e disco fita audiomagnética” ARQUIVO NACIONAL, 2005.

da informação que vem embutida no registro é igualmente passível de reflexão também nesta área. Enquanto a Arquivologia se debruça sobre o caráter documental do registro fotográfico, a CI (tendo como objeto de estudo a informação) vai ao encontro da chamada informação imagética⁹, com estudos buscando analisar suas características e particularidades. Tais estudos acerca da representação do conhecimento imagético vêm demonstrar que a área possui alicerces e discussões pertinentes sobre as imagens fotográficas que podem ser utilizadas pela Arquivologia em uma abordagem interdisciplinar.

A proposta desta pesquisa é realizar um estudo sobre a conceituação da fotografia enquanto documento e o desenvolvimento desse debate no âmbito da arquivística e da Ciência da Informação a partir do recorte e fontes escolhidos. Busca-se historicizar o debate, trazendo-o para a atualidade, balizando as convergências e divergências das disciplinas – se e quando houver – em direção à compreensão das imagens fotográficas como objeto de estudo.

No primeiro capítulo buscaremos introduzir um histórico visando explicar a evolução dos usos e crenças que permitiram a fotografia ser usada como documento e ter força de evidência na sociedade, a partir do século XIX. No segundo capítulo analisaremos o documento fotográfico na Arquivologia, sua trajetória, principais questionamentos e problemáticas atuais na disciplina em conexão com as abordagens mais relevantes do campo da Ciência da Informação sobre o tema.

No terceiro e último capítulo, abordaremos a fotografia como objeto de estudo a partir das principais revistas arquivísticas e da Ciência da Informação, no intuito de verificar as formas de inclusão da fotografia no rol das suas discussões teórico-metodológicas.

Embora se constituindo em região pouco explorada pela arquivística como um todo, com poucos trabalhos disponíveis, notamos que o tema vem sendo objeto de reflexão e vem caminhando no sentido de se construir, de fato, uma forma teórico-metodológica mais pertinente para ser aplicada às fotografias nos arquivos. O caminho, no entanto, ainda é longo.

⁹ A conceituação de “imagético” utilizada neste trabalho deriva da definição advinda da Ciência da Informação, onde pode ser entendida como qualquer informação que se exprime por imagens.

1. A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

Ao longo de sua trajetória, a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, "testemunho da verdade" do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza físico-química - e hoje eletrônica - de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como estes de fato se parecem, a fotografia ganhou elevado status de credibilidade.

Desde seu aparecimento foi dado à fotografia um valor documental baseado em tal princípio de prova e realidade que a caracterizariam. Seu aparecimento foi a junção da automação de um lado e do desenvolvimento de técnicas para sua fixação de outro, suscitando, a partir daí uma série de discussões em relação às suas múltiplas facetas e sobre sua absorção e uso por diversas áreas do conhecimento.

No presente capítulo propomos uma reflexão sobre o contexto no qual o estatuto da fotografia como uma representação fiel da realidade foi sendo moldado, da mesma forma que seu valor documental, no cenário do século XIX. Serão considerados seu desenvolvimento técnico e os debates intelectuais travados em função das novidades que a imagem fotográfica trazia para o campo visual, em certa medida determinantes para o seu entendimento e das funções a que esteve sujeita, tanto nas práticas do período, quanto por parte dos profissionais e pesquisadores que a olham como fonte de estudos do passado. Por fim, descortina-se a compreensão a partir do século XX que entende ser a fotografia um registro influenciado ideologicamente e permeado por inúmeras facetas interpretativas.

1.1 O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

A capacidade sem precedentes de fixar a imagem da câmera obscura, para fazer imagens detalhadas e realistas diretamente da natureza, para fazer cópias exatas e múltiplas de objetos ou desenhos desafiaram as aplicações às quais a imagem já havia sido pensada. Schwartz (2000, p.6) destaca que, desde o início, havia uma expectativa

sobre o início de uma nova ordem de possibilidades, comparando o daguerreótipo¹⁰ com o telescópio e o microscópio - outros instrumentos que ampliam os poderes humanos de observação.

Rouillé (2009, p.16) explica que a fotografia apareceu com a sociedade industrial em estreita ligação com os fenômenos mais emblemáticos da época, o que, aliado ao seu caráter mecânico, fez dela a imagem do mundo no século XIX, a mais adequada para documentá-la, servir-lhe de ferramenta e atualizar seus valores.

Numa época em a observação era o paradigma do conhecimento, a fotografia possibilitou reunir e disseminar todo tipo de informação em forma visual, com facilidade e precisão sem precedentes.

Schwartz (2000, p.11) chama a atenção para o impacto e as implicações que surgiram com o daguerreótipo que ampliou a autoridade da verdade visual, sendo chamado de a “invenção do século”. Isso mudou o relacionamento do observador com a realidade material, e as formas estabelecidas de ver que persistiram e constituíram a base de uma cultura cada vez mais visível. Com o advento da fotografia, os processos visuais vieram predominar nas formas de conhecimento da realidade.

No entendimento de Le Goff (2003, p.433) todo documento tem em si um caráter de monumento. Neste tipo de documento prevalecem duas funções principais: uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro, e outra é que ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar e retificar.

O documento, continua o autor acima, seria assim um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de poder. Só a análise documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ser usada cientificamente para pesquisa e conhecimento de uma realidade anterior.

¹⁰ Antigo aparelho fotográfico inventado por Daguerre 1787-1851, físico e pintor francês, que fixava as imagens obtidas na câmara escura numa folha de prata sobre uma placa de cobre.

Partindo desse entendimento, a fotografia pode então ser entendida como um documento na medida em que traduz valores, ideias e comportamentos que permitem recuperar formas de ser e agir de diferentes grupos sociais passados.

O documento fotográfico está presente em diversas áreas do conhecimento e em algumas se torna um elemento quase que indispensável para pesquisas. É usado para observações de culturas e povos juntamente a diários de campo pela antropologia, para diagnosticar doenças com fotografias científicas no caso da medicina, verificar as mudanças numa cidade, suas construções e urbanização na arquitetura, como objetos de valor histórico pela sociologia e historiografia. Estes são apenas alguns exemplos da importância do documento fotográfico para, junto a textos escritos, ajudar a entender fatos do presente ou do passado (ALBUQUERQUE, 2008, p.364).

Para Flusser (2002, p.82), a câmara fotográfica é um aparelho que, sendo prolongamento do olho humano, tem o poder de alcançar a natureza de forma mais profunda e por isso é mais poderosa e eficiente do que o próprio olho. Portanto, o advento da fotografia veio para consolidar em imagens a forma mecânica de se mostrar o mundo.

O papel da fotografia documental era conservar o traço do passado ou auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor apreensão da realidade do mundo. Dubois (1998, p.30) utiliza Baudelaire para explicar o espírito da época, que coloca com clareza a fotografia em seu lugar: ela é um auxiliar (um "servidor") da memória, uma simples testemunha do que foi. Não deve principalmente pretender "invadir" o campo reservado da criação artística. Para Baudelaire, uma obra não pode ser ao mesmo tempo artística e documental, pois a arte é livre de qualquer função social, a arte é definida na verdade como aquilo que permite escapar do real.

Instrumento que se apresenta como fiel reprodução do real, a fotografia vê-se então rapidamente designada como aquilo que deverá se encarregar de todas as funções sociais e utilitárias (portanto documentais) até então exercidas pela arte pictural, de certa forma libertando esta da necessidade do concreto.

Essa bipartição recobre claramente uma oposição entre a técnica, por um lado, e a atividade humana, por outro. Nessa perspectiva, a fotografia seria o resultado objetivo da neutralidade de um aparelho,

enquanto a pintura seria o produto subjetivo da sensibilidade de um artista e de sua habilidade (DUBOIS, 1998, p.32).

Albuquerque (2008, p.371) chama atenção para o fato da fotografia adquirir verdadeira credibilidade quanto a suas imagens e, graças aos registros constantes e experiências fotográficas, grande parte do que conhecemos hoje de pequenos e breves momentos passados – cidades, povos, ou seja, tudo o que foi registrado a partir do aparecimento da fotografia – são, além de recordações, documentos que nos mostram, aliados a outras formas de expressão, importantes momentos que devem ser conhecidos para se tornarem objetos que preservem a memória ou sirvam de estudos para esta ser construída.

Diante disso, sua função documental era exercida deliberadamente pela sociedade oitocentista, onde havia a intenção explícita de documentar o mundo e representá-lo em suas variáveis sociais e materiais. O espaço urbano e os tipos humanos foram assim alguns dos principais temas registrados.

O caráter de modernidade do documento fotográfico também merece destaque. Para Rouillé (2009, p.32), esse caráter se relaciona com a sua característica de imagem-máquina. A fotografia surge em uma época de transição, onde a sociedade alcança o patamar industrial, e assim tal registro é visto como um símbolo imagético representativo da substituição de habilidades manuais pela mecanização do mundo.

Ao colocar uma máquina no lugar das mãos e olhos dos artistas, a fotografia redistribui a relação que, havia vários séculos, existia entre a imagem e o real. Enquanto a pintura parece emanar do artista como uma representação afastada do real, ligada na verdade à sua inspiração, a fotografia – ligada a operações físicas e químicas - vem se associar ao real como processo que se afasta do operador. A fotografia é, assim, máquina para captar, mais do que de representar (ROUILLÉ, 2009, p.34).

Além disso, tais propriedades mecânicas da fotografia permitiram que ela fosse usada com um caráter enciclopédico, ou seja, a tentativa de criação de um inventário exaustivo do mundo visível, e reduzi-lo em sua totalidade, ao formato de um álbum, consultável em qualquer lugar. Rouillé (2009, p.38) observa que ela então torna-se um

instrumento que organiza o mundo visível, fragmentando-o e relacionando-os em séries, o que será um dos motivos que explicará sua acumulação nos arquivos.

A amplitude do visível foi convertida em um volume enorme de imagens acumuladas, classificadas e referenciadas; tratava-se sempre de definir procedimento para uniformizar, objetivar, serializar e, conseqüentemente, arquivar, a fim de permitir o estudo do mundo através de comparações e diferenças visíveis.

Isso se justifica pela maneira fotográfica de ver e registrar o mundo. Ao contrário da tradição artística, a fotografia é acusada de não omitir nada, de reproduzir todo o visível, sem seleção, sem perda, sua visibilidade permite conhecer uma realidade exatamente como ela é, sem nenhuma perda de informação. Essa característica de espelho do real aliado ao seu estatuto de verdade serão os principais responsáveis pelo seu uso documental.

1.2 A NOÇÃO DE VERDADE FOTOGRÁFICA: DA VEROSSIMILHANÇA AO REFERENCIAL DO ÍNDICE

Para Schwartz (2000, p.22) a noção de verdade fotográfica foi o mecanismo operativo pelo qual as fotografias entraram nas relações entre o observador e a realidade material. Em outras palavras, para entender o papel da fotografia na imaginação do século XIX, é necessário entender esta crença na veracidade do registro em questão.

A fotografia-documento refere-se a alguma coisa palpável, material, uma realidade desconhecida cuja aparência se registra fielmente com a finalidade de ser usada em estudos. Assim, no entendimento de Rouillé (2009, p.62), a verdade fotográfica é inseparável do procedimento que estabelece esse uso de prova e, assim, necessário para entendermos o caráter documental que lhe será atribuído.

Dubois (1998, p.27) salienta que o discurso sobre a fotografia do início do século XX a considera como a imitação mais perfeita da realidade. Essa capacidade mimética procede de sua própria natureza técnica, de seu procedimento mecânico, que permite fazer aparecer uma imagem de maneira "automática", "objetiva", quase "natural" sem que a mão do artista intervenha diretamente.

Rouillé (2009, p.64) identifica uma característica que legitimaria a ideia do real ligada à imagem fotográfica, que seria a associação de propriedades físicas e químicas que renovam a crença na imitação. Em face à crise da verdade, da perda de crédito que afeta tanto o desenho quanto a escrita, a arte e a imprensa, e em resposta à dúvida profunda de que foram objeto, a fotografia renova os procedimentos do verdadeiro.

Schwartz (2000, p. 22) também compartilha de tal ideia, destacando que a crença na verdade fotográfica não se baseava somente na ilusão óptica do realismo fotográfico, mas também na já mencionada origem mecânica, em sua capacidade para a reprodução exata. A fotografia era vista como a obra de uma máquina irracional, incapaz de mentir.

Em outras palavras, ao contrário das obras de arte, a fotografia-documento devia a sua verdade ao fato de ser, como entendiam, uma imagem sem homem, ou seja, uma criação “pura” sem nenhum tipo de influência ideológica, crença ou manipulação, capaz de mostrar as coisas como de fato são.

A verdade fotográfica também era uma questão de matemática. A fotografia não apenas foi pensada para ser visualmente verdadeira, mas também se acreditava que era cientificamente correta. Notava-se que no daguerreotipo “os objetos conservam sua delineação matemática nos seus mais minuciosos detalhes e os efeitos da perspectiva linear e a diminuição das sombras que emergem a partir de uma perspectiva aérea, se produzem com um grau de nitidez sem precedentes” (SCHWARTZ, 2000, p.23). Em outras palavras, a fotografia era geometricamente e proporcionalmente correta em relação a própria realidade registrada.

A instantaneidade e a nitidez do documento fotográfico são também atributos indispensáveis na legitimação da fotografia e seu estatuto de verdade, além de ser uma nova (e melhor) forma de se perceber, registrar e interpretar o mundo através do imagético.

A nitidez parte do princípio de que a fotografia não omite ou escolhe nada, ao contrário da arte que precisa objetivamente selecionar aquilo que lhe convém. Rouillé (2009, p.83) parte da ideia de que a nitidez, a precisão, a minúcia descritiva, a profusão de detalhes, caracterizam o documento fotográfico ao mesmo tempo em que o excluem do domínio da arte e o impelem ao domínio do real e da exatidão.

Já o instantâneo se coloca como essencial na medida em que as atividades sociais se aceleram e a realidade se torna mais dinâmica e instável. Para Rouillé (2009, p. 89) o instantâneo vem oferecer mais liberdade de movimento e a possibilidade de registros rápidos, o que levam o processo fotográfico de um mundo dos acontecimentos estáticos para um mundo de coisas dinâmicas. A verdade também se modifica para um ideal superficial e efêmero vinculada a esse instantâneo em clara oposição à antiga verdade das profundezas da pose.

Acima de tudo, como salienta Schwartz (2000, p. 23), a verdade fotográfica era a consequência de uma gênese causal. A gênese causal se refere a “relação especial” entre a fotografia e a natureza, que era o resultado direto da luz refletindo em alguma porção da realidade material tridimensional para produzir uma análoga visual em uma sensível superfície bidimensional.

Assim a retórica fundadora da fotografia era pautada na crença de ser ela uma representação imediata da realidade criada pela natureza, mais especificamente pela luz sem nenhuma ajuda direta do homem. A fotografia estava assim acima de qualquer suspeita de manipulações, visto que por ser também resultado de uma ação natural ela se propunha tão somente a demonstrar a realidade como ela de fato existia.

Rouillé (2009, p. 65) argumenta que da metade do século XIX aos dias que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o valor documental da fotografia, a crença em sua exatidão e em sua verdade, vai estabelecer-se em tais mecanismos, práticas e formas de entendimento da fotografia-documento. Em outras palavras, tal crença moderna se situa igualmente na junção desses diversos enunciados que vieram a legitimar a ideia do verdadeiro fotográfico.

Com a fotografia-documento, esse encontro entre a ordem das coisas e a ordem das imagens pode resultar na ficção da transparência da imagem e, até mesmo, na indiscernibilidade das diferenças entre a coisa e a imagem. Segundo Rouillé (2009 p. 69) esse pressuposto parte do princípio de que fazer as descobertas com a ajuda da imagem, seria o mesmo que fazê-lo observando o objeto natural. Em outras palavras, era postulado que a fotografia-documento reproduzia exatamente as coisas do mundo, confundindo-se totalmente com elas, podendo substituí-las sem nenhum problema ou perda de significado.

Dubois (1998, p.35), no entanto esclarece que embora a já mencionada gênese automática da fotografia testemunhe irredutivelmente a existência do referente, isso não implica, a princípio, que ela se pareça com ele. Para o autor, o peso do real que a caracteriza vem do fato de ela ser um traço, não de ser mimese. Assim, a existência do referencial torna-se de vital importância para o documento.

Os documentos fotográficos são muito instrutivos porque sabemos que, sob certos aspectos, eles se parecem, com alto grau de semelhança, com os objetos que representam. Porém, essa semelhança deve-se, na realidade, ao fato de que essas fotografias foram produzidas em tais circunstâncias que eram fisicamente forçadas a corresponder detalhe por detalhe à natureza. Desse ponto de vista, conclui Dubois (1998, p.49), pertencem à classe de signos por conexão física denominada de índice.

A ficção do verdadeiro fotográfico começa a formar-se na interseção do registro com o rastro, indo além da analogia. Rouillé (2009, p.76) esclarece que a noção de rastro postula que a coisa e a imagem estejam, ao mesmo tempo, ligadas pela força de um contato físico, e separadas por uma incisão franca e brutal, sem mediação, remetendo também assim a ideia do índice.

Assim, a fotografia é entendida como uma imagem que reproduz as aparências a partir do entendimento de ser da ordem da impressão, do traço, da marca, do registro. A fotografia, como índice, mantém uma relação de conexão real e física com seu referente.

Nisso, entende Dubois (1998, p.47), diferenciam-se radicalmente dos ícones (que se definem apenas por uma relação de semelhança) e dos símbolos (que, como as palavras da língua, definem seu objeto por uma convenção geral).

Entretanto, como destaca Kossoy (2002, p.33), o índice e o ícone são inerentes ao registro fotográfico e, como tal, não podem ser compreendidos isoladamente, isto é, desvinculados do processo de criação do fotógrafo. Para este autor, apesar de sua vinculação documental com o referente, o testemunho que se vê gravado na fotografia se acha fundido ao processo de criação do fotógrafo. O dado do real, registrado fotograficamente, corresponde a um produto documental elaborado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente: registro/criação.

Dubois (1998, p.51) compreende assim que o princípio do traço, por mais essencial que seja, marca apenas um momento no conjunto do processo fotográfico, processo esse tomado por características culturais e ideológicas, codificados, que dependem inteiramente de escolhas e de decisões humanas.

Da coisa à imagem, o caminho nunca é reto, como creem os empiristas e como queriam os enunciados do verdadeiro fotográfico. Se a captação requer um confronto entre o operador e a coisa, no decorrer do qual esta vai imprimir-se na matéria sensível, nem por isso a coisa e a imagem se situam em uma relação de sentido único. “A imagem é tanto a impressão (física) da coisa como o produto (técnico) do dispositivo, e o efeito (estético) do processo fotográfico” (ROUILLE, 2009, p.79). O documento fotográfico constrói-se assim a partir de uma sucessão de etapas, através de um conjunto de códigos de transcrição de uma dada realidade. Em outras palavras, o processo fotográfico é sempre mediado.

Em outras palavras, a fotografia-documento jamais está sozinha e frente a frente com a coisa que ela representa. Está sempre inserida em uma rede regulada por transformações, sempre levada por um fluxo de mediações contínuas.

A verdade, como a realidade, jamais se desvenda diretamente, através de um simples registro. “A verdade está sempre em segundo plano, indireta, enredada como um segredo. Não se comprova e tampouco se registra. Não é colhida à superfície das coisas e dos fenômenos. Ela se estabelece” (ROUILLE, 2009, p.67). A verdade dos fatos e das coisas não coincide com a verossimilhança dos discursos e das imagens, apesar do seu “contato” com as coisas, a fotografia-documento não fugirá à regra.

O verdadeiro fotográfico é operatório. É nele que apoiam o valor utilitário das imagens e as funções da fotografia como documento que perduram por quase todo o século XIX e começo do XX, simbolizando o pensamento da época moderna e industrial.

1.3 FUNÇÕES DO DOCUMENTO

As fotografias eram idealmente apropriadas para o homem do século XIX: fascinado pelo empirismo científico e por colecionar e classificar fatos em busca de conhecimento compreensivo; acreditava-se que através da posse e controle dos objetos se adquiria conhecimento sobre determinado acontecimento.

A valorização no Iluminismo do conhecimento empírico e do progresso científico incentivou tal abordagem empirista para acumular artefatos. Em meados do século XIX, como explica Schwartz (2000, p.31), os artefatos ocuparam um lugar central no projeto moderno de obter e depois controlar o conhecimento abrangente. A autora explica que a maioria das aplicações inicialmente previstas para a fotografia foram como ferramenta de observação, uma ajuda à documentação e uma forma de coleta de dados.

Rouillé (2009, p.97) identifica cinco funções principais que a fotografia-documento adquire nesse momento: arquivar, ordenar, modernizar os saberes, ilustrar e informar.

Arquivar se refere ao fato da fotografia-documento ter sido apropriada como um verdadeiro inventário do real, sob forma de álbuns e, em seguida, de arquivos. O álbum, enquanto mecanismo de reunir e organizar as imagens, e a fotografia como registro do mundo visível. “Assim, esse inventário fotográfico do real constitui-se no cruzamento de dois procedimentos de tesauroização: o das aparências, pela fotografia; e o das imagens, pelo álbum e pelo arquivo”. (ROUILLÉ, 2009, p.97)

Durante muito tempo o álbum será a forma na qual a maioria das missões de trabalhos de fotografias documentais culminará. Tal união entre a fotografia e o álbum será a primeira grande tentativa de catalogar o mundo através de imagens, perdurando por quase um século antes do desenvolvimento dos arquivos institucionais.

A fotografia-documento sempre teve como característica o arquivamento. Visto que esse registro permitiu a expansão da área do visível naquele momento, desde o início todos os procedimentos de inventário fotográfico obedeciam a uma verdadeira compulsão exaustiva de registro total do real. Rouillé (2009, p.99) explica que a ideia era capturar todo o mundo através das imagens, uma conquista integral do explícito; não

é a toa que muitos projetos para organizar missões fotográficas, encarregadas de explorar todas as regiões do mundo e de trazer reproduções completas de todos os lugares do globo surgiram nesse momento.

A fotografia se converte assim em um substituto para a viagem em uma época na qual a viagem era o principal caminho para o conhecimento do mundo. A fotografia vem assim para ampliar a visão de mundo em um momento em que eram poucos os que eram capazes de deixar seu lar e trabalho e suportar numerosos gastos que essa atividade requer, assim a fotografia passava a permitir disfrutar do prazer e das vantagens de viajar sem sair de casa (SCHWARTZ, 2000, p.15).

Ordenar é a segunda característica da fotografia documental também se ligando ao álbum e ao arquivo. Para Rouillé (2009, p.101), ambos não são receptáculos passivos, eles não agrupam, acumulam, conservam e arquivam sem classificar e redistribuir as imagens, sem produzir sentido, sem propor uma visão própria. A fotografia-documento, associada ao álbum e arquivo, tem a tarefa de ordenar o mundo capturado. Nessa empreitada, a fotografia-documento e o álbum (e arquivo) desempenham papéis opostos e complementares: a fotografia fragmenta, o álbum e o arquivo unificam. Juntos eles ordenam.

O autor salienta que a ideia da fragmentação provém da capacidade do dispositivo em recortar e registrar as aparências, o fragmento (e o detalhe da imagem) resulta do corte, da escolha de um momento e um pedaço da realidade. O fotógrafo desmantela a continuidade do visível de onde extrai a imagem, em outras palavras, o que vemos é apenas um recorte de um todo.

O álbum e o arquivo serviram para reunir em unidades as provas-fragmentos da fotografia-documento: ao agrupar os fragmentos caóticos, esses mecanismos geram coerência, lógica e unidade. Eles são vistos assim como verdadeiras máquinas de ordenar as coleções imagéticas fragmentárias. Ao impor ordem, agrupam, organizam e orientam a melhor forma de se ver e utilizar tais registros e assim compreender o mundo.

A terceira função da foto-documental levantada pelo autor seria a de modernizar os saberes, que se dá pelo consenso da época em relação aos seus usos práticos.

Funcionando a partir de princípios científicos, a fotografia vai contribuir para atualizar o saber de diversas áreas do conhecimento. Rouillé (2009, p.109) explica que a modernização trazida pela fotografia vem suprir os problemas da subjetividade do traço imputado aos desenhos de então, vai consistir assim, principalmente, em melhor separar ciência e arte, operando uma ruptura entre os documentos e os gêneros artísticos.

A fotografia-documento, assim, se impõe como registro objetivo capturando um referente aparentemente sem interpretações, se apresentando como verdade tridimensional fielmente exposta em uma superfície bidimensional onde é possível assim estudar com toda a riqueza de detalhes os fenômenos da natureza e do corpo.

A quarta função é a de ilustrar. Aliada à produção de um saber científico moderno, a fotografia-documento torna-se um dispositivo de registro apto a integrar-se aos protocolos científicos. Registrar, representar, atestar, facilitar demonstrações, participar de experimentações, auxiliar o trabalho de peritos – em suma, contribuir para criar novas visibilidades e conseqüentemente modernizar a ciência. (ROUILLÉ, 2009, p. 122).

Rouillé (2009, p.123) lembra ainda que a capacidade ilustrativa é usada não apenas no âmbito científico, mas de diversas outras formas. A expansão econômica favorece a emergência de uma nova produção ilustrativa fotográfica por toda parte, no comércio, na indústria, nos lazeres, na arquitetura, na decoração, na imprensa, na moda e publicidade. A imagem passa a estar cada vez mais subordinada às considerações estritamente utilitárias e imposições econômicas.

Informar é a última função da fotografia-documental destacada pelo autor, e, talvez, a característica mais importante atribuída à fotografia, segundo ele (ROUILLÉ, 2009, p.126). Na virada do século XX, várias inovações técnicas tornaram o procedimento apto a captar o instante. Uma nova geração de máquinas fotográficas de pequeno formato permitiu que um maior número de informações fotográficas pudesse ser difundido.

Para Schwartz (2000, p.32) esta habilidade da fotografia para transmitir, através do espaço e ao longo do tempo, o que se acreditava ser fatos objetivos na forma visual permitiram que a fotografia atuasse como uma nova forma de comunicação. Neste

papel, a fotografia constituiu uma nova e poderosa tecnologia de transferência de informação aparentemente não mediada.

Kossoy (2002, p.20) destaca que as diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das ideias e da consequente formação e manipulação da opinião pública, particularmente, a partir do momento em que os avanços tecnológicos da indústria gráfica possibilitaram a multiplicação massiva de imagens através dos meios de informação e divulgação.

Embora não destacada diretamente por Kossoy, entre os vários usos e funções do documento fotográfico, um dos mais facilmente reconhecíveis e importantes também é o da sua associação com a memória. Tanto no nível pessoal quanto no social, é inegável a capacidade da imagem fotográfica de provocar recordações.

A relação entre fotografia e memória é confirmada por vários teóricos. Essa proximidade se dá, pois a fotografia é uma espécie de equivalente visual da lembrança. “Uma foto é sempre uma imagem mental. Ou, em outras palavras, nossa memória só é feita de fotografias” (DUBOIS, 1998, p.315).

O ato de fotografar está tão intimamente ligado com a construção de memórias familiares que é praticamente impossível falar do passado sem ter como incentivo uma imagem fotográfica. Fotografias aliadas a narrativas de vida colaboram no acionamento da memória e, por conseguinte, uma imagem daquilo que queremos eternizar. “A memória possui um papel específico na coesão social da família que a constrói e transmite, uma memória que, ao definir o que é comum ao grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (MAUAD, 2009, p.58).

A fotografia é assim encarada como um “receptáculo da memória”. O ato de fotografar sem dúvida alguma se arraigou na construção da memória, principalmente, como dito, no âmbito familiar, onde a fotografia serve como uma forma de lembrar o passado. Esse documento imagético desempenha um forte papel simbólico de legitimação.

Le Goff (2003, p.466) lembra da importância do álbum de família, exprimindo a verdade da recordação social. As imagens do passado dispostas em ordem cronológica

evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação, retendo o seu passado para confirmações presentes.

Artières (2001, p.14) também destaca a importância do álbum de fotografias na constituição da narrativa familiar, pois através dele comprovamos o pertencimento a uma linhagem, nossas raízes. O álbum de família seria então uma garantia de memória, um passaporte para o passado e uma prova de pertencimento e identidade coletiva.

Na visão de Schwartz (2000, p.17), ao dar acesso visual imediato e direto ao passado, a locais e paisagens removidos fisicamente no tempo, a fotografia serviu como um instrumento de memória, uma forma de viajar no tempo. Como forma de fixar a aparência do presente, foi utilizada como meio de preservação. Isso também teve implicações para moldar a memória e a identidade individuais e coletivas.

É válido destacar, no entanto, como lembra Garcia Gutierrez (2008, p.61), que o que é resgatado não são realidades vividas, sentidas ou pensadas, mas sim reinterpretções que transcodificamos quando a lembrança se grava na nossa mente. Em outras palavras, ao resgarmos memórias nós as transformamos em presente e produto através nossos padrões vigentes.

Contudo, não só a memória é afetada pelo presente na sua constante tradução da lembrança; se o passado sempre precisa de um presente para se reconstruir, também a memória exerce autoridade sobre o presente, pois os conhecimentos previamente adquiridos agem na seleção e na ordenação do novo conhecimento (GARCIA GUTIERREZ, 2008, p.67).

Assim, entendendo o documento fotográfico como um objeto de memória ele, ao mesmo tempo em que é influenciado pelo presente na sua reconstrução de sentido, pode também exercer influência no contexto presente em que é utilizado.

1.4 UM “ESPELHO” DE MUITOS REFLEXOS

A fotografia foi por muitas vezes compreendida como um espelho, mas tais quais aqueles que jazem em antigos parques de diversões, podem levar a peculiares distorções.

Desde o daguerreótipo é consagrada a ideia de que a fotografia é como um espelho que conserva a impressão de todos os objetos nele refletidos:

O espelho vai transformar-se na metáfora mais explosiva da fotografia-documento: uma imagem perfeitamente analógica, totalmente confiável, absolutamente infalsificável, porque automática, sem homem, sem forma, sem qualidade (ROUILLÉ, 2009 p. 66).

A metáfora do espelho e a da mecanização da imagem na visão de Rouillé (2009 p. 67) demonstram também uma concepção objetivista segundo a qual a realidade seria principalmente material, e a verdade contida nos objetos ligada a ideia do índice. A foto-documento não mente, não disfarça, somente mostra a verdade nua por emanar diretamente do objeto em si.

O documento fotográfico, entretanto, não pode ser compreendido independentemente do processo de construção da representação em que se originou. Na visão de Kossoy (2002, p.31), o registro ou o testemunho fotográfico obtido está definitivamente amalgamado ao processo de criação que lhe deu origem.

Como também destaca Schwartz (2000, p.33), tal processo de "retratar" era, inevitavelmente, subjetivo. Ao destacar o realismo da imagem fotográfica e a objetividade do processo fotográfico, se ocultava a tomada de decisão humana embutida nos elementos de criação de significado - intenção autoral, assunto, formato físico, propósito, transmissão e público-alvo, etc. – velando assim as capacidades comunicativas da fotografia para refletir e informar.

Entendemos que as repetidas referências à fotografia como um instrumento de reprodução exata da realidade decorreram de pressupostos de que sua capacidade de funcionar derivava de qualidades intrínsecas ao invés de atribuídas. Na recusa de reconhecer a seletividade, a subjetividade e a situação da produção, circulação e

consumo de fotografia, houve uma ilusão de transparência e neutralidade, e de certa maneira uma naturalização de todo o processo de criação do documento fotográfico.

No entanto, Dubois (1998, p.36) destaca que se de maneira geral esse é o discurso do século XIX, ou seja, sobre a imagem fotográfica é verossimilhança como real, é possível afirmar que a compreensão a partir do século XX insiste mais na ideia da transformação do real pelo documento fotográfico. O pensamento que se insurge é contra o discurso da mimese e da transparência, e sublinham que a fotografia é eminentemente codificada (sob todos os tipos de ponto de vista: técnico, cultural, sociológico, estético, etc.).

Dubois (1998, p.38) identifica um discurso a partir desse momento que afirma que se observarmos concretamente a imagem fotográfica, ela apresenta muitas outras "falhas" na sua representação pretensamente perfeita do mundo real. Coloca-se então em evidência essas lacunas, essas carências, essas fraquezas do "espelho" fotográfico, para atacar e invalidar a ideia segundo a qual a essência da fotografia estaria em ser unicamente uma reprodução mecânica fiel e objetiva da realidade.

Como bem lembra Kossoy (2002, p.42), a produção da obra fotográfica diz respeito ao conjunto dos mecanismos internos do processo de construção da representação, concebido conforme uma certa intenção, construído e materializado cultural, estética/ideológica e tecnicamente, de acordo com a visão particular de mundo do fotógrafo.

Em suma, o século XX fica marcado pelo momento no qual toda essa argumentação em torno da desconstrução do realismo fotográfico é feita com vigor, sistematizada e amplificada em vários sentidos. Será a época das análises que contestarão a pretensa neutralidade da câmera e a pseudo objetividade da imagem fotográfica. Assim, “o selo da verdade – a verdade do referente – perde sua tinta” (MANINI, 2010, p.15). A fotografia, além de ser fortemente marcada pelo índice, passa a receber com mais frequência a marca do ícone e do símbolo, características mais fortemente produzidas pelo olhar do fotógrafo e do receptor.

É o momento da descodificação da imagem fotográfica, da sua desconstrução ideológica mostrando que a significação das mensagens fotográficas é de fato

culturalmente determinada, que ela não se impõe como uma evidência para qualquer receptor, que sua recepção necessita de um aprendizado dos códigos de leitura. “Todos os homens não são iguais diante da fotografia” (DUBOIS, 1998, p.41).

Manini (2010, p.15) também destaca tal perspectiva, salientando que no momento da captura e registro estão envolvidos aspectos inconscientes e subjetivos. A ideologia se mostra radicalmente influenciadora na criação do registro, da mesma forma a leitura, ou seja, a interpretação da imagem também é marcada por idiossincrasias.

A partir de então, o valor de espelho, de documento exato, de semelhança infalível reconhecida para a fotografia é recolocado em questão, A fotografia deixa de aparecer como transparente, inocente e realista por essência. Não é mais o veículo incontestável de uma verdade empírica.

Apesar de toda a credibilidade que se atribui à fotografia enquanto "documento fiel" dos fatos, rastro físico-químico direto do real etc., devemos admitir que a obra fotográfica resulta de um somatório de construções, de montagens.

Na visão de Kossoy (2002, p.43) a fotografia se conecta fisicamente ao seu referente, - sendo esta para ele uma condição inerente ao sistema de representação fotográfica - porém, através de um filtro cultural, estético e técnico, articulado no imaginário de seu criador. A representação fotográfica é uma recriação do mundo físico ou imaginado, tangível ou intangível; o assunto registrado é produto de um elaborado processo de criação por parte de seu autor.

A partir dessa desconstrução, o documento fotográfico vai se tornar revelador da verdade interior (não empírica). “É no próprio artifício que a foto vai se tornar verdadeira e alcançar sua própria realidade interna. A ficção alcança, e até mesmo ultrapassa a realidade” (DUBOIS, 1998, p.43). Essa seria então realidade intrínseca do artefato, uma verdade autêntica somente para a fotografia, enquanto registro imagético.

Também compartilhando de tal entendimento, Rouillé (2009, p.77) salienta que a imagem fotográfica é a produção de um novo real (fotográfico), no decorrer de um processo de transformações. A fotografia assim nunca cria, registra sem antes transformar.

Kossoy (2002, p.23) ratifica a tese de tais autores ao também propor que a fotografia possui uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro, no contexto da vida passada. Se trataria do que ele também compreende como realidade do documento, da representação: uma segunda realidade, construída, codificada. Sendo assim, decifrar a realidade interior das representações fotográficas, seus significados e as finalidades para as quais foram produzidas é a tarefa fundamental a ser empreendida tanto por aqueles que organizam tais documentos, quanto daqueles que o utilizam.

A realidade da fotografia reside nas múltiplas compreensões, nas diferentes "leituras" que cada receptor dela faz num dado momento; tratamos, pois, de uma expressão peculiar que suscita inúmeras interpretações.

Concluindo, assim como as demais fontes de informação, as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos. O documento fotográfico resulta de uma sucessão de escolhas; é fruto de um somatório de seleções de diferentes naturezas, seleções essas que ocorrem mais ou menos concomitantemente e que interagem entre si, determinando o caráter da representação.

A imagem fotográfica é, enfim, uma representação resultante do processo de criação/construção de autor ideologicamente influenciado, e sofrerá assim interferências ao longo de todo o processamento e elaboração final da imagem/documento.

Tal qual um espelho, a fotografia não reflete a realidade, mas sim um viés que se baseia nas expectativas daquele que se coloca à sua frente.

1.5 A ENTRADA NOS ARQUIVOS

Baseado no entendimento de Lacerda (2011) e diante do exposto até aqui podemos inferir duas características sobre o valor documental da fotografia: em primeiro lugar que ele foi sendo construído ao longo dos anos desde a sua criação no século XIX e, em segundo lugar, que isso foi feito a princípio fora do domínio dos arquivos. Além disso, fica claro que a fotografia fora amplamente utilizada pela sociedade das maneiras mais distintas possíveis e, em consequência, a fotografia acaba

entrando no rol das discussões arquivísticas de forma destoante em comparação com os documentos “tradicionais” de arquivo.

O cenário encontrado nos séculos XIX e início do XX é o do documento fotográfico se disseminando como instrumento de comunicação cada vez mais fascinante e importante, tendo, no entanto, aparição tardia nos arquivos, considerando os séculos de acúmulo de registros textuais em suporte papel que a história dos arquivos nos mostra.

A fotografia ao longo dos anos vai sendo inserida no mundo dos arquivos, todavia suscitando em sua gênese muita desconfiança e estranhamento enquanto objeto teórico e metodológico da prática arquivística.

Irá assim persistir na Arquivologia por muito tempo, o entendimento no qual a fotografia e todos os materiais considerados “especiais” receberiam um tratamento diferenciado, ou seja, não seriam totalmente incluídos nos procedimentos padrão preconizados pela área. Essas formulações podem assim ter sido determinantes para os métodos utilizados pelas instituições em relação aos documentos fotográficos ao longo dos anos, visto que em muitos casos as origens funcionais e as atividades não eram alvo de análise em relação a esses registros.

Em suma, identificamos que o documento fotográfico se torna um dos objetos da arquivística, embora ainda se faça necessário muitas discussões e trabalhos na área. Notamos que a fotografia como um documento de arquivo e, até mesmo, o tratamento oferecido a mesma ainda não se constitui um consenso nas instituições de guarda e nem no que se refere aos profissionais responsáveis pela organização dos acervos.

Tal discussão sobre a entrada da fotografia nos arquivos ainda que não seja o objeto central da presente pesquisa, é uma questão necessária de ser apresentada na medida em que nos mostra as origens da relação desse registro com a área o que nos permitirá compreender melhor o quadro atual da fotografia na arquivística. Além disso, possibilita traçar de maneira mais clara o elo de ligação entre o documento fotográfico em si e o debate que se desenvolve no âmago da Arquivologia e na Ciência da Informação que serão abordados no próximo capítulo.

2. O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA ARQUIVOLOGIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Como mencionado ao final do capítulo anterior, iremos a partir de agora empreender esforços em torno de um dos objetivos da presente pesquisa, que é compreender a trajetória do documento fotográfico no âmbito da Arquivologia enquanto disciplina, destacando e analisando questões relacionadas à teoria e metodologia específicas desse registro, problemáticas terminológicas e conceituais, importância do contexto, aspectos pertinentes à diplomática, entre outros.

Ainda em conexão com o objetivo acima, nos propomos também tecer alguns questionamentos sobre o documento fotográfico através de uma abordagem informacional, concepção característica da área conhecida como Ciência da Informação.

A escolha de dialogar com a Ciência da Informação, em particular, se deve ao fato de a CI ser essencialmente uma ciência interdisciplinar por natureza que apresenta questões voltadas para a geração, comunicação e apropriação do conhecimento com um amplo espectro de possíveis temáticas para as mais diversas áreas. Com isso traz uma riqueza de possibilidades de metodologias e abordagens propiciando um desenvolvimento de diferentes processos e métodos no tratamento e recuperação da informação. Cientes disso nos propomos a investigar a relação dessa disciplina com o registro fotográfico, buscando, sempre que possível, conciliar nossos entendimentos com o campo científico da arquivística.

2.1 ABORDAGENS E PROBLEMATIZAÇÕES: A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO

A realidade cotidiana vem sendo alterada de maneira cada vez mais rápida e intensa em decorrência dos avanços científicos e do surgimento de novas tecnologias. Vivemos na chamada *era da informação*, momento ímpar na história da humanidade, onde jamais se produziu, armazenou e se disseminou tanta informação como fazemos hoje em dia em quase todos os cantos do globo. Jardim (1992, p.251) destaca que o conjunto de procedimentos, normas e técnicas de produção, guarda, recuperação,

reprodução e difusão da informação teve de se reinventar nos últimos tempos, tendo em vista as inovações tecnológicas.

[...] surgem novas abordagens no pensar e fazer arquivístico, refletindo a produção e o processamento documental de forma integrada e contínua. [...] As novas tecnologias, o universo digital e a necessidade de gerenciar uma crescente e ampliada produção documental fizeram com que a Arquivologia buscasse outras áreas do conhecimento e que estas buscassem nas práticas arquivísticas a possibilidade de um melhor gerenciamento de sua produção, guarda, preservação, acesso, usos e pesquisas (SIQUEIRA, 2014, p. 30).

Os arquivos, muito além de instituições de guarda e preservação de documentos, possuem importantes funções como o processamento técnico dos seus acervos, possibilitando que uma gama de indivíduos possa, através do acesso, recuperar informações para uso administrativo, cultural, educativo, além de noções relativas à memória e identidade.

No entendimento de Belloto (2014, p.340) o documento de arquivo é um produto social. Ele é uma ferramenta comunicativa de uma determinada sociedade. Isso é vital para entendermos o porquê das formas dos documentos evoluírem segundo a função que cumprem e segundo os progressos políticos, econômicos e, inclusive, tecnológicos.

O documento arquivístico¹¹, nesse cenário de mudanças, vem passando por alterações nos últimos tempos, junto com a revisitação de alguns conceitos pelos estudiosos da área.

Siqueira (2012, p.115) explica que para ser considerado um documento arquivístico, duas noções são fundamentais: a primeira é que ele deve ter sido criado ou acumulado na consecução de algum objetivo, a segunda diz respeito a sua relação com as outras partes do mesmo conjunto documental e assim, juntos, serem um reflexo da entidade e de suas funções e atividades. Percebe-se assim que o contexto de criação do

¹¹ “Informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades” Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Resolução n° 20 de 16 de julho de 2004.

documento, sua dinâmica e atribuições próprias é o que o possibilitará o entendimento do mesmo como um legítimo documento arquivístico.

Ainda hoje confunde-se documento com o artefato de papel oficial, que prova ou informa algum fato, como uma certidão, um diploma, uma carteira de identidade ou um memorando. Ora, todos esses exemplos são corretos, mas como base na definição de documento entendida pela Arquivologia, os mapas, as fotografias, os registros sonoros, as imagens fixadas em filmes e fitas videomagnéticas, as músicas gravadas em discos, os dados contidos em HDs, as pinturas, desenhos, cartazes, livros, os microfilmes gravados, tudo isso é documento (SIQUEIRA, 2012, p. 116).

Assim, no final do século XX e início do século XXI, em um contexto de mudanças no universo arquivístico, documentos em outras formas de linguagens e representação, como os audiovisuais, iconográficos e sonoros passaram a ser cada vez mais alvo de interesse em diversos estudos. A expansão da definição de documento arquivístico – principalmente pelo surgimento e difusão do uso dos documentos digitais – fez com que o arquivista se voltasse também cada vez mais para registros em outros formatos, como o mapa, registro sonoro, pintura, desenho e a fotografia.

A fotografia sempre foi um objeto difícil de ser analisado. Ainda mais no âmbito arquivístico. Considerada por alguns como uma arte inclassificável (BARTHES, 1984), sempre despertou curiosidade e fascínio. Kossoy (2000, p.19) comenta que o registro fotográfico sempre tem sido aceito e utilizado como prova definitiva, um testemunho real dos fatos. Pela sua natureza físico-química e, atualmente, eletrônica de registrar aspectos (mesmo que selecionados) da realidade, a fotografia ganhou elevado status de credibilidade.

No que diz respeito ao conceito de fotografia, para Cunha e Cavalcanti (2008, p.175), o termo fotografia é entendido como “técnica ou arte de produzir imagens visíveis pela ação da luz, que fixa essas imagens de modo direto e durável sobre uma superfície sensibilizada”. Ejarque (2000, p.217) a define como “arte y técnica com las que fijar y reproducir por médio de reacciones químicas a la luz, sobre superficies convenientemente preparadas, las imágenes visibles directa o indirectamente recogidas en el fondo de una cámara oscura”.

No glossário proposto pela Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o termo é definido como “imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos” (CONARQ, 2014, p.11).

Malverdes (2015) explica que tais conceitos têm algo em comum: a ideia da captação da imagem pela ação da luz numa superfície coberta com substância sensível. Mas há um problema nas definições, ao excluir as fotos digitais, produzidas pelas novas câmeras digitais.

Lopez (2000, p.170) comenta a necessidade de ampliação desse conceito ao dizer que:

[...], o próprio conceito tradicional de imagem fotográfica é ampliado quando se considera não apenas o processo físico-químico de reação da luz por uma emulsão, mas também qualquer imagem obtida através de captura da luz (o que inclui imagens obtidas por câmeras digitais, porém exclui as montagens e as imagens digitais criadas pelo computador). [...] A diferença está na relação inicial com a cena retratada. O registro fotográfico feito pela câmera digital, mesmo não sendo analógico, é resultante da captura da luz emitida por um cenário real.

O autor inova ao ampliar o termo utilizando o conceito de documento imagético para designar as múltiplas possibilidades de ocorrência da imagem nos arquivos, englobando as diversas categorias da imagem de modo mais amplo do que os termos fotografia, pintura, obras de arte etc.

O termo fotografia é compreendido num sentido mais amplo, abarcando a diversidade dos processos técnicos, sendo utilizado o termo "documentos fotográficos" para os documentos imagéticos gerados por todo processo de captação fotográfica de imagem, inclusive os digitais (LOPEZ E REZENDE, 2014, p. 2).

Para Malverdes (2015, p. 36), a imagem fotográfica exerce um importante papel na transmissão, conservação e visualização das atividades políticas, sociais, científicas

ou culturais da humanidade, de tal maneira que se configura em verdadeiro documento social. O certo é que, por meio da fotografia, algo ou alguém situado num momento dado ante o objetivo de uma câmera passa a formar parte de um sistema de organização de conhecimento e informação, e pode ser armazenado e classificado.

Balances gerais e publicações apontam consensualmente a década de 1980 como o marco inicial do reconhecimento da fotografia como documento no Brasil. A habilitação do documento fotográfico para a pesquisa vem se dando sob vários aspectos, da preocupação com a preservação ao movimento de valorização da fotografia no campo acadêmico explorando as relações entre esse registro e a sociedade, segundo uma ótica histórica, antropológica, semiótica, entre outras (CARVALHO; LIMA, 2000, p. 22).

Era de se esperar que o novo estatuto da fotografia apresentasse dilemas para aqueles profissionais envolvidos com a guarda e organização de documentos dessa natureza. Carvalho e Lima (2000) explicam que para esses profissionais, os desafios estão colocados, de um lado, pelo crescimento maciço da produção fotográfica no século XX, substancialmente diferente daquela produção do século XIX e, de outro, pelas novas tecnologias trazidas pela informática, que redesenharam os sistemas de produção e organização física e documental até então praticados.

No entanto, embora a fotografia possa ser um documento de arquivo, o seu estatuto precisa ser revisto e consolidado. Ainda hoje temos a predominância metodológica em diversos arquivos de separar os documentos iconográficos do restante do acervo para fins de tratamento técnico específico.

Lopez e Rezende (2014, p. 3) destacam que a entrada tardia da fotografia como forma de registro no universo da Administração Pública como forma de registro provocou dificuldades extras no tratamento desses documentos, como produção sem configuração definida administrativa e juridicamente, utilização de maneira autônoma e menos controlada que os documentos tradicionais e acumulação à parte dos demais documentos.

A problemática que se instaura é que a prioridade atribuída a organização das coleções fotográficas e das informações e dos conhecimentos advindos das

manifestações fotográficas, ainda é muito baixa, quando comparada com a prioridade atribuída aos documentos textuais. Este fato evidencia a contradição de que ao mesmo tempo em que se reconhece a grande importância da fotografia – como documento capaz de contribuir para preservar a cultura, a memória e a identidade de uma pessoa, instituição ou mesmo de uma nação - as instituições não lhe conferem a devida atenção.

Para Lacerda (2008, p.76), embora as fotografias sejam frequentemente encontradas na maioria dos arquivos, e submetidas a tratamentos específicos, elas têm sido pouco problematizadas no que diz respeito às relações entre as suas características de registro visual e os atributos exigidos para a verificação de seu valor documental. O cenário encontrado é o de manuais e principais obras teóricas arquivísticas focando, privilegiadamente, os documentos "típicos" de arquivo, — ou seja, os do gênero textual — e conseqüentemente se mantido distantes de um enfoque mais detalhado sobre esses registros visuais.

Uma explicação dada pela autora para esse panorama seria o predomínio da documentação de caráter textual, presente desde os primeiros conjuntos documentais, ainda na Antiguidade. Fotografias são registros produzidos e acumulados a partir da segunda metade do século XIX. A fotografia seria assim muitas vezes incomum ao mundo administrativo, acostumado a privilegiar como documento e fonte de informação somente o texto e papel (LACERDA, 2008, p.76).

Embora tenha de fato havido um crescimento de pesquisas sobre documentos iconográficos nos últimos anos, todavia Siqueira (2014, p.14) constata que são poucos os que realmente realizam uma reflexão aprofundada do documento arquivístico em seu contexto orgânico e suas funções decorrentes de uma atividade específica e sua relação com outras partes do mesmo conjunto. A grande maioria dos trabalhos reflete uma dificuldade teórica, enaltecendo muito mais as suas características “especiais”, do que de fato aprofundando o assunto.

Lacerda (2008, p.28) corrobora lembrando que, diferentemente dos demais tipos de documentação escrita, a fotografia e os demais documentos visuais não se constituem como objeto de uma vasta produção teórico-metodológica no campo da literatura arquivística e nem na constituição de manuais. A maioria dos trabalhos existentes acerca desse assunto

aponta para uma tentativa de apresentar regras e métodos de tratamento técnicos, além da conservação e preservação desses registros.

Também Lopez (2000) vai ao encontro de tal perspectiva, lembrando que muitas vezes a descontextualização desse material é feita em virtude da falta de um entendimento metodológico da fotografia enquanto elemento orgânico daquele fundo, em outras palavras, em certos casos essa separação é realizada não somente pela busca da preservação, mas também pela falta de um conhecimento metodológico mais preciso, bem construído, difundido e consolidado de que um documento de arquivo independe do suporte e que o registro visual faz parte daquele conjunto, dialogando com as outras partes.

No entendimento de Madio (2012), ainda que haja uma ou outra comunicação esporádica sobre experiências e propostas de organização de materiais fotográficos, percebemos que são ações locais e não aprofundam a discussão teórica arquivística sobre o processamento e identificação da gênese documental. Priorizam a identificação dos conteúdos imagéticos e não a sua produção.

No plano internacional, os trabalhos de Schwartz são uma boa referência sobre o tema. A autora (2004, p.109) também aborda essa questão explicando que a literatura arquivística - alguns dos quais desatualizados, alguns claramente errados – fornece de fato pouca orientação para entender materiais visuais em termos arquivísticos, tornando necessário ler fora do campo, extrapolar em direção às abordagens metodológicas de outras disciplinas e profissões aliadas, adaptar abordagens de um meio para outro, a fim de obter uma compreensão mais acurada da natureza e valor dos materiais visuais e, por sua vez, melhorar as abordagens arquivísticas.

Apesar de poder ser um documento arquivístico, constata-se na maioria dos casos uma grande distância entre a organização dada a esse tipo de documento e os procedimentos padrões da Arquivologia, pois na maioria dos casos ela é descontextualizada em sua guarda e tratamento em virtude do seu suposto caráter especial.

Lopez (2008) entende que a fragilidade do suporte fotográfico teria estimulado intervenções por parte de diversos pesquisadores preocupados com a perda das

informações veiculadas pelas imagens. Essa manipulação, no entanto, trouxe sérios problemas. Esses profissionais realizaram procedimentos de preservação física e/ou na restauração de documentos fotográficos antigos, sem se preocuparem, em muitos casos, com a contextualização deles.

Madio (2012, p.60) corrobora inferindo que na maioria das instituições arquivísticas, a gênese documental dessa produção era desprezada e ignorada, e a análise recaía apenas nos suportes e elementos visuais.

O termo "mídia especial" relegou assim fotografias "às margens do arquivo". Schwartz (2002) comenta que embora na linguagem popular a palavra "especial" possa significar uma qualidade de algo superior em algum aspecto, no âmbito arquivístico, a terminologia "especial" serviu apenas para colocar as fotografias e outros materiais similares em uma categoria à parte. Por "especial" queriam dizer que eles são "excepcionais" - isto é, a exceção, fora do comum. Esse estatuto, no entanto, precisa ser analisado, problematizado e revisto.

A escolha de termos-padrão para denominar um objeto científico requer uma cuidadosa consideração, no uso da linguagem, em nossos sistemas de ordenação, em nossos campos de classificação, e em nossas regras de descrição. As palavras que escolhemos para descrever o que fazemos refletem nossa visão do mundo e os valores que atribuímos às coisas. Contudo, como lembra Schwartz (2002), os arquivistas continuam a empregar linguagem baseada em suposições errôneas sobre a natureza das fotografias, privilegiam assim alguns materiais de arquivo e marginalizam outros, destacando-se nesse caso o termo "documento especial".

O termo "não-textual" é igualmente problemático como uma maneira de descrever materiais visuais, o "não" sugere que a norma é textual. A autora em questão se utiliza de uma interessante analogia para explicar que a definição de algo como a negação de outra coisa não é adequada para fins científicos, o que pode acarretar em graves problemas:

Em nossa sociedade multicultural, não é necessário ser um especialista em teoria pós-colonial para perceber que a população do mundo não pode mais ser dividida nitidamente em "branca" e "não-branca". Nem, é claro, são "branco" e "não-branco" abrangentes como categorias.

Em seu capítulo, "Censo, Mapa, Museu", adicionado à edição revisada de *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson mostra como as definições de grupos raciais ou étnicos para fins de recenseamento privilegiam ou marginalizam, dependendo dos rótulos que escolhermos usar (SCHWARTZ, 2002, p. 148, tradução nossa).

Assim, se os materiais fotográficos e outros materiais visuais são reduzidos conceitualmente a formas de escrita, então somente as características que compartilham com o texto, ao invés daquelas que distinguem o verbal do visual, são colocadas em primeiro plano.

Fotografias, juntamente com outros materiais visuais, são apenas "especiais" se tomarmos materiais textuais como a norma. Ao rotular como "especial" as fotografias tudo o que fazemos é legitimar o entendimento delas como "o outro", o marginal nos arquivos.

Como salienta Schwartz (2002), em um arquivo, o tratamento de conservação e as medidas de manutenção devem equilibrar o valor probatório e informacional, e as necessidades intelectuais e físicas. No entanto, tais práticas, que acabam comprometendo o entendimento do seu contexto de produção e as suas funções originais, persistem e demonstram quão pouco compreendemos como os documentos em diferentes meios se comunicam.

Para Manini (2010), nos arquivos é recomendável e necessário que a fotografia seja tratada, sob determinado aspecto, como um documento igual aos demais: deve compor arranjos, ser descrita, ser classificada, ter seu lugar nos instrumentos de pesquisa e se tornar possível de ser recuperada e acessada.

Não é mais possível manter a afirmação da suposta qualidade "especial" desses registros, cunhada muito em função das características de suporte e no impacto disso nas condições de preservação. Estendido para a atividade de organização sem maiores críticas, o resultado disso leva a uma falta de conhecimento acerca da natureza documental, além de um enfoque exagerado na conservação em detrimento de sua organização contextualizada.

Para Madio (2012), faz-se necessário cada vez mais o desenvolvimento de estudos que proponham aperfeiçoamento das normas de terminologia, organização,

tratamento técnico, guarda, preservação, destinação e acesso dos documentos visuais. Essa busca por consolidação visará também orientar as próprias instituições que detêm a guarda de tais documentos, pois se constata que em diversos casos não há uma normatização volta para os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros, ou seja, o tratamento arquivístico ainda carece de uma metodologia mais específica e critérios bem definidos que possam servir como base para o desenvolvimento do trabalho do profissional da área.

São inúmeras questões dúvidas e um incontável número de ações e abordagens que devem ser identificadas, conhecidas, analisadas, discutidas e padronizadas conforme necessidades arquivísticas. O estabelecimento de uma terminologia própria e normalizada servirá para o melhor diálogo entre instituições detentoras desses acervos e propiciará bases para a consolidação da área, influenciando diretamente na qualidade do tratamento arquivístico, em sua difusão e na perfeita recuperação da informação de quem consulta (SIQUEIRA, 2012, p.19).

Corroborando com o entendimento de Lopez (2000), considera-se de imediata urgência o aprimoramento metodológico e também terminológico para essa documentação que cresce cada vez mais. Essa carência é evidente em diversas instituições quando se constata que a ausência de critérios bem definidos e consolidados para o tratamento dos documentos fotográficos que necessita de cuidados específicos pela sua natureza singular, leva a graves problemas ao se constatar que princípios norteadores, como o da Proveniência e da Ordem Original, são em muitas situações ignorados pelo desconhecimento da diversidade documental.

Lopez (2000, p.124) discorre ainda que equívocos ocorrem não apenas durante o tratamento e organização do material fotográfico, mas também no seu uso. Não é raro vermos pesquisadores das mais diferentes áreas que se equivocam no emprego das imagens fotográficas em suas investigações, provavelmente por não entenderem a complexidade desse material e o verem, por vezes, como “mera ilustração”.

Schwartz (1995, p.146) considera que os arquivistas têm perpetuado o analfabetismo visual, promovendo uma concepção de fotografia, na maioria das vezes, descontextualizada, vista apenas em termos de seu valor informativo, acessível pelo nome

ou lugar. Fotografias de arquivo são retiradas de seu contexto funcional e poder comunicativo e utilizadas por pesquisadores para "ilustrar" narrativas escritas, geralmente com o mínimo de informação de legenda. Por exemplo, fotografias horizontais são cortadas e reproduzidas como verticais para atender projeto de livro, e imagens são reproduzidas sem atribuição, o que reflete mais e reforça a ideia de que materiais visuais ocupam um nível mais baixo na hierarquia de documentos de arquivo.

No entendimento de Lacerda (2008, p.80) aos documentos fotográficos normalmente é atribuída uma percepção desses registros como unidades isoladas, sem vínculo evidente com o restante da documentação de mesma proveniência, já que na maioria dos casos suas funções originais não são alvo de identificação nos arquivos. Como consequência disso temos nessas instituições fotografias consideradas apenas como meras ilustrações, imagens de referência. A própria proveniência – elemento importantíssimo para entendermos o conjunto orgânico – é vista muitas vezes somente como uma identificação do conjunto, e não como uma evidência das razões pelas quais os documentos foram reunidos.

Uma fotografia totalmente descontextualizada e isolada de qualquer informação que consiga remontar sua gênese documental, talvez seja um dos maiores desafios a serem enfrentados no processo de ressignificação dos acervos fotográficos que se encontram hoje nas instituições custodiadoras. Leite (2001, p.31) define esse tipo de imagem como “fotografia anônima”:

Trata-se de fotos tiradas rapidamente "com um mínimo de poses deliberadas da parte do fotógrafo, no que se refere ao ponto de onde se tira, ao enquadramento e à apreensão da imagem", derivadas, em parte, da mobilidade da câmera manual. Ao se tornarem públicas, ou seja, quando esses instantâneos são arrancados de redes de relações conhecidas e significativas, como quando estão conservadas em álbuns e coleções de família, para enfrentar esquemas interpretativos os mais variados, ao serem inseridas em coleções ou arquivos públicos, sofre alterações em suas informações/desinformações primitivas.

Como assevera Franch (2009) o conhecimento sobre quem produz a fotografia, e em quais condições, é de grande utilidade. Por esse motivo é necessário identificar os

principais entes produtores sem esquecer que a criação fotográfica está ao alcance de todos e, portanto, pode ser produzida em qualquer âmbito, profissional ou não. A identificação de tais responsáveis pode representar uma importante informação tanto para a tomada de decisões quanto para sua conservação, além de fornecer dados essenciais para a organização dos fundos.

Por isso é necessário empreender análises que busquem investigar a natureza do documento fotográfico nos arquivos e não somente sua potencialidade como fonte de informação de fatos visuais para pesquisas. A perspectiva que deve ser vigente nos arquivos não deve buscar apontar significados das fotografias, mas sim compreendê-las no seu universo específico de produção (LACERDA, 2008, p.96).

Portanto, como lembra Madio (2012, p.59), deve-se primeiramente compreender a fotografia como resultado de uma função, uma intencionalidade, seja institucional ou particular. Apesar de a imagem fotográfica muitas vezes não vir acompanhada de uma referência ou identificação textual situando a função daquele registro, deve-se ter claro que há uma ação, um propósito original para a realização dessa atividade.

Como Lopez (2000) destaca a importância de se manter a organicidade dos conjuntos documentais, pois uma fotografia isolada significa muito pouco, mas aliada ao seu conjunto – as outras fotografias e demais documentos da qual ela faz parte – permite a reconstrução de um contexto de produção. Em outras palavras, a recuperação do fundo ao qual o documento pertence é informação fundamental, na medida em que assegura um dos princípios básicos estabelecidos pela arquivística, o do respeito à proveniência. Desta forma é possível perceber a unidade e o sentido do conjunto documental, inevitavelmente relacionados ao responsável por sua acumulação.

Estamos trabalhando com a ideia de que fotografias são documentos criados por uma vontade, com um propósito, para transmitir uma mensagem. Para entendê-los como produto de ações e transações, seja burocrática ou sociocultural, temos de devolvê-los para a ação em que participaram. É seu contexto funcional que transforma imagens fotográficas em documentos de arquivo (SCHWARTZ, 1995, p.41).

Um outro ponto importante a ser destacado no trabalho sobre documentos fotográficos refere-se à implantação de sistemas de arquivos e investimento no

gerenciamento de banco de imagens como medidas necessárias frente à consciência que hoje se tem do potencial da fotografia para a pesquisa. Especificamente no que diz respeito à fotografia, as novas tecnologias de informação e sistemas de imagem têm tido profundas implicações na forma como criamos, registramos, manipulamos, circulamos, armazenamos, interpretamos, recordamos e usamos a informação.

Hoje, como salientam Carvalho e Lima (2000, p.24), a circulação global da informação, particularmente de imagens, não representa, por si só, a garantia de preservação documental. Pelo contrário. A velocidade de produção das mídias e o uso de imagens via internet muitas vezes impede o arquivamento adequado dos documentos. Paradoxalmente, a produção fotográfica atual corre o risco de evaporar digitalmente no futuro, legando aos cientistas lacunas irremediáveis do passado.

A aceleração e avanço dos meios digitais de todas as atividades, públicas e privadas, estão forçando uma adequação dos arquivos fotográficos em grandes bancos de imagens, sem uma identificação da gênese e das séries documentais. Essa situação deve ser revista imediatamente para um tratamento arquivístico mais eficaz.

Em relação à organização dessa documentação fotográfica, Carvalho e Lima (2000) compreendem que são inúmeros os equívocos que estão sendo feitos. Em alguns casos estão sendo estabelecidos processos de padronização na análise de conteúdos visuais, nos moldes daquela dos sistemas de referência para livros, a partir de vocabulários que reúnem categorias de termos descritos e temáticos. Essas tentativas de padronização não levam em conta o contexto de criação, mas apenas a análise do conteúdo, ou seja, apenas o seu valor informativo é valorizado, em detrimento do valor probatório que preconiza a arquivística.

Outro exemplo do mau uso das tecnologias da informação no âmbito dos arquivos fotográficos se dá através de sofisticados sistemas de reconhecimento de imagens onde:

[...] através da cor, estrutura, distribuição de luz, chegando até mesmo à identificação facial e montagem automática de bibliotecas de personalidades vêm sendo desenvolvidos de acordo com a demanda de imagens definida pelo mercado. Esses sistemas são desenhados para atendimentos pontuais e de qualquer tipo, como alguém que,

precisando montar um cartaz publicitário, procura uma paisagem cujas cores possam “combinar” com aquelas de seu produto (CARVALHO; LIMA, 2000, p.24).

Quando programas de leitura de imagens fornecem apenas respostas mercadológicas, criam-se situações contraditórias como a descrita acima, onde todo o aparato tecnológico de reconhecimento dos aspectos formais da imagem é reduzido a uma ferramenta de busca convencional.

Como Lopez (2008) bem destaca, tradicionalmente os modelos de organização elaborados nos arquivos para documentos fotográficos partem das informações veiculadas pela imagem como referencial para a classificação e descrição, muitas vezes sem levar em conta a contextualização documental, em termos arquivísticos, o que coloca em risco a própria finalidade do arquivo. Tal conduta é geralmente justificada pela dificuldade de recomposição dos motivos da produção documental. No entanto essa situação, por não disponibilizar o documento imagético devidamente contextualizado, pode levar a perdas das informações arquivísticas.

Se quisermos que as fotografias e todos os materiais visuais assumam o devido protagonismo no universo dos arquivos precisamos de um maior conhecimento visual, por um lado, e uso mais adequado dessa tecnologia, por outro. Para Schwartz (2002), como lidamos com as fotografias depende muito da nossa compreensão do seu papel na sociedade, como e o quê elas comunicam, como elas são usadas na condução de negócios, sejam eles negócios pessoais, negócios corporativos ou negócios governamentais.

Malverdes (2015, p.47) destaca que a fotografia como documento de arquivo deve ser pensada como tal. Para isso, as sete funções da arquivística – produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão – devem ser pensadas dentro do contexto dos documentos fotográficos inseridos nos arquivos e suas mais diversas possibilidades. Além da aproximação com outras temáticas, como diplomática, preservação digital, vocabulário controlado, mediação e, principalmente, da questão do estudo da fotografia e seu crescimento crescente nas redes digitais e na internet.

Na perspectiva de Malverdes (2015, p.47), é importante considerar as possibilidades que a Diplomática oferece, possibilitando uma orientação pela qual podemos reconsiderar a fotografia no processo através das suas noções de autoridade, autenticidade, propósito, elementos extrínsecos e intrínsecos do documento de arquivo em estudo. É preciso que pensemos que qualquer acervo, inclusive o fotográfico, configura-se a partir da produção documental, só podendo ser entendido como conjunto a partir de atividades que o transformaram num todo, constituindo um corpus.

A Diplomática exige que se estudem as formas de criação por trás da fotografia, apontando para a necessidade de esclarecer a relação entre a fotografia e o fotógrafo e de se identificar os principais entes envolvidos na produção documental. Palavras e imagens se comunicam de maneiras diferentes e transportam cargas ímpares, que surgem a partir de diferentes intenções, são dirigidas a públicos diversos e atendem a finalidades distintas. A Diplomática tem assim muito a colaborar na solução deste quadro.

Schwartz (1995, p.41) defende que a Diplomática oferece uma outra maneira de fazer as perguntas e abordar os conceitos essenciais para a compreensão de fotografias em termos de documento - criação, contexto, autoria, intencionalidade etc. A Diplomática nos oferece um caminho para a recontextualização desses documentos. Todavia, a autora alerta que a análise diplomática por si só não é suficiente para a compreensão dos documentos fotográficos. Conclui que como arquivistas não devemos nos limitar desnecessariamente escolhendo um quadro conceitual sobre o outro. Pelo contrário, devemos recorrer a todos os recursos que existem à nossa disposição para cumprir a meta de Diplomática: identificar, avaliar e comunicar a verdadeira natureza dos documentos de arquivo.

Concordamos com Tognoli e Guimarães (2011, p. 42), para quem o maior desafio em abordar o tema da fotografia é garantir a organização do conhecimento arquivístico (no nosso caso dos acervos fotográficos), e a sustentação da disciplina em um momento de rupturas paradigmáticas e inovações tecnológicas. A partir do reconhecimento do valor documental da fotografia se faz necessário que determinemos as suas características como parte dos acervos arquivísticos e nos empenhemos na tarefa de apontar suas principais características dentro do processo de descrição e de leitura de imagens.

Destacamos aqui a necessidade de aprofundarmos os princípios arquivísticos e suas formas de descrição e representação da fotografia para que o profissional da informação (no caso o arquivista) possa alcançar um maior grau de alfabetização visual (SCHWARTZ, 1995), e com isso ampliar a capacidade de "ler" a mensagem da fotografia, entender o seu valor de prova e compreendê-lo como um documento de arquivo. Ao se buscar essa perspectiva será possível entender a fotografia como uma representação mediada da realidade, o produto de uma série de decisões, criado por uma vontade, para um propósito, para transmitir uma mensagem, para uma atividade.

Nas palavras de Manini (2009, p.9) o profissional da informação que quiser trabalhar com fotografias precisa se preparar minimamente para lidar com novas questões ligadas não só à técnica fotográfica, mas também com a narrativa proporcionada e encadeada pela fotografia. Deve-se aliar esta nova forma de olhar o documento fotográfico com a prática indispensável da pesquisa: será sempre necessário relacionar imagens entre si e imagens com textos e outros documentos, afinal o arquivo é um organismo pulsante que transpira significados.

A fotografia possui diversas funções. Ela informa, representa, surpreende, dá sentido, diverte, recorda. E pode gerar conhecimento. A fotografia pode, sem dúvida, ser compreendida como um documento arquivístico. A tendência de focar excessivamente em seu caráter especial pode vir a prejudicar sua devida contextualização e conseqüentemente sua organicidade. Faz-se necessário considerar a documentação iconográfica como peça integrante do conjunto e, portanto, compartilhando dos mesmos vínculos atribuídos à documentação textual em relação ao produtor do arquivo.

2.2 QUESTÕES ATUAIS E NOVOS DESAFIOS: A FOTOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO

Partindo da discussão arquivística explicitada no tópico anterior entendemos que o campo da Ciência da Informação pode vir a colaborar com a Arquivologia, através do entendimento do registro fotográfico sob um viés informativo característico desta área do conhecimento. Consideramos essencial discutirmos o conceito de informação, como pontapé inicial para esse debate.

Uma das origens da palavra informação vem do latim *informare*, que entre as significações consta “de onde vem a outra”. Informação significa dar forma, ou aparência, pôr em forma, formar, criar, mas também representar, apresentar, criar uma ideia ou noção. Zeman (1970, p.157) nos revela que é possível compreender a informação em geral como algo que é colocado em forma, em ordem. Assim, a informação significa a colocação de alguns elementos ou partes – sejam materiais, ou não materiais – em alguma forma, em algum sistema classificado; significa a classificação de alguma coisa. Sob esta forma geral, a informação é também classificação de símbolos e de suas ligações em uma relação, seja a organização dos órgãos e funções dos seres vivos ou a organização de um sistema social qualquer ou de qualquer outra comunidade em geral.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p.107) conceitua informação como "elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento". O Conselho Internacional de Arquivo (CIA), em sua base de dados Multilingual Archival Terminology, define a informação como "conjunto de dados organizado para transmitir uma unidade complexa dotada de significado".

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (Cunha e Cavalcanti, 2008, p. 201) define esse termo como sendo "registro de um conhecimento que pode ser necessário a uma decisão. O vocábulo ‘registro’ inclui não só os documentos tipográficos, mas também os reprográveis, e quaisquer outros suscetíveis de serem armazenados, visando sua utilização".

No que tange à noção de informação na área de Ciência da Informação (CI) Aldo Barreto (1994) a define como instrumento modificador da consciência do homem, ou seja, quando reconhecemos uma informação que altera nossa consciência sobre algo, estabelecemos uma relação entre essa nova informação e nossos conhecimentos e informações anteriores, gerando assim novo conhecimento, reduzindo nossa incerteza sobre determinado assunto. Assim sendo, podemos afirmar que a informação deve ser adequadamente assimilada para produzir conhecimento, ou seja, ela deve ter significado claro para o receptor, dentro do processo de comunicação.

De acordo com Lima e Murguía (2008), a informação é polissêmica. E por ser polissêmica, ela não é objeto de uma única área de estudo. Informação como conceito

carrega uma diversidade de significados, do uso cotidiano ao técnico. Genericamente, o conceito de informação está intimamente ligado às noções de conhecimento, memória, cultura, entre outros.

Não é uma construção recente, como nos orienta a história das ciências, das letras e das artes. No entanto, é somente a partir do século XX que o mundo é visto como espaço informacional e memorial, em que os aspectos materiais e imateriais dos objetos criados pelas sociedades entram em disputa (DODEBEI, 2010, p.4). Assim, a informação aqui considerada é aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica (AZEVEDO NETTO, 2007, p.6). Fenômeno este no qual inserimos também a fotografia, como uma produção informativa registrada de uma instituição.

Verifica-se, no entendimento de Amaral (2009), que a Ciência da Informação nasceu dentro de um contexto histórico de explosão informacional e de problemas de acesso à informação para a geração de conhecimento, problemas esses que ainda não foram solucionados. O grande desafio da CI quanto a deixar disponível um grande volume de informações contidas nos documentos textuais estende-se também aos acervos fotográficos.

Na área da Ciência da Informação, a fotografia é, basicamente, estudada como documento e informação no âmbito da representação e recuperação da informação fotográfica e de soluções de arquivamento e preservação (GUERRA; PINHEIRO, 2009, p.3). Isso porque a fotografia contém informações e mensagens que estão intrinsecamente ligadas ao conhecimento que se pode adquirir ao fazer uma análise do seu conteúdo.

Nos dias de hoje, o documento fotográfico constitui um desafio para aqueles que se dedicam às práticas do tratamento de informação. Embora a fotografia constitua um exemplo real de documento que possui um suporte e informação, nem sempre é visto pelos profissionais de informação como uma prioridade. Rodrigues (2017, p.55) identifica dois motivos que justificam tal fato. Em primeiro lugar, realça o fato de vivermos na chamada Era da Informação e que vem alinhada com o avanço tecnológico

e o exponencial crescimento de dispositivos tecnológicos de captura da imagem que tendem a banalizar o documento fotográfico que, inevitavelmente, acaba por estar ao alcance de qualquer um. Em segundo lugar, lembra que a maioria dos documentos existentes para tratamento em centros de documentação ainda são de caráter textual e, por isso, o documento fotográfico acaba por ser deixado para segundo plano.

No que tange aos avanços tecnológicos, a colaboração de Franch (2008, p.15) sobre o tema é muito interessante quando ressalta que o maior impacto da fotografia digital é o do “fenômeno da desmaterialização”, consistindo na ausência de uma estrutura física da imagem, tendo consequências em todas as fases da intervenção, das quais a de conservação se torna a mais evidente.

Com o digital, o processo químico desaparece, produzindo uma verdadeira ruptura, pois o objeto final tem uma natureza bem diferente, e isto distingue a revolução digital de seus precedentes (FRANCH, 2008, p.15).

No entanto, o princípio da câmera escura para a produção de uma imagem fotográfica permanece o mesmo. Amaral (2009, p.36) explica que para a formação de uma imagem fotográfica são necessários: 1) o objeto a ser fotografado; 2) uma câmera fotográfica; 3) luz natural ou artificial; 4) um suporte que registre a imagem; 5) o fotógrafo. Por mais óbvia que possa parecer essa definição, há uma explicação sobre a importância de cada componente. Na falta de qualquer um deles não existirá fotografia, que, por sua própria natureza, já nasce como registro. Devemos ressaltar que, no caso das imagens digitais, todos os elementos acima citados fazem parte da tomada fotográfica, mudando-se apenas a forma de registro: o processo físico-químico é substituído pelo físico-numérico.

No entendimento de Lima e Murguia (2008), a informação já se faz presente no momento em que se dá início ao processo de constituição “genética” da imagem fotográfica, auxiliada pela câmera escura ou por qualquer outro dispositivo fotográfico, identificado a partir de reação físico-química, onde a presença da luz reage sobre suportes emulsionados de modo a imprimir o seu traço, a sua inscrição. Logo, tal informação, sob um viés científico, passa a ser o objeto da Ciência da Informação. Ao mesmo tempo se torna um elemento constitutivo do processo fotográfico, resultando na informação visual (DODEBEI, 2010, p. 26) registrada em um tipo particular de suporte,

que se converte em cultura material e simbólica, vinculada às práticas sociais e vivências de um indivíduo, de um grupo de uma comunidade e ao mundo, se pensarmos na imagem fotográfica como uma representação e construção social de sujeitos históricos em condições espaciais e temporais determinadas.

Lima e Murguia (2008, p.2-3) apresentam o binômio Fotografia/Informação entendendo estar esse registro inserido em uma dinâmica própria. A fotografia se (in)forma sobre um tripé constituído pela linguagem, pelo registro e pela informação. Tais aspectos presentes na fotografia constituem uma unidade, embora diferenciados entre si, pelas suas respectivas particularidades.

O intuito dos autores é o de considerar que o caráter polissêmico próprio da fotografia e da informação pode representar algo que cuida tão somente de conciliá-las, na medida em que a informação é um desdobramento necessário da fotografia. Em outras palavras, o estatuto que rege a condição de signo indiciário da imagem fotográfica a torna potencialmente uma informação porque a imagem fotográfica é uma representação do seu referente (LIMA; MURGUIA, 2008, p.3).

Tal relação entre fotografia e linguagem, por sinal, vem também sendo bastante discutida no âmbito da Ciência da Informação. Para Galvão (1998, p.39), atribuir à fotografia uma linguagem é estabelecer o seu vínculo com a existência de um código de leitura, de uma sintaxe, de uma semântica, ou, ainda, percebê-la como um modo particular de comunicação capaz de veicular informação, saber e sentido.

Bocato e Fujita (2006, p.86) esmiúçam a questão da linguagem fotográfica, acabando por desenvolver uma espécie de ciclo na qual afirmam que “a fotografia, como texto visual, possui um enunciado, uma textualidade, uma narrativa”, isto é, a fotografia, como meio de comunicação possui um emissor, um receptor, e um mediador que neste caso se trata da própria linguagem fotográfica.

A relação entre fotografia e linguagem, além de pressupor a presença de um código que atua como mediador entre um emissor e um receptor, assegura um processo de comunicação, de modo a garantir interação e circularidade. Por emissor, toma-se o fotógrafo, seja atuando com independência ou subordinado a um patrão ou uma entidade governamental. Por recepção, passa-se a considerar as diferentes formas ou

demandas de leituras, próprias do emissor e do receptor. Neste caso, essa linguagem estaria circunscrita não só à própria produção fotográfica em si, mas à reflexão acerca dessa produção. Nesse sentido, Lima e Murguia (2008, p.4) asseveram que não se deve perder de vista que a linguagem age a partir de um circuito de comunicação e de criação de sentidos, portanto, de relações que se efetivam a partir da existência do fotógrafo, do meio fotográfico, da sua institucionalização e de um receptor que interage com o olhar.

Entendemos também que através dessa combinação entre linguagem e registro que a imagem fotográfica figura como objeto de conhecimento dotado de singularidade, mas também de universalidade em relação às demais representações imagéticas que fazem parte do universo iconográfico e textual.

Pode-se inferir que esse tipo de linguagem é uma combinação de forma, expressão, sinais, dotada de inteligibilidade desde o instante em que entra no circuito da criação, por parte de um emissor/produtor, até o momento em que passa a interagir com o receptor que dela se apropria e com ela interage (LIMA; MURGUIA, 2008, p.6).

Atribuir à Fotografia uma linguagem é assim estabelecer o seu vínculo com a existência de um código de leitura específico desse registro visual, ou, ainda, percebê-la como um modo particular de comunicação capaz de veicular informação, saber e sentido.

A Ciência da Informação, como já explicado, tem demonstrado interesse pelos documentos imagéticos, admitindo que com o advento da Internet a produção deste tipo de documento tem se ampliado. Com a popularização da Internet, houve um aumento exponencial do acesso ao mundo virtual, para entretenimento e lazer, com isso vale ressaltar a grande importância da presença do profissional da informação, como mediador para além de ser responsável por tratar, descrever, classificar, arranjar e disseminar a informação para torná-la recuperada e acessível de forma mais socializada possível. Manini (2010, p.12), afirma que:

Os profissionais da informação devem se preocupar – também na sua função de formadores de profissionais da informação – com a guinada que aconteceu nas formas de comunicação, onde o visual tomou lugar de destaque. Pode-se deparar, na internet, com sites de hospedagem e compartilhamento de imagens fotográficas, como o Flickr; ou com o

programa de edição e busca de fotografias digitais Picasa, e os similares digiKam, F-Spot e iPhoto. Observar o visual com olhos informacionais se torna tarefa premente entre os tratadores de informação, especialmente a informação que será recuperada por historiadores, antropólogos, cientistas e demais pesquisadores. A visualização intensa requer uma também intensa aprendizagem visual documentária.

Portanto, neste entendimento, o “tratador de informação” é o responsável não por apenas descrever o conteúdo da fotografia, mas também por garantir a compreensão e análise de conteúdo da imagem o que em última instância também colaborará para um desenvolvimento teórico mais sólido da informação fotográfica.

Como destaca Rodrigues (2017, p.59), o profissional de informação é aquele que vai “representar o conteúdo da imagem fotográfica para torná-la acessível – socialização do conhecimento – ao usuário”. Assim sendo, o profissional de informação tem o intuito de procurar e obter as informações que vão de encontro às necessidades de pesquisa, bem como criar os serviços de referência capazes de concretizar as tarefas a que se propõe.

Levando em consideração a grande responsabilidade do profissional da informação em trabalhar como leitor mediador de informações de variados discursos e representar de maneira completa textos a partir de suas interpretações, é que a leitura se torna “atividade fundamental no processo de trabalho desses profissionais, pressupondo um articulado movimento de interação entre o leitor e o texto a ser incorporado ao sistema” (MOURA, 2006, p. 30).

É sob esta perspectiva, como destaca Manini (2009, p.9), que o arquivista que lida com imagens em seu acervo deve atuar: aproximar-se da imagem ao máximo e dela extrair o que de melhor possa interessar ao seu pesquisador usual, ou seja, quanto mais adentrar na fotografia, melhor a traduzirá e poderá oferecer aos usuários uma informação bem tratada, pronta a se transformar em conhecimento.

Como profissionais da informação, ao compreendemos o documento imagético em toda a sua plenitude seremos capazes de melhor comunicar o seu conteúdo atingindo assim toda a potencialidade da informação visual.

A percepção que o profissional da informação tem das informações contidas na imagem deve ser levada em consideração, pois é a maneira pela qual ele reconhecerá essa imagem. O que não pode ocorrer é a omissão, por parte do especialista, de uma análise mais aprofundada, norteadas pelas necessidades de pesquisa, demandando inclusive, em alguns casos, consulta a outras fontes para obtenção de alguma informação específica sobre ou da imagem, tais como nome específico de algum objeto constante na imagem, data, local etc. Amaral (2009, p. 48-49) assevera que apenas assim será possível a utilização de descritores condizentes com o que a imagem mostra de “interessante” para a instituição mantenedora. Obviamente, o “assunto” da fotografia não se esgota, mas o arquivista necessita de critérios sobre o que deve ser identificado para a recuperação da imagem.

O mesmo autor destaca também outra questão muito importante. Ele explica que a atual produção vertiginosa de imagens e seu acúmulo fazem com que instituições mantenedoras de acervos fotográficos busquem formas mais adequadas para disponibilizar as informações contidas nas imagens, a fim de atender a grande demanda, seja para simples ilustração ou como fonte primária de informação (AMARAL, 2009, p.47).

Maimone (2007, p.27) reconhece que as questões relacionadas ao tratamento da informação estão na gênese da Ciência da Informação, pois a estruturação, a organização e, fundamentalmente, a representação, através das linguagens controladas, do conteúdo dos materiais para o melhor arranjo físico e temático dos mesmos, revela preocupações presentes desde a origem desta área de conhecimento.

Entendemos que a Ciência da Informação, utilizando de seus métodos sistemáticos e aplicando ações de cunho intelectual para o tratamento destes materiais, pode suprir os interesses informacionais destas instituições no que concerne ao contexto documental.

A preocupação da CI com os aspectos práticos que permitam uma adequada organização e recuperação da informação aplica-se a todo e qualquer tipo de documento, incluindo-se certamente a fotografia. Todavia, segundo Maimone e Tálamo (2008, p.1),

A Ciência da Informação, como área de conhecimento que estuda e aplica processos de organização e representação da informação, deteve-se prioritariamente nos documentos impressos. Os documentos imagéticos, embora tenham crescente presença e importância social evidente tornam-se objeto de tratamento mais tardiamente, tornando urgente a criação de metodologias específicas segundo tipologias documentárias que vão se constituindo à medida que avança essa discussão [...]. Nesse sentido, a busca por metodologias que pretendam analisar o conteúdo de imagens é de fundamental importância, visto que pretendem expressar de maneira objetiva e padronizada as informações contidas nestes materiais.

É nesta base de estudo que Boccato e Fujita (2006, p.85) desenvolvem a problemática do lugar do documento fotográfico nos arquivos e a sua relação com as propriedades e os comportamentos da Ciência da Informação. Segundo estas autoras, o documento fotográfico deve ser visto “como fonte de informação para a geração de conhecimento”, uma vez que este cumpre um papel social fundamental que assegura a multiplicação de novos conhecimentos. Conhecimentos esses que contribuem para um crescimento sustentável da sociedade.

Neste âmbito, os arquivos desempenham um papel de destaque e o seu cruzamento com a CI é evidente em variados casos, visto que, desta forma, é potenciado o estudo das diversas etapas que estão agregadas ao ciclo informacional e, também, aos mecanismos que permitem processar a informação, com vista a otimizar o acesso (RODRIGUES, 2017, p.58).

Também Manini (2002, p.80), na sua tese de doutoramento, desenvolve o tema da presença do documento fotográfico nos arquivos e da sua relação com a Ciência da Informação. Para esta autora, “a Ciência da Informação trabalha com representações”, isto é, também os documentos imagéticos compõem a CI e as operações que esta ciência social desenvolve. Assim sendo, os arquivos são as unidades informacionais necessárias e fundamentais para a concretização do trabalho que é imperativo desempenhar com este tipo de registos.

Sendo a fotografia reconhecida como fonte de informação, capaz de ser apresentada legalmente como prova documental, ela necessita de armazenamento adequado e também ser organizada para fins de recuperação dos usuários interessados.

Maimone (2007, p.45) entende que o tratamento da informação imagética é essencial para a recuperação da informação já que permite, por intermédio da análise do conteúdo dos documentos, sua representação informacional. Como as imagens são fontes de informação e estão presentes no nosso dia-dia desde os tempos antigos e mais acentuadamente no contexto atual pelas novas tecnologias, torna-se imprescindível ter conhecimento dos códigos, modos e processos que as imagens desempenham na elaboração dos significados – que são transmitidos por discursos visuais (gestos, cores, vestimentas, luz, etc.).

No entanto, como asseveram Souza e Albuquerque (2016), a dificuldade em analisar documentos, em especial o documento fotográfico, somada à falta de estruturação das informações faz com que em sua recuperação as informações se tornem por vezes insuficiente ao usuário.

Para tanto, é sabido que somente é possível efetuar esse “tratamento” quando os documentos se encontram devidamente registrados. Compartilhamos da perspectiva de Maimone (2007, p.21) na qual todos os materiais registrados são fontes de informação e como tal merecem processamento informacional atentando para suas características peculiares. Este tratamento empenha-se em “configurar” a “informação relevante” a fim de produzir conhecimento.

Sendo assim, o ato de “transcodificar” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2016, p.30) o documento fotográfico com a finalidade de dar acesso às informações demanda uma série de conhecimentos e ações advindos da Organização do Conhecimento, assim como de outras áreas, se tornando tarefa interdisciplinar e extremamente importante realizada pelos profissionais da informação.

Agustín Lacruz (2015, p.57) explica que por sua polivalência expressiva e densidade de significações superior a das palavras, as imagens se converterem em meios de comunicação muito eficazes. Tendo isso em vista percebe-se que umas das principais características da imagem seria sua capacidade de representação, de significação, que

por sua vez é muito diferente dos enunciados linguísticos. As imagens possuem uma forma de representação que transmite informações do mundo visualmente percebido mediante um sistema de códigos distinto e único.

Amaral (2009, p.47) afirma que apesar de estarmos familiarizados com as imagens, ainda há resistência em analisar e interpretar as informações nelas contidas, pois existe na área da pesquisa um aprisionamento à tradição escrita como forma de transmissão do conhecimento.

Assim, uma adequada leitura e interpretação das imagens são, para Agustín Lacruz (2015), fundamentais no processo de entendimento e comunicação do conteúdo informacional das imagens. A leitura, por sinal, é umas das principais etapas na qual se apoiam os processos de representação e recuperação das imagens.

A leitura de imagens é uma atividade complexa que requer conhecimentos, habilidades e estratégias conforme as diversas situações e a interação com outros sujeitos nos entornos sociais que envolvem os documentos fotográficos. Entendendo a aprendizagem da leitura das imagens como uma tarefa difícil de formalizar, a autora elenca algumas habilidades necessárias para seu desenvolvimento (AGUSTÍN LACRUZ, 2015, p.62):

- A identificação dos diferentes códigos que se articulam no âmbito em que se exhibe o significado da imagem;
- A compreensão das características específicas da linguagem visual e de seu sistema de significação;
- O conhecimento da intencionalidade comunicativa e dos usos da imagem;
- A capacidade para compreender e utilizar as imagens a fim de que o sujeito leitor alcance seus objetivos comunicativos.

Malverdes (2015, p.38) explica que para compreendermos o significado das imagens, temos de considerá-las como produtos sociais e históricos, e como tal evoluem tanto de forma diacrônica (ao longo do tempo) como sincrônica (no espaço). Na comunicação fotográfica, há intervenção, pelo menos, dos seguintes elementos básicos: o fotógrafo (autor/criador da imagem); a fotografia, isto é, a própria imagem icônica; o

contexto, o conjunto de elementos que situam o processo comunicativo; e, o receptor, ou seja, o leitor.

É válido notar aqui uma aproximação dos elementos básicos do processo comunicativo ao próprio âmbito arquivístico, entendendo o fotógrafo como produtor, o receptor como usuário, a fotografia como documento e contexto como o próprio contexto de produção do registro. Percebe-se assim que o contexto documental é de extrema importância ao se analisar a fotografia não apenas na Arquivologia, mas em também na CI, demonstrando possuir esta uma latente característica interdisciplinar.

Compartilhamos do entendimento de Maimone (2007, p.44) que afirma ser a imagem, como qualquer outro documento, fonte de informação, contendo assim informações passíveis de tratamento, organização e representação de maneira que possibilitem seu acesso e recuperação, para fins de geração de novos conhecimentos ou complementação dos já existentes.

Nesse contexto, como assevera Rodrigues (2018, p.58), falar do documento fotográfico implica também falar da sua análise documental, uma vez que ela permite dissociar a denotação da conotação expondo de maneira mais adequada seu conteúdo informacional.

De acordo com Valle Gastaminza, (2001), a análise documental é uma operação que se realiza sobre os documentos pertencentes a um determinado conjunto documental cujo objetivo é obter uma representação de cada um deles que permita encontrar e recuperar o documento de acordo com critérios previstos e informar sobre o mesmo através de uma interface adequada. Estas representações, mais manejáveis que o original, podem substituir o documento no processo documental.

Agustín Lacruz (2010, p.88) corrobora com tal definição, entendendo que a análise documental tem como objetivo primordial a recuperação dos documentos a partir de distintos critérios morfológicos ou temáticos, geralmente normalizados. Analisa-se o documento, desta perspectiva, para que “apareça” quando seja necessário. A análise documental permite controlar os documentos por meio de suas representações, ou seja, informar sobre eles sem ir diretamente a eles.

No entendimento de Robledano Arillo (2000), a análise documental de imagens tem como finalidade a representação e, com isso, a recuperação de conteúdos através de atributos.

Para Boccato e Fujita (2006) a análise documental de imagens deve atender aos preceitos da documentação, refletindo a credibilidade e segurança no momento da recuperação da informação pelo usuário. Atendendo assim ao objetivo central da análise documental, a informação documental deve promover a identificação de materiais informacionais que respondam, de maneira satisfatória, às questões dos usuários e, por outro lado, possibilitar a tomada de decisões sobre a consulta e a escolha de um determinado documento original. Para que essas funções sejam devidamente cumpridas, a informação documental deve ser elaborada por meio de métodos que correspondam à equivalência entre o sentido do texto original e a sua representação.

É primordial, como destaca Malverde (2015), pensar a fotografia como objeto da análise documental pertencente a uma determinada coleção ou fundo com o objetivo de obter uma representação de cada um deles, de forma que se possa, a partir de então, encontrar e recuperar o documento de acordo com critérios previstos e informar a seu respeito através de uma interface adequada.

Valle Gastaminza (2001, p.10) destaca ainda que ao analisar documento imagético devemos estar cientes de que nunca um texto vai expressar com suficiência o que a imagem transmite e, por isso, deve-se constatar que representações textuais de imagens não podem substituir as próprias imagens. No entanto, tais representações podem incluir uma grande quantidade de informação que descreva os atributos característicos do documento imagético que, estruturada e normalizada em um processo documental, será de grande ajuda a quem queira encontrar tais imagens, recuperá-las ou saber algo sobre elas.

Citando novamente Boccato e Fujita (2006 p.98), “a análise documental é um processo instrumental” e é nesse sentido que a Ciência da Informação, através do seu caráter interdisciplinar, deve incentivar que sejam definidas as orientações que levem ao acesso competente de imagens nos sistemas e nas unidades de informação.

Assim sendo, concordamos com Maimone (2007, p.45) onde diz ser possível inferir que a análise documental possibilita identificar características que poderão auxiliar na compreensão e contextualização das imagens, tornando possível a disponibilização de informações consistentes, baseadas na análise do conteúdo informacional e bibliográfico (contextualização a partir de documentos que digam respeito à obra), revelando assim mais que simples interpretação – individual e subjetiva do indexador.

Em suma, compreendemos que a imagem fotográfica é uma forma de conhecimento registrado, tendo em vista que é representação de um referente real que transmite, na maior parte das vezes, informações sobre fatos científicos, históricos, políticos, religiosos, esportivos etc. Constitui-se, portanto, num tipo de documento e, como tal, deve ser inserida no escopo da Ciência da Informação e organizada para uso futuro.

A imagem fotográfica permite aguçar as lembranças, a memória e a recuperação e preservação da história de instituições, de movimentos sociais, artísticos, políticos, étnicos e religiosos, dentre outros. Desta forma, este universo imagético vem despertando o interesse dos profissionais de diversas áreas e em especial da área da CI, pois, é de consenso, que os registros fotográficos guardam conhecimentos importantes sobre fatos, pessoas e objetos que podem ser passados de gerações para gerações. Portanto, como destacam Fagá e Costa (2014, p. 179), a acessibilidade a esses registros e, conseqüentemente, as mensagens guardadas em seus conteúdos são fatores que permitem o conhecimento e a compreensão da trajetória de pessoas e organizações, contribuindo para a sobrevivência da memória institucional.

As fotografias constituem um objeto de estudo intrinsecamente polissêmico, cujas diversas formas de significação se enriquecem com os aportes de diferentes escolas e correntes metodológicas, capazes de conciliar interesses variados e perspectivas diversas.

Eles contêm, como um caso, uma experiência visual codificada que permite deixar a memória e o conhecimento adquiridos à comunidade e às gerações subsequentes. Isso os torna fontes valiosas de informação para os documentalistas, que estão preocupados em

representar seu significado para que a recuperação subsequente seja possível (AGUSTÍN LACRUZ, 2015, p. 85, tradução nossa).

A imagem não apenas se constitui em um tipo de representação icônica que goza de um extenso uso cultural e uma longa trajetória histórica como meio de expressão e comunicação, mas também uma morfologia específica e características documentais muito específicas que não podem ser desprezadas.

Concluimos assim ser necessário que se avance cada vez mais no estudo conceitual sobre registros em imagem (nesse caso, o fotográfico) e principalmente em questões metodológicas específicas que nortearão seu tratamento e em consequência disso permitirão que seu uso seja feito de maneira adequada o que gerará ganhos para a Ciência da Informação e todas as áreas que lhe são correlatas, como a Arquivologia.

3. A FOTOGRAFIA NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ARQUIVOLOGIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A partir de agora entraremos no âmago da presente pesquisa, ou seja, a análise dos periódicos científicos nas áreas delimitadas buscando entender as formas pelas quais a fotografia é entendida e abordada tanto por um viés documental, quanto informacional. Buscaremos apresentar a importância da pesquisa para o desenvolvimento de uma área científica e a influência da publicação em periódicos como forma de difundir conhecimento. Apresentaremos também a estruturada metodológica utilizada na pesquisa e, por fim, os resultados obtidos.

3.1 POR QUE PESQUISAR?

A obtenção de informações confiáveis sobre o mundo pressupõe um método racional, quantitativo e qualitativo, que acumule dados por meio de observações e experiências, interpretando-os a partir de uma estrutura teórica adequada. O progresso de qualquer ciência depende de incessantes pesquisas científicas que mesclam trabalho teórico e prático, em que cada componente ajuda o outro. Esse método leva ao descobrimento de padrões de evolução da área, demonstrando quais perspectivas que se abrem a uma disciplina. A ciência progride à medida que o tempo passa não apenas pela simples acumulação de dados, mas pela sua interpretação adequada, levando a percepções mais gerais e mais elaboradas do mundo (MEADOWS, 1999. p.5).

Deve-se sempre ter em mente também, que a pesquisa científica está intimamente ligada à interação social. O desenvolvimento teórico leva a modificação de ideias que por sua vez serão refletidas na sociedade como um todo. Em outras palavras, o aprimoramento de uma área conduz a sociedade a novas percepções que legitimarão cada vez mais o aspecto científico da disciplina. Assim, deve-se buscar sempre a renovação do arcabouço, apresentando novas perspectivas.

Lembra Meadows (1999, p.6) que o desenvolvimento de uma área leva, conseqüentemente, a alteração dos conceitos com o passar do tempo, ou seja, à medida

que uma ciência evolui, os seus referenciais e suas especialidades também se alteram. Assim, a busca por informações sobre algum tema específico que recue alguns anos (principalmente em se tratando de disciplinas cujo arcabouço muda de maneira mais dinâmica, como as ligadas à Ciência da Informação) pode tornar-se um verdadeiro “jogo de adivinhação”.

O que a pesquisa busca é informação, o que o sistema de comunicação formal fornece são documentos. Assim, os documentos produzidos (como artigos científicos, no caso da presente pesquisa) por uma determinada área do conhecimento são também a chave para sua transformação, pois um estudo adequado nos mostrará como uma disciplina se via e as mudanças que foram engendradas em seu interior através do tempo. Novas perspectivas, novas abordagens, novos objetos, novos sujeitos: uma pesquisa demonstra as mutações ocorridas no âmago de uma ciência.

Com a revolução tecnológica, o acesso à informação científica vem crescendo gradativamente. Esse crescimento se dá pelas necessidades que a comunidade científica tem de obter informações confiáveis e atualizadas para produção do conhecimento. Segundo Oliveira (2008, p.16), a “comunicação científica é o meio que os membros da comunidade científica utilizam para trocar informações entre si”.

A comunicação científica, desde a sua origem, tem um princípio básico: possibilitar o avanço e a continuidade da ciência. Todos os campos da ciência possuem diversas especialidades e o avanço de cada uma delas depende muito do processo de interação de sua comunidade científica. O caminho é longo, de forma que descobertas anteriores devem ser registradas para que toda a comunidade científica possa usufruir das informações registradas e renová-las ou gerar novos conhecimentos a partir das mesmas. (MAIA, 2005, p.30)

Meadows (1999, p.7) refere-se à comunicação científica como:

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isto exige, necessariamente, que seja comunicada.

A pesquisa torna-se legítima após sua publicação em meios aceitos pela comunidade científica. O processo de tornar pública uma pesquisa, através de sua publicação, é indispensável para que ela seja legitimada. Isto é identificado como um dos elementos que compõem a base da comunicação científica (CRESPO; CAREGNATO, 2004).

Mas não é apenas a continuidade e a validação dos pares que garantem uma boa comunicação científica. Oliveira relaciona três elementos necessários para que ocorra uma comunicação científica de qualidade:

“a) instituições fortes e estáveis, para abrigar os grupos de pesquisa, o que demanda recursos; b) recursos humanos qualificados para exercer a atividade; c) canais de comunicação para fluir a produção científica. A ausência de um desses elementos cria condições adversas à institucionalização da ciência” (OLIVEIRA, 1989 APUD OLIVEIRA; MOTA; ALVARADO, 2004, p.20).

Muito se evoluiu no processo de comunicação científica. Nessa evolução destaca-se principalmente o início da utilização da forma eletrônica para realizar a comunicação científica. O fato se deu a partir da metade do século XX, onde as principais bibliografias, índices e resumos passaram a ser disponibilizados eletronicamente, em CD-ROM e com acesso on-line (CUENCA; TANAKA, 2003 APUD MAIA, 2005).

No entanto, Cunha (1997, p.82) destaca que somente após a década de 1980, com o advento dos computadores pessoais e a rede de computadores Internet, as barreiras impostas pela comunicação científica na forma eletrônica começaram a diminuir sua intensidade. Entretanto, estas barreiras não foram totalmente eliminadas e a transição ocorreu parcialmente. A coexistência dos meios impresso e eletrônico constitui, de fato, um paradigma no sistema de comunicação científica.

A comunicação científica é fundamental para compreendermos a evolução de uma área do conhecimento. Através dos meios pelas quais uma disciplina se comunica entre os seus pares e com a sociedade diz muito sobre o seu próprio desenvolvimento enquanto campo científico. Assim, ao analisarmos tais meios de transmissão de

conhecimento, estamos indo ao encontro de informações fundamentais para compreendermos a própria configuração dessa área científica.

Os periódicos científicos, fonte de estudo da presente pesquisa, são entendidos como importantes veículos comunicacionais, sendo assim utilizados como elementos indicadores de nossa análise central que tem como foco o tema da fotografia como objeto de estudo.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO PERIÓDICO CIENTÍFICO

De acordo com Meadows o termo *periodical* (periódico) entrou em uso na segunda metade do século XVIII “e se refere a qualquer publicação que apareça em intervalos determinados e contenha diversos artigos de diferentes autores” (MEADOWS, 1999, p.8).

Brito e Lima (2015, p.50) explicam que periódico científico é toda publicação de cunho científico que agrupa textos de vários pesquisadores em um mesmo fascículo, mantendo uma regularidade em sua publicação. De acordo com a Norma Brasileira (NBR) 6021, periódico é toda “publicação seriada de periodicidade prefixada, cujas unidades são geralmente constituídas por textos de autoria diversa” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p.1). Desta forma, permite a interdisciplinaridade entre os temas tratados em uma mesma revista, sob a visão de autores diferentes.

O surgimento dos periódicos científicos foi considerado um marco para a comunidade acadêmica. Mueller (2000, p. 69) relata que “os periódicos científicos apareceram no século XVII na Europa, em uma época marcada por mudanças em toda a sociedade, inclusive no campo científico”. Este acontecimento facilitou a disseminação de fontes de informação entre os pesquisadores e institutos de pesquisa.

Como veículo de comunicação do conhecimento, o periódico cumpre funções de registro oficial público da informação mediante a reconstituição de um sistema de editor-avaliador. O registro do conhecimento cumpre ainda importante função de estabelecimento de prioridade da descoberta científica - fator importante na motivação

do cientista. Ele cumpre, entretanto, também outra importantíssima função, qual seja, a de definir e legitimar novas disciplinas e campos de estudos, constituindo-se em um legítimo espaço para a institucionalização do conhecimento e avanço de suas fronteiras (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Comentam Brito e Lima (2015, p.51) que o periódico é uma fonte de informação que permite a regularidade e veracidade de textos curtos, que facilita a leitura e reúne diversos textos e opiniões de vários autores sobre determinado tema. Dentre os meios formais de publicação o periódico científico, em formato impresso e/ou eletrônico, divulga os resultados de pesquisas, promove a integração entre cientistas que possuam pesquisas e interesses afins. E ainda favorece a disseminação e a recuperação da informação por meio dos serviços de indexação e mecanismos de busca

Como veículo de comunicação entre os pares, Miranda e Pereira (1996) afirmam que o periódico científico cumpre funções que permitem a ascensão do cientista para efeito de promoção, reconhecimento e conquista de poder em seu meio. Por essas razões e por outras o ato de publicar artigos é exigido pelos pares como prova definitiva de efetiva atividade em pesquisa científica.

As funções de disseminação e de recuperação do conhecimento desempenham papel importante para a visibilidade, tanto do periódico quanto de seus autores e editores. Para cumprimento de todas essas funções é necessário, primeiro, que os periódicos se estabeleçam e, segundo, que se consolidem. Isso não se dá, todavia, sem a presença de uma comunidade científica e sem o fomento das suas atividades de pesquisa.

Portanto, o maior ou menor desenvolvimento desse veículo de comunicação dependem (MIRANDA; PEREIRA, 1996, p.376):

“- do estágio de desenvolvimento da área científica cujas ideias eles veiculam; - de uma comunidade engajada na atividade de pesquisa e da afluência de artigos para publicação; - da existência de grupos e instituições que desempenham funções típicas de edição, avaliação, publicação, disseminação e recuperação; - da existência de mercado representado por uma comunidade de usuários que o legitimem; - de infraestrutura para distribuição, recuperação e acesso às informações.”

A opção pelo periódico especializado como elemento indicador resulta assim da sua importância na construção de um campo científico. Muller (1999 Apud FONSECA, 2005, p.73) destaca quatro funções dos periódicos científicos: a) lócus de estabelecimento da “ciência certificada”, ou seja, partilhada e avaliada por uma comunidade; b) canal de comunicação e divulgação científicas; c) memória científica; d) registro de autoria. Assim, destaca Fonseca (2005, p.74), os periódicos se tornam importantes parâmetros de análise da configuração de campos científicos, e o interesse acadêmico de cada comunidade científica pelos “seus” periódicos é referência, também, de sua maturidade.

Os periódicos são, incontestavelmente, um dos principais instrumentos de difusão científica. Publicar aumenta a possibilidade de que o resultado de uma pesquisa seja lido por seus pares, legitimando-o. Além de serem uma fonte de informação e de divulgação de conhecimento, são também os meios pelos quais o conhecimento científico torna-se compartilhado e permite a acumulação do conhecimento.

Assim, nos propomos a utilizar os periódicos científicos da Arquivologia e Ciência da Informação (CI) no sentido de compreendermos o desenvolvimento da temática da fotografia (eixo central da pesquisa) em ambas as áreas. Acreditamos, pautado na progressão de ideias realizada aqui, que tal veículo comunicacional reúne características que nos permite utilizá-lo como importante e rica fonte de estudo.

3.3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Pesquisas sobre documentos iconográficos crescem cada vez mais pela sua difusão em uma sociedade globalizada. Todavia constata-se que são poucos os que realizam uma reflexão aprofundada do documento arquivístico em seu contexto orgânico e suas funções decorrentes de uma atividade específica e sua relação com outras partes do mesmo conjunto. A grande maioria dos trabalhos reflete uma dificuldade teórica, enaltecendo muito mais as suas características “especiais”, do que de fato aprofundando o assunto (SIQUEIRA, 2014, p.14).

Lacerda (2008, p.15) entende que embora exista uma compreensão de que a fotografia possa ser de fato um documento de arquivo, o seu estatuto precisa ser ainda consolidado. É comum a predominância metodológica em diversos arquivos de separar

os documentos iconográficos do restante do acervo para fins de tratamento técnico específico ignorando muitas vezes a sua organicidade.

A autora continua explicando que a bibliografia sobre arquivos fotográficos necessita assim avançar em alguns pontos, pois, de modo geral, poucos trabalhos se detêm sobre sua natureza e constituição desse tipo de documento na Arquivologia. A maioria gira em torno de regras e métodos de tratamento técnico desses registros, ou sobre sua conservação e preservação.

Tem-se, pois, um paradoxo na área, na qual diversos autores enaltecem os documentos visuais como grandes fontes do saber arquivístico, mas na prática o que vemos é que os documentos fotográficos ainda são vistos como "especiais" na área, muitas vezes apartados de procedimentos padrões da disciplina e de análises teóricas mais aprofundadas e elaboradas.

Tendo em vista tal problemática em relação ao desenvolvimento do conceito desse tipo de registro, importa questionar:

Como o conceito de documento fotográfico vem sendo problematizado e debatido na produção de conhecimento divulgado em periódicos da Arquivologia e da Ciência da Informação no Brasil?

Os estudos sobre a fotografia enquanto objeto teórico precisam assim avançar na construção de um arcabouço que perceba esse registro como portador de especificidades informacionais e documentais próprias, a partir de uma colaboração interdisciplinar.

Parte-se do princípio de que os periódicos são um dos principais canais de debate e desenvolvimento científico, e assim sua análise nos mostrará como a fotografia vem sendo percebida e trabalhada nas áreas da Arquivologia e Ciência da Informação.

Serão analisadas aqui as ideias que sustentam os debates teórico-metodológicos em torno do documento fotográfico nessas áreas, possibilitando estabelecer um panorama geral sobre o debate e nossa análise acerca dele.

O trabalho pretende apontar as abordagens existentes sobre o tema, constituindo-se num estudo de análise bibliográfica sobre o documento fotográfico numa abordagem

interdisciplinar entre arquivística e Ciência da Informação. Portanto, esta pesquisa busca colaborar para a ampliação e atualização das discussões sobre a fotografia no universo dos arquivos e sobre a constituição do estatuto da fotografia enquanto documento e registro de informação.

Para assim entendermos melhor as mudanças na forma como o documento fotográfico é pensado e trabalhado, foi tomado com fonte os artigos dos principais periódicos científicos da Arquivologia e Ciência da Informação com a temática fotografia/imagem. O primeiro critério de escolha adotado foram os periódicos avaliados positivamente pela última QUALIS, correspondendo ao quadriênio 2013-2016.

O Qualis constitui-se num sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Relaciona e classifica os veículos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação "stricto sensu" (mestrado e doutorado), quanto ao âmbito da circulação (local, nacional ou internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação.

É válido destacar, no entanto, que muitos periódicos aqui analisados (cerca de um terço) não figuram na avaliação supracitada, o que por si só já se mostra um dado relevante sobre esse material e o contexto desse tipo de comunicação científica como um todo no Brasil, todavia tais revistas foram incluídas por possuírem suficiente relevância nas áreas em questão sendo assim importantes fontes a serem analisadas em prol da pesquisa. A seguir a lista dos periódicos analisados em ordem alfabética, ao seu lado, em negrito e sublinhado, sua nota na última avaliação da Qualis, quando couber:

- | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 1. ACB - <u>B2</u> | 7. ARQUIVO & |
| 2. ACERVO | ADMINISTRAÇÃO |
| 3. ACESSO LIVRE | 8. ATOZ: NOVAS PRÁTICAS |
| 4. ÁGORA - <u>B1</u> | EM INFORMAÇÃO E |
| 5. ANALISANDO EM CIÊNCIA | CONHECIMENTO - <u>B2</u> |
| DA INFORMAÇÃO - <u>B5</u> | 9. BIBLIONLINE - <u>B5</u> |
| 6. ARCHEIN ONLINE - <u>C</u> | 10. BIBLOS - <u>B3</u> |

11. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
- **B1**
12. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
EM REVISTA - **B5**
13. COMUNICAÇÃO &
INFORMAÇÃO - **B2**
14. CONHECIMENTO EM AÇÃO
15. EM QUESTÃO - **A2**
16. ENCONTROS BIBLI - **A2**
17. ESTUDOS HISTÓRICOS¹²
18. FOLHA DE ROSTO
19. HISTÓRICA
20. IBERO-AMERICANA DA
INFORMAÇÃO - **B1**
21. InCID: REVISTA DA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
DOCUMENTAÇÃO - **B1**
22. INFORMAÇÃO &
INFORMAÇÃO - **A2**
23. INFORMAÇÃO &
SOCIEDADE: ESTUDOS - **A1**
24. INFORMAÇÃO &
TECNOLOGIA
25. INFORMAÇÃO
ARQUIVÍSTICA - **B5**
26. INFORMAÇÃO EM PAUTA
27. INFORMAÇÃO NA
SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA
28. INFORMAÇÃO@PROFISSÕES
- **B5**
29. LIINC EM REVISTA - **B1**
30. MÚLTIPLOS OLHARES EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -
B5
31. PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO - **A1**
32. PERSPECTIVAS EM GESTÃO
& CONHECIMENTO - **B1**
33. PESQUISA BRASILEIRA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
BIBLIOTECONOMIA - **B1**
34. PHOTO & DOCUMENTO
35. PONTO DE ACESSO - **B1**
36. RBBD - REVISTA
BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E
DOCUMENTAÇÃO - **B1**
37. REVISTA DIGITAL DE
BIBLIOTECONOMIA E
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -
B1
38. REVISTA REGISTRO
39. REVISTA AGCRJ
40. REVISTA DO ARQUIVO
41. REVISTA DO ARQUIVO
PÚBLICO MINEIRO
42. TENDÊNCIAS DA PESQUISA
BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO - **B1**
43. TRANSINFORMAÇÃO -

¹² Embora de caráter histórico, mostra-se pertinente para a pesquisa, pois é vinculado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas, figurando como importante núcleo de estudos sobre os arquivos.

Foi considerado a princípio utilizar também como marco empírico, além dos periódicos supracitados, anais de eventos científicos em Arquivologia, na medida em que estes se constituem em importantes fóruns de debate, onde são apresentadas discussões e publicados conteúdos que muitas vezes podem não chegar aos canais formais de divulgação em periódico. No entanto, foi constatada enorme dificuldade na localização desse material, em sua grande maioria incompletos ou com seus sítios eletrônicos fora do ar. A busca desse material através de contato direto com os organizadores dos eventos também se mostrou infrutífera, tendo em alguns casos as entidades já se dissolvido há anos. Os periódicos científicos, ao contrário, são ampla e fartamente encontrados, constituindo-se assim no objeto principal da presente pesquisa.

Já no tocante à metodologia de pesquisa foi adotado o caminho do trabalho empírico utilizando como fonte os periódicos científicos da Arquivologia e Ciência da Informação, na construção de um estudo tanto quantitativo, quanto qualitativo. A seguir os passos adotados durante a pesquisa:

1º Passo: Levantamento quantitativo dos artigos que utilizam e/ou abordam a fotografia/imagem como objeto de estudo.

É válido destacar a forma pela qual tais artigos foram selecionados: a princípio o levantamento seria feito através do campo de buscas dos sites das revistas com a utilização de palavras-chave pré-determinadas. No entanto, foi verificado que em alguns casos o resultado da busca não condizia com o universo real de artigos sobre a temática em algumas revistas, ou seja, apareciam menos resultados do que de fato existiam. Para não haver qualquer dúvida sobre o levantamento e garantir também a sua qualidade, a pesquisa foi feita através da análise dos sumários de cada uma das edições das revistas selecionadas. Nos poucos casos em que ocorreram dúvidas sobre a pertinência ou não dos artigos, o mesmo foi analisado individualmente.

2º Passo: Criação e delimitação de grupos de análise. Os artigos selecionados foram agrupados a partir da forma como abordam o registro fotográfico:

- **Grupo 1 (Fotografia como documento):** Fotografia como documento de arquivo e/ou debates dentro do contexto da Arquivologia;

- **Grupo 2 (Fotografia como informação):** Questões teórico-metodológicas gerais sobre análise da fotografia/imagem (principalmente no âmbito da Ciência da Informação), mas pertinentes com o universo arquivístico;
- **Grupo 3 (Fotografia como fonte de pesquisa):** Fotografia como objeto de pesquisa e/ou fonte histórica; recurso ilustrativo; fotojornalismo; registro de memórias; entre outros;
- **Grupo 4 (Fotografia e preservação):** Aspectos técnicos e/ou relacionados a preservação e conservação da fotografia.

3º Passo: Elaboração de tabela analítica com os dados do levantamento das revistas, incluindo os seguintes campos informacionais:

- Nome do Periódico;
- Categoria (área de conhecimento)
- Localização
- Filiação
- Edições disponíveis online
- Primeira edição
- Última edição
- Total de artigos encontrados sobre o tema

- Título do artigo
- Forma de utilização (segundo os quatro grupos de análise criados)
- Ano de publicação
- Autor(a)
- Formação do(a) autor(a)
- Atuação do(a) autor(a)
-

4º Passo: Análise qualitativa das obras selecionadas nos Grupos 1 e 2 e elaboração de quadro compreensivo sobre o tema buscando entender a trajetória teórica desse tipo de registro nas áreas, ou seja, como o documento fotográfico é entendido e trabalhado conceitualmente no âmbito arquivístico e da Ciência da Informação.

Em suma, o presente estudo visa assim discutir e desenvolver o tema do registro imagético, através da conceituação de documento fotográfico, problematizando suas características no âmbito institucional e sua constituição como registro. A pretensão de analisar o domínio dos arquivos fotográficos se baseia no entendimento da necessidade de estudos teóricos mais atualizados que estabeleçam uma conexão com o preconizado pela Arquivologia, visando assim a uma melhor utilização e compreensão do registro fotográfico como documento arquivístico.

Desse modo, artigos publicados em periódicos serão analisados no intuito de percebermos a evolução dos estudos nessa temática, tanto na Arquivologia quanto na Ciência da Informação, considerando as duas áreas como disciplinas privilegiadas nas quais o tema é debatido, tanto sob o viés do documento, quanto no que tange aos potenciais informativos. Ainda, como áreas afins, e considerando que na estrutura acadêmica brasileira a Arquivologia se insere nos departamentos de Ciência da Informação em muitas universidades, a publicação de artigos em Ciência da Informação diz respeito, em muitos casos, a trabalhos com enfoque arquivístico.

O campo da Ciência da Informação, como visto no capítulo anterior, mostra-se rico em debates sobre a informação em forma de imagens e tendo em vista a já mencionada proximidade teórica de ambas as áreas e ser a Arquivologia uma disciplina interdisciplinar, uma pesquisa exploratória na produção científica de ambas as áreas pode ser pertinente no intuito de desenvolver a discussão sobre a fotografia enquanto objeto de estudo.

3.4 ANÁLISE QUANTITATIVA

Foi realizada a análise (outubro de 2017) dos 43 periódicos científicos selecionados no intuito de realizar o levantamento quantitativo de artigos de fato pertinentes com a pesquisa em questão. O período abarcado pelas publicações foi de 1972 (mais antiga encontrada) a 2017 (a mais atual) e o número de edições pesquisadas foi de 1364 no total. A tabela analítica completa encontra-se no anexo do trabalho.¹³

¹³ p.146.

A seguir separamos os periódicos por origem territorial no intuito de melhor compreendermos quais são os Estados que mais contribuem para o debate arquivístico em relação a esse tipo específico de canal de comunicação científica:

QUADRO 1: PERIÓDICOS PESQUISADOS ORGANIZADOS POR LOCALIZAÇÃO

| | |
|---|--|
| <p>RIO DE JANEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acervo • Acesso Livre • Arquivo & Administração • Conhecimento em Ação • Estudos Históricos • Informação Arquivística • <u>Liinc em Revista</u> • Revista do AGCRJ | <ul style="list-style-type: none"> • Informação & Sociedade Estudos • Perspectivas em Gestão do Conhecimento • Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia |
| <p>SÃO PAULO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Histórica • <u>InCID</u> • Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação • Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação • Registro • Revista do Arquivo • <u>Transinformação</u> | <p>PARANÁ</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>AtoZ</u> novas práticas em informação e conhecimento • Informação & Informação • <u>Informação@Profissões</u> |
| <p>MINAS GERAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perspectivas em Ciência da Informação • Múltiplos Olhares em Ciência da Informação • Revista do Arquivo Público Mineiro | <p>RIO GRANDE DO SUL</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Biblos</u> • Em Questão |
| <p>SANTA CATARINA</p> <ul style="list-style-type: none"> • ACB • Ágora • Encontros <u>Bibli</u> | <p>BRASÍLIA-DF</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciência da Informação • Ibero-Americana de Ciência da Informação • <u>Photo & Documento</u> |
| <p>PARAÍBA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisando em Ciência da Informação-<u>RACIn</u> • <u>Archeion Online</u> • <u>Biblionline</u> | <p>ALAGOAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciência da Informação em Revista |
| | <p>GOIÁS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação & Informação |
| | <p>CEARÁ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Folha de Rosto • Informação em Pauta |
| | <p>RIO GRANDE DO NORTE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação na Sociedade Contemporânea |
| | <p>BAHIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ponto de Acesso |

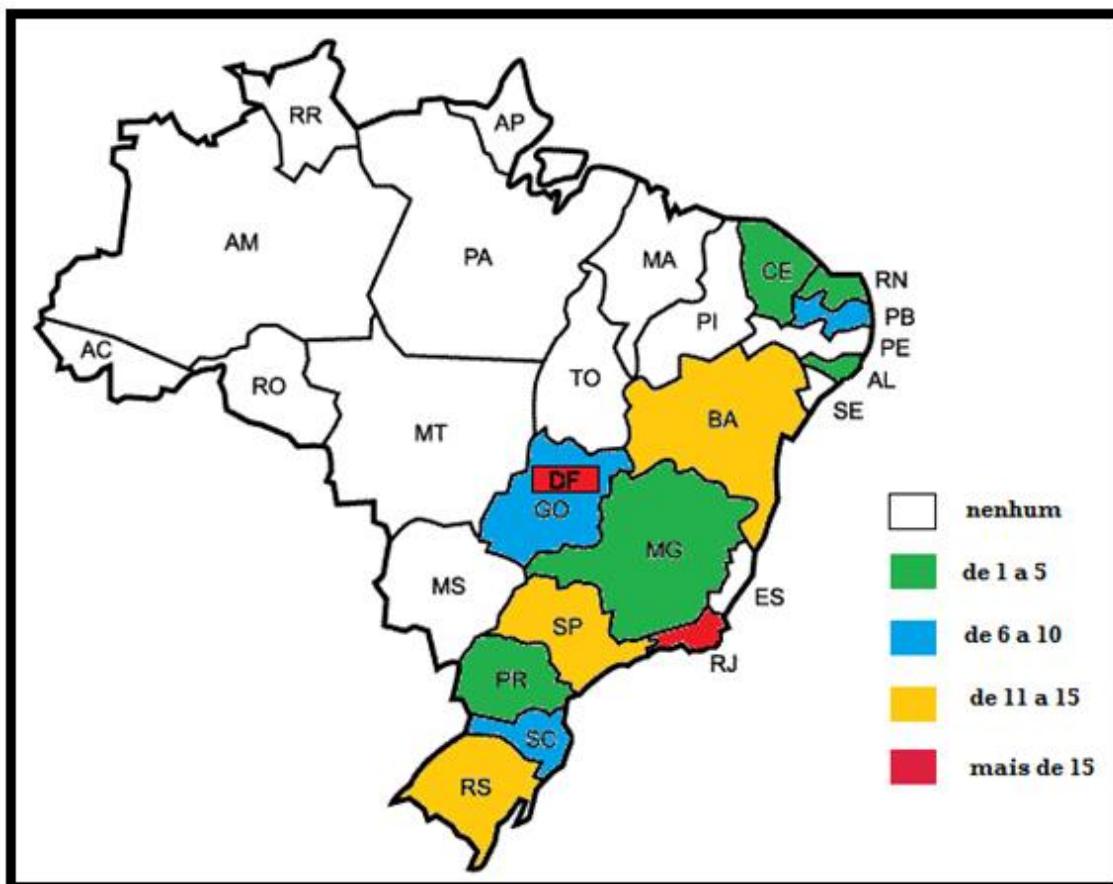
Rio de Janeiro e São Paulo são os maiores produtores de periódicos das áreas da Ciência da Informação e Arquivologia, tendo 8 e 7 publicações respectivamente. A surpresa veio ao identificarmos o Estado da Paraíba com um número significativo de revistas (6 no total), provavelmente muito em função dos cursos de Arquivologia disponibilizados pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que impulsionam a pesquisa no Nordeste, demonstrando que os debates arquivísticos não estão necessariamente concentrados no eixo Sul-Sudeste.

Outro dado quantitativo relevante em relação aos periódicos é que dos 43 pré-selecionados, 9 não retornaram conteúdo apropriado com a temática da fotografia/imagem. São eles:

- Analisando em Ciência da Informação-RACIn (Paraíba)
- Archeion Online (Paraíba)
- AtoZ novas práticas em informação e conhecimento (Paraná)
- Biblionline (Paraíba)
- Informação em Pauta (Ceará)
- Perspectivas em Ciência da Informação (Minas Gerais)
- Registro (São Paulo)
- Revista do Arquivo (São Paulo)
- Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

Os demais periódicos - 34 no total - retornaram um total de 135 artigos que seriam, a princípio, condizentes com o estudo sobre a temática em questão. A seguir a representação por mapa da origem territorial dos artigos selecionados, o que por si só já se mostra um dado relevante demonstrando onde estaria, a princípio, os focos de debate sobre arquivos fotográficos, ou, no mínimo, uma discussão sobre registros em forma de imagem de maneira mais preponderante:

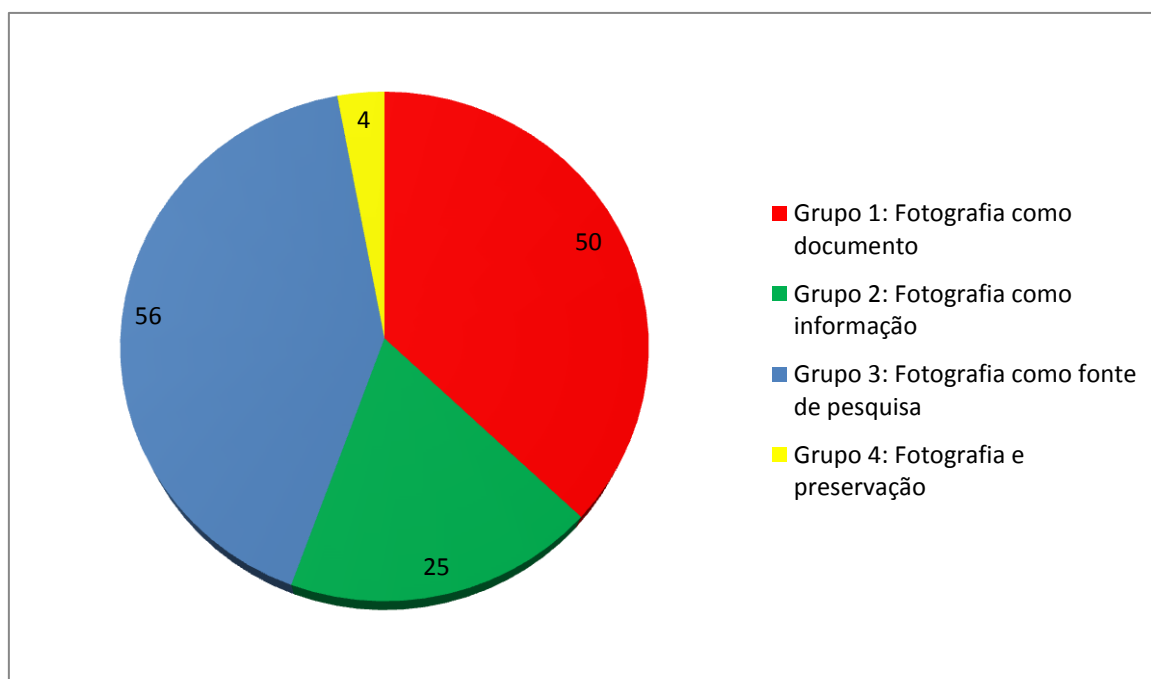
QUADRO 2: QUANTITATIVO DE ARTIGOS SOBRE FOTOGRAFIA POR ESTADO



Salienta-se o destaque do Distrito Federal (DF) e do Rio de Janeiro (RJ) neste debate. No DF a relevância se justifica nas atividades realizadas pela Universidade de Brasília (UnB) no Departamento de Ciência da Informação e do curso específico de Arquivologia. Já no RJ destaca-se ser o maior produtor de periódicos dentre os selecionados, aliado também à existência do Arquivo Nacional, o que sem dúvida auxilia na evolução do debate; salientamos também a existência de dois cursos de Arquivologia nesse estado, o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o da Universidade Federal Fluminense (UFF), que acabam por fomentar tanto a produção de trabalhos como a sua publicação. Por outro lado, destacamos negativamente a região norte do país, onde não foi encontrado nenhum periódico (e conseqüentemente artigo) sequer.

Além disso, a reunião dos artigos a partir dos grupos de análise citados na metodologia trouxe resultados interessantes, mostrando que o debate sobre o documento fotográfico na Arquivologia cresceu significativamente nos últimos anos. Esse levantamento obtido encontra-se no gráfico a seguir, demonstrando o quantitativo de artigos dispostos em cada um dos grupos de pesquisa criados:

GRÁFICO 1: ARTIGOS SOBRE FOTOGRAFIA DISPOSTOS NOS GRUPOS DE ANÁLISE



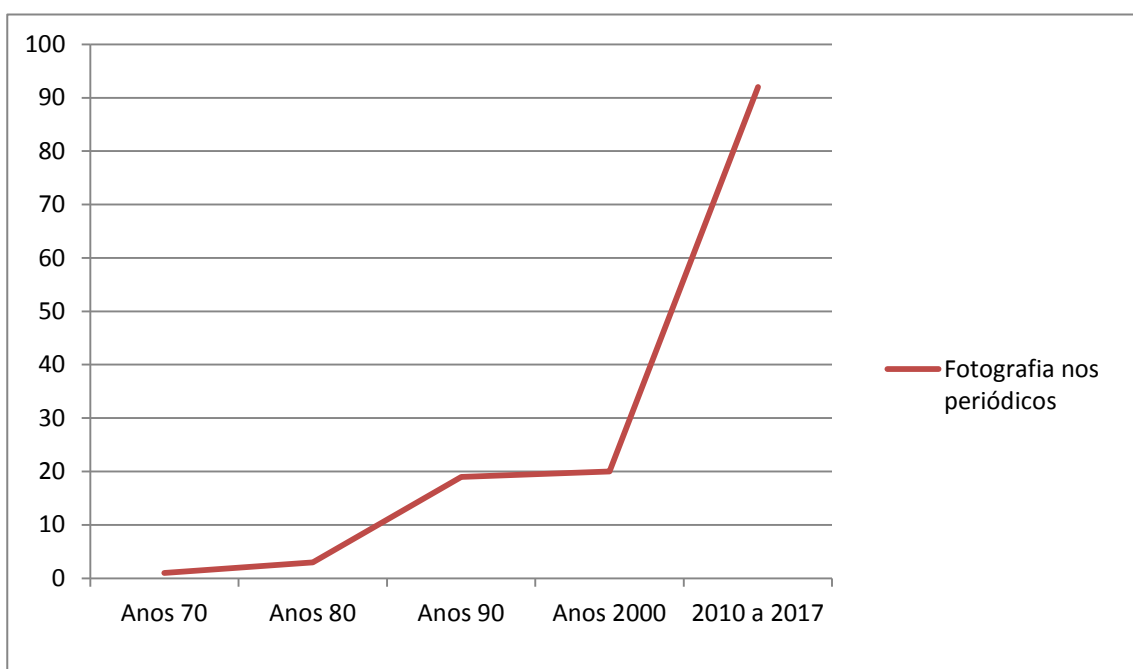
Nos impressionou o fato de como os debates em torno do Grupo 1 estão bem próximos em números absolutos ao do Grupo 3. Isso porque é notoriamente afirmado que a grande maioria dos trabalhos foca excessivamente no caráter histórico da fotografia. Em se tratando do universo dos periódicos, percebe-se ser tal afirmação uma verdade parcial. Embora de fato o gráfico demonstre que a fotografia como fonte de pesquisa ainda é a maioria, destaca-se – de maneira otimista – a grande quantidade de estudos focando no caráter arquivístico do registro fotográfico. E se adicionarmos o Grupo 2 e seus debates com viés voltado para a Ciência da Informação, a fotografia como documento/informação torna-se superior à utilização dita mais comum.

O mesmo pode-se dizer em relação ao Grupo 4, pois muito se diz que um número expressivo de obras aborda aspectos relacionados a preservação da fotografia, no entanto esse não foi o cenário encontrado em nossa pesquisa, muito pelo contrário. De todo o universo de artigos selecionados, apenas 4 focam unicamente no caráter material desse registro e sua conservação.

O estudo do número geral de trabalhos abordando a fotografia através dos tempos nos mostrou resultados também pertinentes. Nos anos de 1970 foi identificado apenas 1 artigo com esta temática, seguido dos anos de 1980 com somente 3. Já nos anos de 1990 e 2000 assistimos a um grande aumento de trabalhos sobre fotografia, seja em aspectos teóricos ou práticos, tendo o primeiro período registrado 19 trabalhos, e o segundo 20 no total. Mas destacamos mesmo o aumento vertiginoso que se expressa a partir de 2010 até a presente data. Vemos um “boom” de pesquisas (92 no total) estudando a fotografia sob os mais variados aspectos, o que demonstra que a temática vem ganhando cada vez mais a atenção dos pesquisadores da área nos últimos tempos.

O gráfico a seguir objetiva oferecer uma visão desse impacto no aumento de publicações:

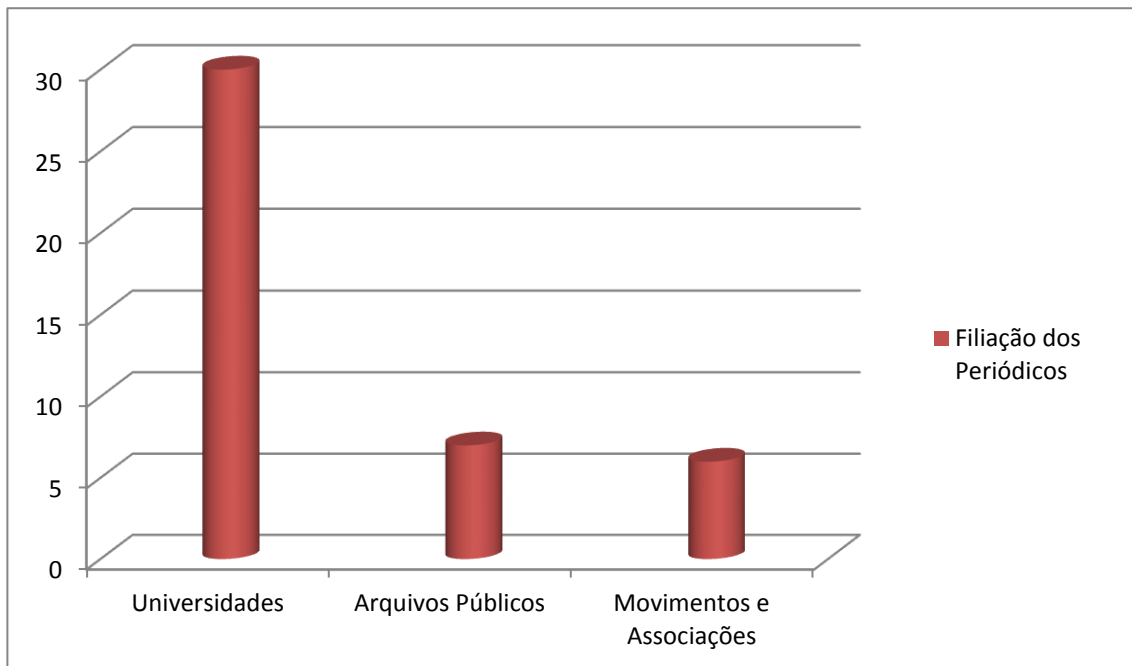
GRÁFICO 2: A FOTOGRAFIA COMO TEMA DE PESQUISA ATRAVÉS DOS ANOS



Uma clara justificativa para esse aumento exponencial sem dúvida alguma se deve ao desenvolvimento tecnológico dos últimos anos, principalmente calcado na última década. Tal evolução científica influenciou todas as áreas, incluindo certamente o âmbito das ciências voltadas para a Informação que é o alvo dessa pesquisa. A fotografia foi subitamente alterada para um ambiente digital o que levou a novos desafios e conseqüentemente novas abordagens. Arquivologia e Ciência da Informação se viram diante de um novo paradigma informacional o que se traduziu em um aumento de interesse e assim de pesquisas científicas voltadas para a fotografia.

Outra questão que merece destaque é a filiação dos periódicos, ou seja, a qual órgão/instituição ele está atrelado. A pesquisa relevou que dos 43 periódicos selecionados, a grande maioria – 30 no total – é mantida por universidades, principalmente por intermédio de Departamentos de Ciência da Informação. Movimentos e Associações profissionais independentes somam 6 no total como produtores de periódicos, o que, para essa categoria, mostra-se um número bem relevante.

Por outro lado, somente 7 periódicos são ligados diretamente a Arquivos Públicos, o que entendemos ser um número baixo em virtude da relevância dessas instituições para a disciplina. Baseado nesses dados concluímos que, no âmbito de revistas científicas, as pesquisas em torno da fotografia possuem um viés majoritariamente acadêmico, visto que a maioria das revistas estão ligadas à Universidades e seu centros de pesquisa. Poderia ser questionado que muitos professores também trabalhariam como pesquisadores em arquivos, mas, como se verá adiante, os dados recolhidos mostram que essa realidade não é tão frequente quanto se poderia supor.

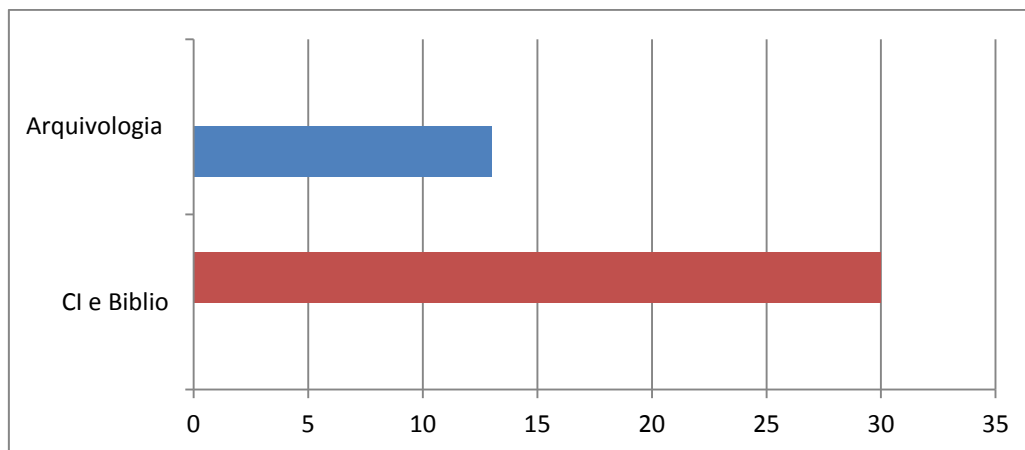
GRÁFICO 3: FILIAÇÃO DOS PERIÓDICOS

Entende-se que talvez essa seja uma das razões para as dificuldades encontradas pela Arquivologia no tocante ao registro fotográfico e o fato de identificarmos em diversas regiões do Brasil tantos Arquivos falhando metodologicamente em suas atribuições arquivísticas quando falamos especificamente desse tipo de documento: a teoria, aparentemente emanada hegemonicamente pelas Universidades e seus professores pode estar distante do viés prático da área, ou seja, das instituições custodiadoras e dos profissionais que organizam estes documentos. Isso pode estar levando a ruptura comunicacional entre dois lados que deveriam estar sempre em intenso e incessante diálogo e sintonia.

Ao analisarmos o campo informacional da categoria a qual os periódicos pertencem nos deparamos com o fato de que a grande maioria dessas revistas selecionadas (30 no total) são produções do campo da Ciência da Informação/Biblioteconomia. Periódicos genuinamente Arquivísticos são apenas 13, e mesmo estes muitas vezes compartilhando também um caráter voltado para a História, o que nos mostra como a área ainda necessita crescer em relação a este tipo de canal próprio de comunicação científica. O cenário, entretanto, não é dos mais promissores, pois foi identificado que algumas dessas revistas exclusivas da área foram descontinuadas, como é o caso da Arquivo & Administração, por exemplo. Outras,

embora não formalmente encerradas, possuem edições pouco frequentes, como é o caso da *Registro*, com última edição em 2008, e a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, com a última edição de 2015.

GRÁFICO 4: PERTENCIMENTO DOS PERIÓDICOS

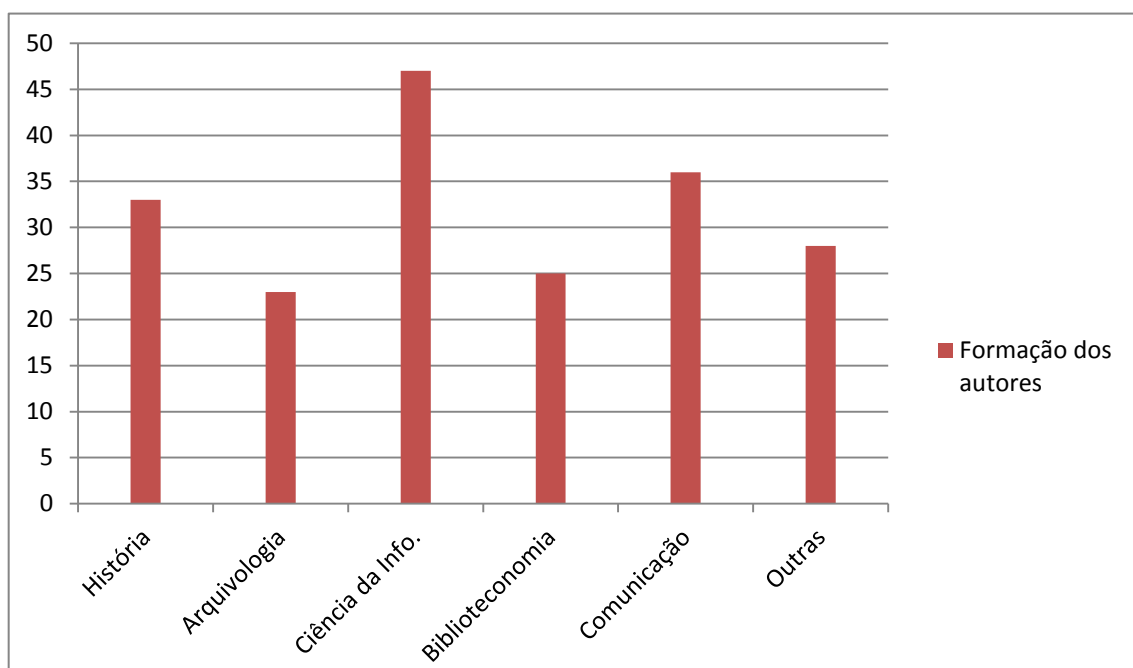


Tal cenário, é válido destacar, é totalmente inverso ao dos periódicos específicos da Ciência da Informação, com produções sempre constantes, pouquíssimas vezes interrompidas, o que nos leva a crer que muito do conhecimento arquivístico dos últimos anos tem florescido no solo da Ciência da Informação. Procurando analisar por um viés mais otimista, no momento em que a Arquivologia se comunica através de um canal que não é exclusivo de sua área, isso talvez possa até mesmo incentivar o desenvolvimento de estudos com caráter mais interdisciplinar. A interdisciplinaridade, como sabemos, é algo importante e necessário para a Arquivologia, principalmente quando voltada para a Ciência da Informação; ambas as áreas possuem diversas similaridades e muito tem a contribuir em uma relação de reciprocidade.

O último ponto de nossa análise dos dados levantados durante a pesquisa diz respeito aos autores das publicações. Foi levado em conta tanto a formação, quanto a inserção institucional desses atores no momento da publicação dos seus trabalhos. Entendemos que essa informação é muito importante, no sentido de compreendermos quem de fato está falando sobre fotografia, a partir de qual perspectiva teórico metodológica e de qual contexto específico. A maior parte desses dados foi recolhida dos próprios artigos, no entanto, quando isso não foi possível recorremos à Plataforma Lattes para preenchermos algumas lacunas.

Foram levantados dados de 170 autores no total. É válido destacar que diversos autores possuem mais de uma formação, figurando assim os mesmos em mais de uma categoria. Não foi considerado separação entre graduação, mestrado e doutorado, estando todos juntos na somatória final, haja vista a falta de informação detalhada sobre esses dados nos artigos. O gráfico a seguir demonstra a área de formação de tais atores:

GRÁFICO 5: FORMAÇÃO DOS AUTORES



O campo da Ciência da Informação é onde se concentra a maior parte desses pesquisadores, 47 no total. Isso demonstra que a grande maioria desses indivíduos possui alguma pós-graduação voltada para esta área, revelando que abordagens relacionadas ao âmbito da CI vêm dominando o debate em torno do documento fotográfico nestas obras. Surpreendentemente a Comunicação aparece logo em segundo, com 36. A surpresa se deve não pelo fato de profissionais da área trabalhar com a fotografia, isso como sabemos é comum, mas sim por eles estarem publicando em periódicos da Ciência da Informação e da Arquivologia de forma tão frequente, demonstrando assim que esta disciplina muito tem a acrescentar para o debate em torno da fotografia.

Em seguida temos a área da História, com 33 no total. Salienta-se, no entanto, que Historiadores costumavam figurar mais nas pesquisas sobre fotografia nestes periódicos principalmente na década de 1990. A partir dos anos 2000 vemos impulsionar a produção de artigos de profissionais de outras áreas, principalmente da Ciência da Informação. A Arquivologia e Biblioteconomia, respectivamente com 23 e 25, passam também a protagonizar esses estudos.

Este recuo de Historiadores publicando pesquisas sobre fotografia nestas revistas específicas e o conseqüente aumento de profissionais da informação abordando o tema muito se deve também pela já mencionada revolução tecnológica dos últimos anos. Quando a fotografia muda de suporte novos desafios se impõem fazendo emergir novas abordagens de áreas até então pouco trabalhadas. É válido destacar que historiadores continuam a abordar a fotografia, mas voltando-se agora mais para periódicos específicos da sua área de conhecimento.

Uma observação que deve ser feita refere-se ao fato de que muitos pesquisadores que fomentam o desenvolvimento da Arquivologia não são arquivistas de formação, isso deve ser levado em conta para não analisarmos estes dados friamente e chegarmos a uma errônea constatação de que os profissionais da área têm se posicionado pouco diante do tema. Autores como André Porto Ancona Lopez e Aline Lopes de Lacerda, por exemplo, tiveram (e ainda tem) papel preponderante na contribuição do desenvolvimento da temática do documento fotográfico no Brasil, embora não tenham formação em Arquivologia.¹⁴

Ainda em relação aos autores das publicações, cabe uma última análise no tocante a sua atuação profissional. Nossa pesquisa buscou tais informações dos 165 autores procurando compreender em qual contexto estes autores estão pesquisando. Foram delimitadas três categorias: Professores, Pesquisadores e Professores/Pesquisadores.

¹⁴ As teses de doutorado dos autores citados, “As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos” (2000) e “A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil” (2008), respectivamente, se mostram como uma das grandes contribuições sobre o tema da fotografia nos arquivos no Brasil.

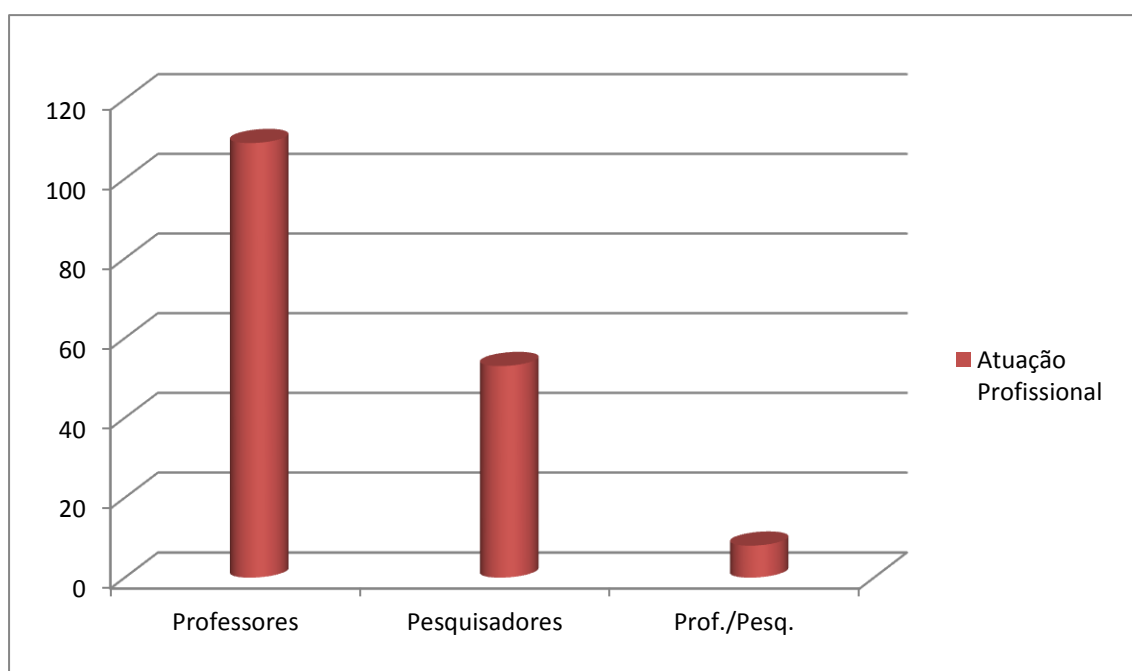
Dentro da categoria de Pesquisadores incluímos todas as atividades profissionais que não dizem respeito diretamente ao ambiente acadêmico das salas de aula das universidades, incluindo assim pessoas que trabalham como técnicos e Arquivistas em arquivos públicos e privados e instituições de memória, ou seja, aqueles profissionais que entram em contato mais direto com o documento, uma aproximação mais prática do fazer arquivístico.

Na categoria de Professores incluímos aqueles que atuam unicamente como profissionais acadêmicos em universidades, ou seja, que estão vinculados tão somente ao ato de lecionar e, conseqüentemente, se relacionam mais com um âmbito teórico da Arquivologia.

Dentro da última categoria – Professores/Pesquisadores – incluímos os profissionais que atuam em ambos os ambientes, ou seja, o mundo acadêmico das salas de aulas universitárias e as instituições arquivísticas propriamente ditas.

O gráfico a seguir ilustra os dados obtidos sobre a atuação profissional dos autores que debatem o tema da fotografia:

GRÁFICO 6: ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS AUTORES



Professores somam 109, seguidos por Pesquisadores com 53 e Professores/Pesquisadores com apenas 8 do total. Fica claro que, novamente, nos vemos diante de evidências que sugerem um conhecimento sobre documento fotográfico majoritariamente acadêmico. Os profissionais que trabalham exclusivamente em instituições de caráter arquivístico figuram menos de 50% em relação aos professores como autores dessas publicações, e mesmo estes em muitos dos casos analisados se detêm tão somente em uma exposição do acervo trabalhado, apresentando e demonstrando etapas seguidas durante a sua organização. Como dito anteriormente, surpreende também a pouca quantidade de profissionais que trabalham em ambos os ambientes o que pode corroborar a afirmação de que talvez haja um distanciamento entre o universo dos arquivos propriamente ditos, suas atividades e seus profissionais e o âmbito acadêmico, que abarca tanto a maioria dos periódicos produzidos, quanto os profissionais que nelas publicam. Novamente, talvez estejamos contribuindo para um conhecimento teórico sobre documento fotográfico de caráter universitário dissociado de sua efetiva prática em instituições arquivísticas.

Tal hipótese, é necessário frisar, não visa de forma alguma ser taxativa, visto que analisa somente um dos diversos canais de comunicação da área. Uma afirmação cabal sobre tal tema não é o objetivo da presente pesquisa, no entanto entende-se necessário apresentá-la até mesmo no sentido de enriquecermos e atualizarmos o debate sobre o documento fotográfico, tentando, sempre que possível, avançarmos sobre esta questão que embora rica, ainda necessita de uma atenção maior de todos os profissionais da área.

A seguir será apresentada a análise qualitativa dos artigos selecionados buscando compreender como fotografias (e imagens, de maneira geral) são pensadas e trabalhadas em tais obras, tendo como eixo central a teoria arquivística em conexão com a Ciência da Informação.

3.5 ANÁLISE QUALITATIVA

A presente pesquisa, como já mencionado anteriormente, visa discutir o conceito de documento fotográfico na Arquivologia e na Ciência da Informação utilizando como

fontes os periódicos científicos de ambas as áreas. Sendo assim, os artigos presentes no Grupo 3 (Fotografia como fonte de pesquisa) e no Grupo 4 (Fotografia e Preservação) embora importantes para o tema e o entendimento do contexto geral das publicações, não fazem parte do foco deste estudo a partir daqui.

Assim, nossos esforços analíticos irão, a partir de agora, se concentrar tão somente nestas disciplinas que fazem parte do universo desta pesquisa, ou seja, abordaremos as características qualitativas apenas dos principais artigos estabelecidos no Grupo 1 (Fotografia como documento) e no Grupo 2 (Fotografia como informação). Entendemos que desta maneira poderemos concentrar nossos esforços de maneira mais eficiente no âmago da questão: de que maneira a fotografia é abordada em tais áreas?

3.5.1 GRUPO 1 – FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

A característica que se mostrou mais evidente ao iniciarmos a análise do Grupo 1 foi a constatação de uma clara divisão entre artigos com viés eminentemente prático e trabalhos que buscam um aprofundamento mais teórico. Enquanto diversos artigos buscam trabalhar o registro fotográfico voltando-se para a apresentação e organização de acervos específicos, outras pesquisas têm como proposta discutir ideias, conceitos e fundamentos.

Frisamos que tal divisão não é totalmente demarcada pois é possível acharmos textos com caráter prático que possuem alguma discussão teórica e textos conceituais que apresentam acervos fotográficos em particular. No entanto, estamos falando aqui do principal aspecto das obras, a razão da sua elaboração, e sendo assim há de fato pesquisas que focam majoritariamente numa discussão teórica, enquanto outras se constituem em apresentações práticas e metodológicas, como estudos de caso, principalmente.

Não se trata aqui também de desmerecer qualquer um dos dois perfis, ambos possuem o mérito – à sua maneira – de colaborar para o aprofundamento da temática dos documentos fotográficos na Arquivologia, um tema que tanto necessita de debate e que felizmente vem crescendo nos principais centros de discussão da área nos últimos tempos.

Assim, no intuito de melhor compreendermos como se expõe a produção científica sobre os registros fotográficos nos periódicos analisados, serão apresentados a seguir os aspectos mais relevantes de alguns dos principais artigos selecionados neste Grupo 1 a partir da anteriormente mencionada delimitação entre pesquisas teóricas e estudos práticos, facilitando o entendimento sobre como a discussão sobre o tema se desenvolveu ao longo dos anos na Arquivologia.

3.5.1.1 ESTUDOS VOLTADOS PARA TEORIA

Como dito a princípio, no Grupo 1 encontra-se um total de 50 artigos que trabalham a fotografia pelo viés arquivístico. No entanto, desse total foram identificados apenas 18 que buscam um aprofundamento mais teórico. Em alguns casos incipientes, em outros pertinentes e centrais para estudarmos a temática em âmbito nacional, os focos de pesquisa são inúmeros. Buscaremos aqui apresentar alguns desses artigos e suas principais discussões para compreendermos as abordagens eminentemente teóricas que foram e são atribuídas à fotografia em um ambiente de arquivo.

Um dos artigos mais antigo encontrado aqui pertence a Lobo (1986) onde em uma pioneira obra a autora aborda alguns aspectos relativos a avaliação e seleção de fotografias. É um estudo preliminar visando à fixação de um corpo mínimo de critérios para avaliação e seleção de acervos fotográficos pertencentes a museus, arquivos públicos, bibliotecas, centros de documentação e outras instituições de caráter científico-cultural. São levantados quatro critérios básicos relacionados à avaliação e seleção de fotografias: análise de conteúdo (temático e estético), estado de conservação, qualidade técnica e existência de duplicatas.

Ela lembra que a surpreendente produção documental torna necessário o estabelecimento de um plano de triagem, baseado em critérios que permitam a preservação dos documentos que ofereçam valor probatório e ou informativo. Cabe à Arquivologia o desenvolvimento de estudos que definam esses critérios (LOBO, 1986).

Já naquela época ela chega à constatação de que se os parâmetros para avaliação de documentos escritos estão razoavelmente estabelecidos, o mesmo não ocorre em relação a novas formas de registros como, por exemplo, a fotografia.

Para Lobo (1986), a formulação de critérios para avaliação e seleção de fotografias possibilitará o desenvolvimento de normas que priorizem a preservação dos registros que ofereçam real valor informativo. O emprego de procedimentos criteriosos permitirá a aplicação racional de recursos na conservação adequada de acervos fotográficos que, de outro modo, encontram-se sujeitos a práticas arbitrárias de descarte e à decomposição causada pela ação do tempo.

Já Lacerda (1993) traz um estudo exploratório onde busca apontar algumas questões relativas à potencialidade informacional do registro fotográfico, tendo como foco os arquivos pessoais, um dos primeiros trabalhos a considerar as características desse tipo de arquivo. A autora parte do princípio de que no domínio dos arquivos pessoais existem diferentes variáveis que, se consideradas tanto pelo profissional que organiza esses arquivos, quanto pelos seus usuários, podem proporcionar uma visão e entendimento mais abrangentes da fotografia como fonte de informação e fonte para o estudo da história.

A despeito das mais variadas formas de catalogação de fotografias encontradas nas diversas instituições, Lacerda (1993) lembra que existem algumas categorias de informação que são consideradas 'modelo' para descrição de imagens, que são: código do documento, autor, título ou legenda, local, data, descrição física, notas.

No tocante ao código da fotografia a autora faz uma importante afirmação, lembrando que tal informação se relaciona à recuperação do fundo ao qual o documento pertence sendo informação fundamental, na medida em que assegura um dos princípios básicos estabelecidos pela arquivística, o do respeito à proveniência. Desta forma é possível perceber a unidade e o sentido do conjunto documental, inevitavelmente relacionados ao responsável por sua acumulação.

É interessante notar, segundo Lacerda (1993), que estas duas categorias de informação - código e autor - são as primeiras a figurar juntas nas fichas catalográficas podendo apontar para o fato de que uma fotografia, num determinado arquivo, é sempre fruto de quem a produziu, mas também de quem teve a vontade de guardá-la, de preservá-la. Faz-se assim uma reflexão sobre a relação que se estabelece, num arquivo pessoal fotográfico, entre o 'sujeito autor' da unidade, do fragmento, e o 'sujeito autor' da totalidade, do conjunto documental, o arquivo.

Lopez (2009), um dos grandes nomes na Arquivologia em torno do debate sobre documentos imagéticos, aborda neste estudo as imagens e os documentos fotográficos nos arquivos. A reflexão tem como foco a questão da disponibilização arquivística de imagens, abordando, mais especificamente questões relativas às informações orgânicas.

O autor também menciona que o descompasso entre a difusão da fotografia e sua plena incorporação às práticas administrativas provocou uma valorização do registro fotográfico como imagem, em detrimento de seu papel enquanto documento; isto é, grande importância é atribuída à cena retratada e à técnica de execução, ao passo que não há uma preocupação com a contextualização arquivística do documento no âmbito das atividades de seu produtor. Ocorreu a construção de um consenso equivocado a respeito da força elocutória da imagem fotográfica, que falaria por si mesma.

Outra questão importante levantada por Lopez (2009) é a capacidade da imagem de se descolar do contexto original, aliada à sobrevalorização de seus conteúdos, gerando problemas quanto à definição e identificação apropriada do documento imagético. Em um documento imagético considerado isoladamente, a veracidade tende a ser confundida com a autenticidade da imagem, posto que não haverá dados para determinar o contexto do documento, sendo impossível estabelecer a autenticidade. Quando inserimos o documento dentro da organicidade de seu produtor institucional — ao invés de considerar a imagem isolada — a veracidade separa-se completamente da autenticidade.

O único modo de compreender o significado do documento é recuperar as finalidades que o criador teve para gerar e registrar, além de conhecer as razões da guarda do documento como arquivístico. Uma imagem isolada, geralmente, não apresenta nenhum elemento contextual no próprio documento, intensificando a problemática.

A correta identificação do conteúdo é tão somente um possível ponto de partida. É preciso identificar antes a gênese administrativa dos documentos de arquivo. Sem ela, a própria compreensão do conteúdo pode ficar comprometida. Como dito, o contexto, dada a polissemia da imagem, é muitas vezes o único elemento capaz de direcionar a correta atribuição de significado para um dado documento (LOPEZ, 2009).

Por último, Lopez (2009) faz um alerta sobre a falta de estudos que busquem um desenvolvimento teórico mais sólido em relação à fotografia. Os poucos estudos existentes ainda estão calcados em fotografias analógicas, cuja digitalização é feita em uma atividade de cópia (para fins de conservação) ou de reciclagem da informação (com a criação de um novo documento). Há uma falta de estudos mais sistematizados sobre os contornos que essa questão assume no documento que já nasce digital e tem seu acesso, divulgação e reciclagem integralmente no ambiente da Web.

Em outra obra que merece destaque, Nogueira e Duque (2017) realizam uma pesquisa sobre os requisitos necessários para a elaboração de uma ontologia para a gestão arquivística de fotografias. Uma ontologia é uma técnica de organização do conhecimento baseada na descrição de conceitos e nos relacionamentos semânticos existente entre eles, que permite uma especificação formal, legível por computador.

Para Nogueira e Duque (2017) A utilização de ontologias está associada à representação do conhecimento, de tal forma que sistemas operacionais possam processar o significado das informações. O que se busca, em última instância, são melhorias nos processos de recuperação da informação. Esse domínio se estabelece pela definição dos limites do conhecimento. Neste estudo, o domínio em questão corresponde ao fenômeno documento fotográfico de arquivo. Aplicada à gestão de documentos fotográficos de arquivo, a ontologia possibilita a compreensão dos elementos da imagem fotográfica associada ao contexto que permitiu seu registro, ou seja, o contexto de produção que vincula organicamente o conteúdo da imagem ao seu produtor arquivístico.

Para a construção de uma ontologia que auxilie na recuperação de documentos fotográficos de arquivo, esta deve ser pautada nos requisitos apresentados pelo autor, como por exemplo, a fotografia deve ser tratada como documento fotográfico, considerando tanto elementos de conteúdo, como de contexto de produção. Essa iniciativa deve respeitar as características singulares do documento fotográfico e, ainda, as necessidades dos usuários.

Esse estudo sobre a aplicação da ontologia à gestão de documentos fotográficos de arquivo mostra-se pertinente agregando valor aos procedimentos que particularizam as demandas de tratamento desses documentos, indicando alternativas para a

preservação do contexto de produção, essencial à manutenção do caráter de prova do documento fotográfico.

Já Silva e Duarte (2016) realizam em sua pesquisa uma importante revisão teórica sobre a fotografia enquanto documento permanente e de valor probatório, informativo e histórico, recolhida e acumulada em unidades de informação (arquivo, biblioteca, museu). Para além das particularidades inerentes de cada uma dessas unidades, em arquivo o acervo fotográfico é reconhecido como conjunto documental, em biblioteca como coleção, e em museu como peças.

Esse estudo gira em torno da fotografia como documento disseminador de informação, sua relevância e a relação que possui com diversas áreas do conhecimento. Por possuir características específicas, inclusive relacionadas ao suporte, a fotografia necessita de distintos tratamentos, que devem ser buscados em estudos de autores consagrados para a melhor compreensão desse peculiar documento, analisado sob o ponto de vista do arquivo, da biblioteca e do museu.

Interessa, portanto, neste estudo, compreender como se dá o recolhimento de coleções nas bibliotecas e de peças nos museus e a acumulação de conjuntos documentais nos arquivos e, especificamente, como se estabeleceu a organização da documentação fotográfica nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus, tendo em vista a representação da informação e do conhecimento. Os arquivos são unidades informacionais receptoras, ao passo que as bibliotecas e os museus são colecionadoras.

A partir de sua reflexão, conclui que os acervos fotográficos possuem características peculiares e devem receber tratamentos distintos, considerando a instituição documental responsável pela salvaguarda e disseminação da informação extraída do documento fotográfico.

Em outro pertinente artigo Malverdes e Lopez (2017) enfocam a fotografia na perspectiva informativo-documental, examinando a imagem como evidência dentro de um sistema da informação, estudando a gestão dos fundos e coleções fotográficas, e do tratamento de seu conteúdo de representação icônica para gerar representações documentais, visando possibilitar a recuperação dos documentos e das informações neles contidas.

Uma importante reflexão de Malverdes e Lopez (2017) é que eles entendem aqui documento imagético como documento de arquivo e lembram que os pesquisadores e profissionais da informação devem ter os cuidados necessários para não confundir análise documentária com a organização arquivística. No arquivo, o documento é entendido como testemunho de uma atividade e que seu objetivo principal é constituir provas das atividades de seu titular. O arquivo pode e deve disponibilizar informações para usuários em geral, todavia, como consequência direta de outro objetivo que é a difusão dos documentos pelo seu valor secundário, seja informativo, histórico ou cultural.

Destaca-se a necessidade de aprofundarmos os princípios arquivísticos e suas formas de aplicação na fotografia para que o arquivista (e também o profissional da informação) possa alcançar um maior grau de alfabetização visual, e com isso ampliar a capacidade de "ler" a mensagem da fotografia, entender o seu valor de prova e compreendê-la como um documento de arquivo. Ao se buscar essa perspectiva será possível entender a fotografia como uma representação mediada da realidade, como produto de uma série de decisões, criado por uma vontade, para um propósito, para transmitir uma mensagem, para uma atividade (MALVERDES; LOPEZ, 2017).

Conclui-se que a fotografia como documento de arquivo deve ser pensada como tal. Para isso, as funções da arquivística devem ser pensadas dentro do contexto dos documentos fotográficos inseridos nos arquivos. Além disso, é necessário pensarmos na aproximação com outras disciplinas e temáticas, como diplomática.

No âmbito da informática, Botão e Souza (2013) realizam uma importante pesquisa acerca da recuperação de imagens digitais e normalização arquivística. O objetivo geral deste trabalho é investigar as questões que norteiam o tratamento arquivístico de imagens digitais, levando em consideração a aplicabilidade das normas existentes. Como objetivo específico, busca identificar práticas arquivísticas de descrição de imagens digitais e investigar a utilização de metadados para indexação. Analisa-se o conjunto de descritores da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) no processo de descrição de material imagético digital. Como parâmetro de comparação é analisado o Esquema de Metadados para Descrição e Recuperação de Imagens, desenvolvido pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), aqui denominado

como EMDRI – padrão de alta completude na adoção de metadados técnicos de descrição de imagens para representação e recuperação.

A abordagem das questões de tratamento arquivístico para imagens digitais pode trazer contribuições relevantes para o aprimoramento, manutenção e atualização do campo teórico da Arquivologia. Especificamente, no campo das descrições dos documentos de arquivo, uma vez que trata a documentação independente do suporte em que a informação se encontra e da fase do ciclo vital dos documentos arquivísticos (BOTÃO; SOUZA, 2013).

Botão e Souza (2013) compreendem que os bancos de dados de imagem são importantes para vários domínios de conhecimento, e as tecnologias de informação e comunicação atualmente possibilitam capturar, armazenar, manipular e transmitir significativo número de imagens. Entretanto, malgrado a praticidade na consulta e acesso às imagens neles armazenadas, elas não são descritas de forma adequada, uma vez que a prática da descrição privilegia o conteúdo textual, em detrimento do visual.

A literatura revela também que os processos de representação do conteúdo imagético, tanto sob o aspecto descritivo quanto temático para a busca e recuperação de imagens, estão defasados no tempo e propõem uma revisitação da literatura da área para evidenciar as potencialidades dos bancos de imagens frente às necessidades atuais dos usuários.

A visão arquivística para estudar antigos e novos problemas do tratamento informacional estimula o diálogo entre as áreas de informação e tecnologia, com a finalidade de uma maior interação e colaboração no desenvolvimento de políticas de descrição e preservação de informação em meio digital, aprimorando a gestão da informação e do conhecimento.

Os estudos voltados para a teoria arquivística possuem inúmeras discussões significativas e bastante pertinentes para o amadurecimento da temática na disciplina. Abordam questões variadas perpassando por aspectos relativos ao contexto de produção, organicidade, valor documental, organização, diplomática, potencial informacional das fotografias, importância do respeito à proveniência, entre outros,

pontos que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do tema da fotografia como documento de arquivo.

São trabalhos que se mostram na maioria das vezes bem elaborados e importantes para o atual panorama do debate sobre documento fotográfico no Brasil. No entanto, consideramos que ainda em número insuficiente, dado a relevância do tema para área. A incipiência do número total de publicações sobre aspectos teórico-metodológicos da fotografia se torna evidente principalmente quando comparamos com o total de pesquisas que abordam o caráter prático, como veremos a seguir.

3.5.1.2 ESTUDOS DE CARÁTER PRÁTICO

Nesta subseção procuraremos apresentar as principais questões relacionadas a um viés prático de alguns dos artigos que abordam a fotografia desta maneira. Dos 50 estudos que compõe o Grupo 1 de pesquisa, uma maioria de 32 se mostra mais voltada para abordagens que possuem como eixo central apresentações de arquivos específicos e suas formas de organização e metodologias de trabalho. Propomo-nos aqui a comentar algumas das principais ideias que julgamos pertinentes disponibilizadas em alguns desses artigos.

O artigo mais antigo encontrado sobre o tema é o de Paes e Marques (1977), em obra pioneira na qual as autoras se questionam sobre como subsiste uma ideia errônea de que arquivistas manipulam apenas documentos convencionais, correspondência, memorandos, processos etc, e em resumo, lidam somente com papéis administrativos. Os demais documentos de uma instituição como relatórios técnicos, planos de trabalho, projetos, desenhos, plantas, são muitas vezes chamados impropriamente de arquivos técnicos.

Elas lembram já naquela época que há uma diferença que deve ser considerada entre arquivos especiais e arquivos especializados, embora mesmo esta diferenciação já estivesse sendo objeto de revisão, principalmente no tocante a ideia do “documento especial”. Arquivos especializados, explicam, são aqueles que têm sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana dentro de um campo específico, independentemente da forma física que apresentem, como, por exemplo, os arquivos

hospitalares ou arquivos médicos, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharia e assim por diante.

Denominam-se arquivos especiais aqueles que têm sob sua guarda documentos de formas físicas diversas e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação etc. Ambos, entretanto, estão perfeitamente inseridos no campo da Arquivologia, que dispõe dos princípios e técnicas adequadas à sua boa e correta organização. Essa abordagem mostra o tipo de problema que era debatido naqueles primeiros tempos (PAES; MARQUES, 1977).

O artigo de Melo e Parrela (2017) apresenta um estudo de caso sobre o lugar que a fotografia — enquanto documento arquivístico — ocupa nos arquivos municipais. O cenário da pesquisa foi o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Abordam-se o percurso das fotografias produzidas pela administração pública de Belo Horizonte, o quantitativo dos registros fotográficos custodiados pela instituição arquivística em questão e as possibilidades e desafios advindos da custódia destes.

Ao apresentar o ciclo de vida das fotografias, o tratamento dado a elas e a indicação do quantitativo desses registros sob a guarda do Arquivo, com base no fluxo de recolhimentos, as autoras apresentam um importante panorama geral da gestão de documentos em uma cidade de grande porte tendo como foco os registros fotográficos. A questão proposta é confirmar se está sendo feita uma correta e efetiva gestão documental fotográfica. Aliadas às teorias da área, buscam entender como o documento fotográfico percorre todo o caminho na administração pública desde a fase corrente até a fase permanente e se esse percurso é, de fato, o mais adequado.

Melo e Parrela (2017) apresentam um panorama dos arquivos correntes que exemplifica muito bem o encontrado em diversas outras instituições e as dificuldades quase intrínsecas em relação às fotografias em arquivos. Percebeu-se que alguns órgãos enviam as fotografias a suas bibliotecas, e que nesses espaços esses registros são compreendidos isoladamente (como coleções), e que as informações do conteúdo visual são supervalorizadas em detrimento do contexto de sua produção (órgão produtor e atividade) e essas transferências também colaboram, em diversas situações, para a perda de informações orgânicas. Dessa forma, fica claro que o empenho dos arquivos

(principalmente permanentes) para compreender as fotografias dentro de seu conjunto documental se torna demasiadamente importante para a garantia do valor de prova desses registros.

O patrimônio e a sua relação com a fotografia é um dos temas mais recorrentes nos artigos analisados, sobre isso Malverdes e Lopez (2016) trazem uma importante reflexão acerca do patrimônio fotográfico e os espaços de memória no Estado do Espírito Santo. Os autores entendem que a fotografia, como parte do patrimônio cultural brasileiro, vem sendo objeto de atenção de diferentes disciplinas, nos seus mais diversos aspectos. Assim o objetivo deste artigo foi analisar o conceito de patrimônio fotográfico e apresentar referências essenciais das instituições capixabas que custodiam importantes coleções e fundos fotográficos sobre o estado do Espírito Santo.

Como se percebe, embora tendo como objeto o Estado do Espírito Santo, esta pesquisa reflete muito bem também um panorama geral de diversos outros estados brasileiros, o que pode servir de insumo para outras análises em outras instituições.

Lembram que um plano ou programa deve contemplar aspectos como os ingressos, as instalações, a normalização e a racionalização documental, os instrumentos de descrição e controle, o acesso aos documentos e direitos, sua preservação e conservação, eliminação, etc. Deve abarcar desde o ingresso dos documentos até seu serviço, passando por sua organização e descrição. Em suma, é imprescindível dotarmos as instituições, previamente, de uma planificação que permita uma metodologia atualizada visando a um bom uso do patrimônio fotográfico, cujos conteúdos históricos, estéticos, culturais e comunicativos devem ser considerados (MALVERDES; LOPEZ, 2016).

Ao observarem os acervos, Malverdes e Lopez (2016) perceberam a ausência de uma política de aquisições sistemáticas e planejadas. Notam também a deficiência na coordenação entre as administrações públicas visando à recuperação, conservação e difusão dos fundos e coleções fotográficas. E, por fim, percebem a ausência de uma proposta de metodologia descritiva de um tratamento adequado, acompanhado de uma política de recursos humanos, visando estabelecer uma terminologia específica, as formas e sistemas de digitalização e de como oferecer e divulgar ao cidadão o patrimônio fotográfico do Espírito Santo. Assim, as pesquisas e as novas ferramentas da

informação devem trabalhar tendo em vista a tarefa de controle, de preservação e de difusão dos arquivos e das coleções fotográficas que compõem o patrimônio fotográfico.

Já Lopez e Carvalho (2013) nos trazem o único exemplo encontrado dentre os artigos pesquisados que de fato aborda objetivamente a importante função de classificação voltada para os arquivos fotográficos. O artigo analisa alguns efeitos da aplicação de instrumentos de classificação que se baseiam em temas/assuntos gerais como critério principal para representação orgânica de documentos fotográficos arquivísticos. O estudo apresenta, como exemplo, a situação encontrada no acervo fotográfico do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

A discussão coloca em pauta a necessidade de que o tratamento técnico dado aos documentos fotográficos de arquivo não se distancie dos princípios arquivísticos que devem ser aplicados aos documentos de natureza textual. Questiona-se ainda a pertinência do uso de tabelas classificadoras de natureza temática, já que nem sempre o assunto registrado guarda relação direta com as funções arquivísticas do documento. No caso dos registros fotográficos, muitas vezes, a atribuição de um assunto, escolhido a partir de uma listagem pré-definida, acaba por ocasionar um desvio do significado original do documento, como, segundo os autores, ficou evidente no ArPDF (LOPEZ; CARVALHO, 2013).

A classificação é uma função arquivística básica, da qual as outras dependem para serem efetivas e eficazes. Assim, uma classificação inconsistente compromete as demais funções arquivísticas. Ao classificar um documento é necessário vinculá-lo ao seu contexto de criação, para que não haja perda de sentido e/ou de capacidade de refletir a atividade que o gerou, mesmo que o documento esteja fisicamente separado do restante de seu conjunto. Para os autores, tais vínculos lógicos identificam a razão original dos documentos e manifestam-se por diferentes sistemas de representação, que, em geral abrangem três características: estrutura, assunto e função, concomitantemente ou separadamente.

Lembram Lopez e Carvalho (2013) que os documentos fotográficos de arquivo apresentam especificidades formais, que os diferenciam dos documentos convencionais, dificultando o tratamento técnico. A dificuldade de elaboração de modelos de

classificação de tais documentos por quadros temáticos previamente elaborados provoca sérios equívocos nas tentativas de organização de massas fotográficas acumuladas pautadas em instrumentos deste tipo.

Sugere-se a elaboração de modelos de classificação que possam, de fato, representar a organicidade e as funções arquivísticas, desde o momento da criação documental, devendo funcionar como uma salvaguarda para a manutenção de tais dados nos processos de transferência e/ou recolhimento. A organicidade pode ser preservada pela representação hierárquica e sistematizada da organização, com suas correspondentes funções (LOPEZ; CARVALHO, 2013).

O contexto administrativo de produção dos documentos é essencial para propiciar aos consulentes a compreensão sobre os motivos que levaram à criação do documento - impossível de serem percebidos somente através do conteúdo, principalmente quando se trata de documentos fotográficos -, bem como para evitar a atribuição inadequada de prazos de guarda e destinação final, resultantes da identificação equivocada dos documentos.

Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento tecnológico também impactou diretamente a Arquivologia e suas bases metodológicas. Apresentamos a seguir as obras identificadas que trabalham aspectos da informática no âmbito da arquivística. A grande quantidade de obras abordando aspectos tecnológicos e digitais nos mostra como a área vem caminhando bem nesta direção e mostrando-se uma alternativa eficaz para a problemática do documento fotográfico, principalmente nos novos tempos digitais.

Dentre as obras analisadas, o pioneirismo de uma abordagem tecnológica coube a Oliveira (1993), onde já no início da década de 1990 aborda o processo de informatização da Instituição de Memória Fotográfica da cidade de São Paulo. Alerta também para a necessidade - já debatida - da contextualização, comentando que essas imagens pouco contribuirão para o progresso de conhecimento histórico, sociológico, antropológico e/ou estético, se delas não se extrair o potencial informativo e/ou estético que as caracteriza, lembrando, portanto, que as fotografias não se constituem em meras ilustrações aos textos.

A digitalização é, de fato, uma das principais ferramentas tecnológicas utilizadas nos arquivos, tanto para facilitar e disseminar o acesso aos documentos quanto para preservação dos originais. Assim, é um tema recorrente dos artigos que debatem aspectos tecnológicos nos arquivos.

Esse é o tema do trabalho de Silva (2006) onde propõe reflexão introdutória acerca da digitalização de acervos fotográficos públicos para acesso remoto e de sua relevante aplicabilidade na tessitura social, no sentido da preservação da memória visual, do fortalecimento da identidade e do acesso a um conteúdo informacional pleno de elementos para a ampliação do conhecimento em todos os âmbitos de formação educacional e cultural. Aborda ainda conceitos associados ao contexto da elaboração de políticas de disseminação de conteúdos informacionais digitais. Indica a necessidade da idealização e implementação de novos modelos para a reunião, organização e disponibilização de imagens constituintes do acervo público, de forma a que provoquem uma ‘mudança no jeito de olhar’, visando a inseri-las efetivamente no processo informacional.

O interessante no estudo é que foram também investigados aspectos técnicos e novas metodologias de trabalho adotadas, demandas de consulentes e também limitações e necessidades institucionais no contexto de um “universo digital”, fórum privilegiado onde os diversos campos da representação e da produção humana apresentam-se interligados.

Compreende também Silva (2006) que se levando em consideração as possibilidades oferecidas pela tecnologia em relação à categoria dos acervos fotográficos públicos, a eficácia institucional passaria a estar associada à disponibilização digital remota de seus acervos para amplo segmento da sociedade. Esse fato maximizaria a sua utilização e satisfaria as necessidades e demandas da sociedade.

Além disso, o autor faz um importante alerta de que a seleção das imagens a serem convertidas constitui este complexo processo de tomada de decisões, que será contínuo. É errôneo imaginar que todas as fotografias de determinada coleção virão a integrar uma base de dados de imagens. O grande número de itens obriga a uma decisão cuidadosa sobre o que digitalizar, baseada em profundo conhecimento acerca da

natureza da coleção (e não do conteúdo pictorial das imagens) e no compromisso ético de contemplar as necessidades informacionais do público (SILVA, 2006).

Entende, por último, que considerando o grande interesse por imagens fotográficas, deveriam ser idealizados e implementados, em função dos novos contextos tecnológicos institucionais, novos modelos para se reunir, organizar e disponibilizar imagens constituintes do acervo público, de forma que provoquem uma ‘mudança no jeito de olhar’, visando a inseri-las efetivamente no processo informacional.

Outra característica ligada à tecnologia encontrada aqui é a utilização cada vez mais difundida de ferramentas digitais para gerenciamento, organização e descrição de documentos fotográficos em ambiente digital. Diversos textos apresentam estudos de casos onde foram utilizados alguns desses softwares que se mostram na maioria das vezes instrumentos cada vez mais importantes e eficientes para uma adequada gestão de documentos arquivísticos nesses novos tempos marcados por uma rápida e incessante evolução tecnológica.

No tocante à utilização de softwares pela comunidade arquivística constatamos a que o ICA-ATOM é um dos mais – se não o mais – aplicado pelos profissionais. Sua importância atual na Arquivologia se reflete na frequência de artigos que o elegem como tema. Destacamos o artigo de Assumpção, Lopez e Lemos (2016) que ao realizarem um estudo sobre a organização e tratamento descritivo para registros imagéticos trazem também um belo exemplo de utilização do ICA-Atom ao abordarem as possibilidades de um sistema de descrição arquivística online com registros imagéticos na execução de projetos culturais.

Na definição de qual software seria utilizado para a descrição dos arquivos online, foram definidos alguns critérios: teria de ser um software livre, com acesso total via web, que estivesse de acordo com as normatizações arquivísticas do ICA, que fosse flexível à customização e suportasse a implementação de um repositório simples ou múltiplos repositórios. O ICA-ATOM enquadrou-se em todos os requisitos preestabelecidos. A escolha do ICA-ATOM se deu pela sua adequação as já mencionadas normas internacionais arquivísticas e à possibilidade de uso de documentos digitais em vários formatos, como textos em formato doc ou PDF/A, áudio, filme e fotografias (ASSUMPCÃO; LOPEZ; LEMOS, 2016).

Para Assumpção, Lopez e Lemos (2016) a melhor maneira de preservar o conteúdo, contexto e estrutura de um documento é gerenciá-lo dentro de um sistema de arquivamento. Um sistema não é só uma peça de "Software". É um sistema completo para capturar, manter e acessar os documentos ao longo do tempo. Ou seja, ao adotarmos o uso de um software para descrição estamos buscando a visão de preservação e organicidade.

É válido destacar, no entanto, que o ICA-AtoM não é a única plataforma utilizada pelos profissionais da área no auxílio à organização e preservação dos documentos fotográficos. Um exemplo disso é o artigo de Cordenonsi, Flores e Ferreira (2010) que nos apresenta uma análise da aplicação do software Sepiades para o acervo fotográfico do Avenida Tênis Clube (ATC) visando a instrumentalização de um mecanismo de busca e acondicionamento apropriado para as fotografias digitais e analógicas do acervo fotográfico da entidade.

O Sepiades é, em poucas palavras, um software modelo de descrição de fotografias e que permite a inclusão de metadados. O trabalho com tal plataforma parece ter gerado bons frutos para a instituição, embora a utilização desse tipo de tecnologia sempre gere desafios para sua implementação plena.

Os autores lembram a importância da atividade de descrição, quando o objetivo de um trabalho é relacionar a um documento o máximo de informações pertinentes a ele. O processo de descrição necessita de um trabalho intenso e minucioso em toda a documentação, partindo-se sempre da estrutura como um todo até se chegar ao documento (CORDENONSI; FLORES; FERREIRA, 2010).

Saindo um pouco dos softwares propriamente ditos, mas ainda em relação ao uso de tecnologias da informação, alguns artigos buscam a utilização de outras ferramentas da informática na colaboração com a Arquivologia para o tratamento técnico de documentos fotográficos principalmente em suporte digital.

Souza (2016) discorre sobre o conceito de Big Data em repositórios fotográficos digitais, discutindo o potencial de algumas técnicas para a recuperação de imagens fotográficas em repositórios digitais de grande volume.

Segundo o autor, a discussão científica na área de acervos fotográficos vem sendo pautada pela premissa de que a fotografia carece de tratamento apropriado como documento de arquivo. Para além das disciplinas típicas do arquivo e da fotografia, a problemática vem evoluindo, passando a incorporar outras questões, por exemplo, os aspectos tecnológicos; a recuperação da informação em repositórios digitais e a maneira como as redes sociais e seus repositórios de imagens são organizados (SOUZA, 2016).

A existência do Big Data fotográfico, lembra Souza (2016), é resultado da captação massiva de documentos fotográficos. O envio automático de fotografias para repositórios digitais a partir de smartphones, computadores e outros *gadgets*, multiplicado pela quantidade de dispositivos e pessoas, garante massa crítica para a existência do fenômeno.

Percebe-se que tal realidade é radicalmente diferente da estrutura comparativamente rígida e estática de qualquer acervo analógico e requer ferramentas, métodos e modelos inovadores para se compreender o ciclo da informação nesse novo paradigma, e também para fazer a gestão, organização e recuperação da informação. A aplicação de novas técnicas para a gestão em repositórios fotográficos digitais talvez permita melhor compreender as características do repositório, suas relações, bem como determinar possíveis tendências e outros aspectos relevantes (SOUZA, 2016).

Entende-se que tais ferramentas, com o apoio institucional da esfera pública, podem proporcionar uma solução de custo tecnológico razoável e de baixo risco, ao mesmo tempo em que oferece elementos de reflexão teórica e prática operacional, reunindo esclarecimentos técnicos e até mesmo estímulos ao engajamento também dos futuros usuários finais do ambiente.

Os estudos de caráter prático representam a maioria dos trabalhos sobre documento fotográfico na Arquivologia e isso por si só já diz muito sobre o atual panorama encontrado na área sobre o tema. São trabalhos que em alguns casos buscam abordar alguns aspectos teóricos, mas em sua maioria são apresentações de arquivos específicos e de modelos e formas de trabalho utilizadas em tais circunstâncias.

Mais recentemente, vemos a presença de abordagens voltadas para ferramentas digitais de organização, descrição, preservação e acesso muito em função do próprio

desenvolvimento tecnológico no qual a área tem passado nos últimos anos, principalmente com o surgimento e difusão da documentação digital.

Algumas características gerais dos artigos científicos analisados no Grupo 1 (Fotografia como documento) devem ser mencionadas. Isso propiciará um entendimento mais consistente acerca do que foi debatido anteriormente e fornecerá meios para compreendermos a trajetória do registro fotográfico na Arquivologia a partir do material utilizado.

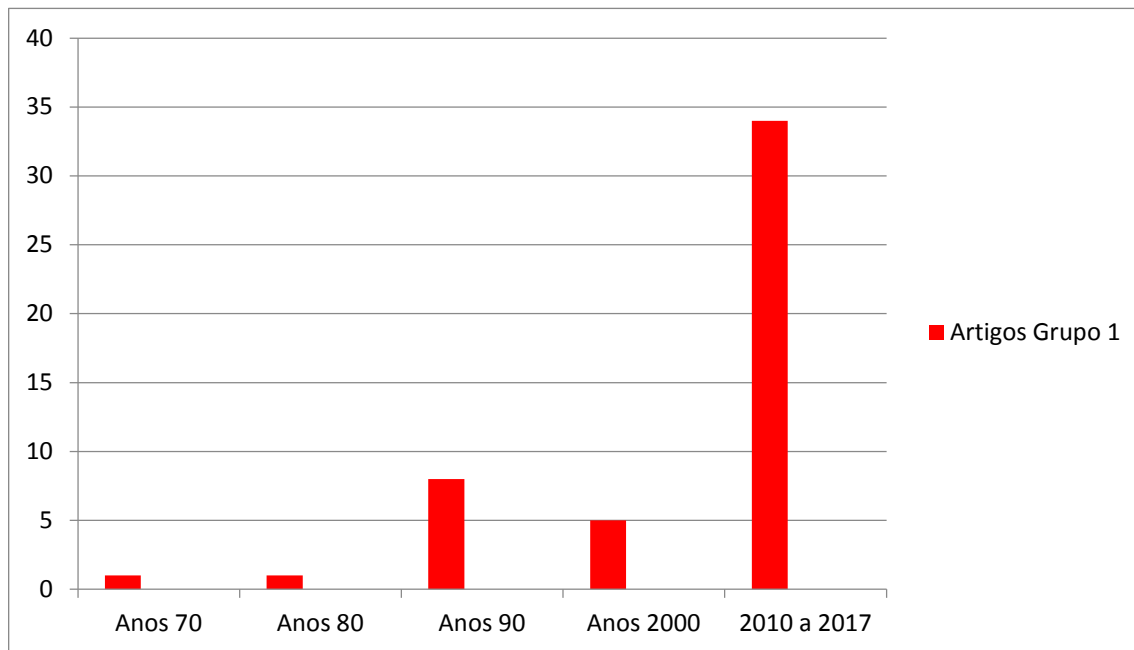
3.5.1.3 PANORAMA GERAL DO GRUPO 1 – FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

No tocante aos autores que produziram os artigos incluídos nesta categoria, vemos um claro protagonismo de historiadores desenvolvendo estas discussões até a década de 1990. Até este período o foco de debate se alinhava mais a apresentações práticas de arquivos e debates com pouca profundidade teórica de maneira geral. No entanto, o período posterior se caracteriza por um aumento de profissionais da área pesquisando e publicando cada vez mais. Arquivistas de formação e profissionais voltados para a Ciência da Informação debatendo ideias crescem bastante principalmente na última década, o que parece indicar dois movimentos: primeiro que os profissionais da área estão ocupando cada vez mais um espaço de reflexão teórica de sua própria disciplina, e em segundo lugar que tais reflexões estão se tornando mais complexas e refinadas, e o tema da fotografia, como não poderia deixar de ser também se beneficia desse panorama em desenvolvimento.

Aliado a isto, merece destaque também o fato do número de artigos tratando do documento fotográfico arquivístico ter crescido vertiginosamente através dos últimos anos. Na década de 1970 foi encontrado apenas 1 artigo, seguido da década de 1980 com somente 2. Na década de 1990 (muito em virtude de uma edição especial da revista *Acervo sobre fotografia*) foram identificados 8 artigos no total. Os anos 2000 mantêm uma média próxima da década anterior com 5 trabalhos sobre fotografia nos arquivos. O diferencial, no entanto, aparece quando analisamos os anos a partir de 2010, com um aumento exponencial (34 no total) de pesquisas sobre o tema nos mais diversos

periódicos. O gráfico abaixo ilustra bem tal crescimento de trabalhos abordando a fotografia no âmbito arquivístico na última década:

GRÁFICO 7: ARTIGOS QUE DEBATEM A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ATRÁVES DOS ANOS



Mas tal crescimento não se mostra apenas quantitativo, mas também qualitativo. Fica claro que os debates em torno do documento fotográfico vão se tornando mais elaborados com o passar dos tempos. Supera-se a mera exposição de acervos e o tratamento que lhes foi dado em prol de questões de maior complexidade, principalmente em torno do debate da necessidade do desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico mais sólido voltado para este tipo de documentação. O avanço, é necessário frisar, aconteceu, mas por outro lado devemos salientiar também que o caminho ainda é longo e que estudos aprofundando questões principalmente conceituais são extremamente necessários para a Arquivologia.

Em relação ao mencionado crescimento, merece destaque o periódico *Photo & Documento* organizado pela Universidade de Brasília (UnB) e o Grupo de Pesquisa

sobre Acervos Fotográficos (GPAF)¹⁵, que muito vem contribuindo para a atualização e aprofundamento do debate sobre a fotografia como objeto de estudo. Um periódico voltado especificamente para o documento fotográfico no âmbito dos arquivos é uma das marcas que comprovam como o debate evoluiu em importância para a área nos últimos tempos.

Outra justificativa que podemos encontrar para esse aumento diz respeito aos próprios avanços tecnológicos que repercutem cada vez mais no âmbito da Ciência da Informação e suas áreas, como Arquivologia. Como ficou claro, muitas são as ferramentas tecno-informacionais que se apresentam ao Arquivista nesses novos tempos demonstrando que a área tem evoluído bastante e buscado superar seu caráter analógico inicial.

A questão tecnológica, na verdade, nos encaminha para a segunda observação a ser feita sobre os periódicos estudados. O desenvolvimento tecnológico evidentemente repercute na área e como não poderia deixar de ser também no âmbito dos acervos fotográficos. É pertinente destacar que um número considerável de artigos analisados neste perfil (14 de um total de 50) trata justamente dos impactos de tais tecnologias e do processo de informatização dos arquivos, tendo como destaque os documentos fotográficos. Essas obras vão buscar aliar aspectos característicos da arquivística com o processamento técnico específico desses novos tempos digitais.

Antes do final do século passado, embora existisse também uma preocupação com o acesso aos documentos, a ideia de preservação se associava mais a conceitos como retenção e guarda. Atualmente, no entanto, ela passa a se constituir como uma área associada cada vez mais voltada ao acesso, formando um binômio em que preservar significa compartilhar, difundir. No universo digital, preservação e salvaguarda passam a ser sinônimos de acesso continuado, pelo maior tempo possível. Assim, prover meios de acesso ao legado registrado nos documentos de valor permanente e identificados como pertencentes à sociedade nos quais foram produzidos é

¹⁵ Vinculado a Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade Ciência da Informação e Documentação da UnB, o Grupo, criado em 2008, busca discutir abordagens relativas a documentos fotográficos, tendo como cenário mais amplo os documentos imagéticos. Fazem parte do escopo a discussão da própria formação de diferentes modalidades de acervo, e das diferentes origens, compreensões e usos do documento fotográfico.

um fator determinante do momento atual, que extrapola o paradigma da restrição ao manuseio do original quando a preservação era o grande objetivo.

Nesse contexto, a informática e as novas tecnologias advindas da sua evolução foram sendo incorporada aos processos de gerenciamento e preservação, conseguindo oferecer soluções para inúmeros problemas vivenciados no trabalho com acervos históricos.

Analisando os artigos selecionados parece ser cada vez mais evidente o fato de as instituições detentoras de acervos de valor permanente utilizarem da tecnologia da informação também como um auxílio nas atividades arquivísticas, como por exemplo, na publicação dos produtos das descrições arquivísticas e os representantes digitais dos documentos na internet. Tal prática é realizada com o objetivo de providenciar o acesso fácil e rápido à documentação, e complementarmente evita o manuseio excessivo da documentação em suporte papel.

Há que se frisar que a disponibilidade de programas e ferramentas fáceis de usar vem melhorando a integração das áreas da informação (como Arquivologia) como parte do desenvolvimento computacional, fornecendo-se modelos robustos de colaboração e compartilhamento de dados que permitirão que a pesquisa e o acesso aos documentos se desenvolvam cada vez mais.

Salienta-se, no entanto, que a utilização de algumas técnicas ainda carece de uma metodologia mais desenvolvida, sendo necessária a criação de modelos próprios para esse fim. As tecnologias necessárias estão disponíveis e vêm sendo alvo de forte desenvolvimento, tanto pela indústria como por pesquisadores em diversas instituições no Brasil e no mundo. Cabe também aos Arquivistas assumir sua posição como um profissional da informação e propor saídas para esse novo paradigma informacional que se apresenta no mundo moderno.

Entrando no mérito das funções arquivísticas¹⁶, a tabela a seguir visa demonstrar a quantidade de ocorrências objetivas destas nos artigos. Em outras palavras, busca-se através deste esforço demonstrar quando tais funções são objetos de discussões centrais

¹⁶ COUTURE, C; ROUSSEAU, J. Y. Fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

em tais obras. É válido mencionar que alguns textos não entram objetivamente no mérito de nenhuma função em específico, não figurando assim na relação a seguir:

TABELA 1: AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS NOS ARTIGOS SOBRE FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

| FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS | TOTAL ENCONTRADO |
|------------------------------|-------------------------|
| PRODUÇÃO | 2 |
| CLASSIFICAÇÃO | 1 |
| AVALIAÇÃO | 1 |
| DESCRIÇÃO | 14 |
| PRESERVAÇÃO | 12 |
| AQUISIÇÃO | 0 |
| DIFUSÃO | 9 |

Baseado nesta tabela, uma terceira característica que o presente estudo evidencia é o foco dos debates em torno do documento fotográfico se voltar quase que em sua totalidade para a fase permanente, ou seja, a grande maioria dos artigos abordam tais registros quando já são objetos de pesquisa histórica. Uma clara consequência disso é que atividades arquivísticas voltadas para arquivos permanentes - descrição, preservação e difusão - são os principais objetivos dos debates.

Por outro lado, as fases corrente e intermediária – onde se encontra o valor primário do documento - e suas atividades correlatas são pouquíssimo exploradas, tanto em relação a aspectos teóricos, quanto práticos.

Ao observarmos a tabela vemos primeiramente que a função e fase “produção” figura em somente 2 artigos dentre os 50 aqui observados. Uma atividade tão importante – central, na verdade – deveria sem dúvida alguma ser mais abordada por toda a comunidade arquivística quando se trata de documentos fotográficos.

Tal escassez de trabalhos voltados para a fase corrente também se comprova quando constatamos que Lopez e Carvalho (2013) nos trazem o único exemplo encontrado dentre os artigos pesquisados que de fato aborda objetivamente a importante atividade de classificação voltada para os arquivos fotográficos. A classificação orienta a organização intelectual do acervo de forma a refletir a estrutura organizacional e decisória da instituição e facilitar o acesso aos documentos produzidos, sendo assim de vital importância também para os documentos fotográficos.

A polissemia, advinda dos múltiplos usos aos quais podem estar sujeitos os materiais fotográficos seria talvez responsável pela abordagem confusa despendida aos documentos visuais quando se trata da classificação arquivística. No entanto, tal polissemia não deve interferir no tratamento documental, cuja tarefa é justamente eliminar seus múltiplos significados e reintegrá-los em seu contexto de origem, dando um enquadramento justo ao documento e estabilizando seu sentido. Dessa maneira, o interesse está sobre o uso primário do documento, aquele que lhe deu origem.

Quanto a também vital função arquivística de avaliação, o cenário anterior não se altera, um dos artigos mais antigos encontrado, de Lobo (1986), é o único exemplar a tratar de aspectos relativos a avaliação e seleção de fotografias.

Entende-se que os documentos fotográficos de arquivo devem também ser incluídos no processo de gestão documental, isto é, deveriam também ser submetidos aos processos de classificação e avaliação, sendo certamente respeitada as suas especificidades em comparação ao chamado “documento tradicional”: o textual.

A fotografia como documento de arquivo deve ser compreendida como registro ou produto de ações específicas que refletem as atividades funcionais de uma pessoa ou instituição. Em outras palavras, no tratamento arquivístico a compreensão dos documentos, quaisquer que sejam as técnicas, suportes ou gêneros, deve dar-se pelas funções administrativas e arquivísticas.

Entendemos que enquanto não forem destinados esforços dos pesquisadores da área no sentido de um aprimoramento teórico-metodológico da fotografia durante o momento do desempenho de suas atividades que justificaram sua criação (fase corrente)

persistirá em torno desse registro uma aura “especial” em detrimento de um efetivo reconhecimento documental arquivístico.

O avanço tecnológico aparece como uma questão de várias facetas, pois se é fato que tal avanço recente incidiu na democratização da produção fotográfica e na sua popularização científica e administrativa, tornando seu uso cada vez mais comum, tanto na administração pública quanto privada, merece menção nesse ponto o preconizado por Lopez (2000, p. 158) onde anota que a ampliação do uso administrativo de imagens nas organizações cresceu em um ritmo mais intenso do que a elaboração de procedimentos técnicos para sua gestão. Em outras palavras, parece estarmos diante de um descompasso entre o uso adequado de tais registros e metodologias eficientes para uma correta utilização.

Mediante a existência de um número cada vez maior de fotografias digitais, é necessário achar suporte na evolução tecnológica para se estabelecer os critérios essenciais de manutenção do contexto, dessa intenção administrativa, sem descartar também a descrição de conteúdo, que garantirão o acesso à informação oferecida pela documentação fotográfica.

Esse panorama parece tornar-se um ciclo que se retroalimenta: quando debatemos tão pouco sobre a fotografia em sua fase corrente, seu valor primário e as funções que as originaram contribuimos para um cenário na qual a fotografia ainda não é vista plenamente como um documento arquivístico quando comparada aos “documentos tradicionais”. Por outro lado, é necessário lembrar também que ela guarda especificidades. O desafio é construir um caminho que a compreenda na sua dimensão documental levando em conta as suas particularidades.

Em consequência a ideia do “documento especial” e a suposição de que todas as fotografias são inestimáveis objetos históricos que não devem ser descartadas continua. Em suma, ao focarmos majoritariamente na fase permanente e seu valor secundário, e abirmos mão de discussões sobre as outras fases colaboramos para a manutenção de um quadro na qual o documento fotográfico é visto tão somente como fonte histórica e não como um documento arquivístico que possui todo um ciclo de produção e utilização administrativa e probatória antes de chegar de fato na sua etapa final.

Não se trata de desmerecer a pesquisa e as atividades do arquivo permanente, mas de deixar claro que a fotografia quando encarada como um documento arquivístico deve estar incluída em todas as atividades da área. As condições de produção do documento são imprescindíveis para atribuição da natureza e função das fotografias. O documento fotográfico deve estar incluído no plano de classificação, deve também fazer parte da tabela de temporalidade e, se julgado necessário, ser encaminhado para a fase intermediária e posterior permanente. Caso contrário deve ser descartado como um documento como outro qualquer. Ao focarmos nos aspectos que definem o documento arquivístico, como organicidade, unicidade e proveniência, e não no seu gênero, e incluirmos esses registros nas funções preconizadas pela Arquivologia iremos contribuir certamente para o desenvolvimento das ideias em torno desta temática.

Outra característica, que está diretamente relacionada com a anterior é a corriqueira ligação feita entre fotografia e o conceito de patrimônio. São diversos os artigos que tratam da patrimonialização do documento fotográfico, e entendemos que isso também ocorre devido ao fato da fotografia ser encarada na grande maioria das vezes somente como uma fonte de pesquisa histórica. O conceito de patrimônio, embora importante e necessário, acaba contribuindo novamente para a sacralização do registro fotográfico.

É mais do que evidente que o patrimônio fotográfico nacional merece cuidado, mas novamente nos vemos diante do enaltecimento da fase permanente da fotografia e seu valor secundário por um lado e dos superficiais estudos em torno da fotografia enquanto documento administrativo em seu valor primário, por outro.

Uma última conclusão que tiramos deste estudo é que a fotografia na Arquivologia ainda necessita de um aprofundamento teórico geral maior. Dentre os 50 artigos que compõe esse Grupo 1 de análise, os estudos de caráter prático representam a maioria com 32 estudos no total, enquanto pesquisas que debatem aspectos conceituais e interpretativos ficam com apenas 18 e mesmo estes em muitos casos não conseguem propor muito além do existente, permanecendo tão somente em revisões de literatura e rediscutindo as principais ideias de autores como Lacerda e Lopez que são os principais nomes no Brasil sobre a temática.

Os trabalhos que abordam características práticas focam em sua maioria na apresentação das formas de organização e metodologias de trabalhos aplicadas em arquivos específicos. Embora em alguns casos busquem se alinhar com discussões teóricas que lhe cabem sobre o tema desenvolvido, em muitos casos são trabalhos que não passam de uma mera exposição e rediscussões.

Isso deixa evidente a dificuldade que a área encontra em aprofundar questões teórico-metodológicas e mesmo atualizar as existentes, em outras palavras, propor discussões inéditas relativas a aspectos interpretativos da imagem. Como dito anteriormente o cenário encontrado, embora claramente mais desenvolvido que algumas décadas atrás, ainda são o de estudos que focam excessivamente em apresentações práticas, estudos de casos específicos que embora sejam importantes necessitam de um suporte que a Arquivologia ainda parece carecer.

No entanto, é válido encerrar com um dado otimista: esse quadro de estudos parece estar se alterando, pois baseado nos artigos há uma tendência (principalmente na última década) de diminuição de trabalhos meramente expositivos em prol dos trabalhos mais elaborados em suas discussões. Quando analisados o grau de complexidade das obras, fica clara uma crescente de trabalhos nos últimos anos buscando discutir aspectos mais relevantes e conseqüentemente aprofundando o debate em torno do documento fotográfico no ambiente dos arquivos. A Arquivologia parece estar caminhando, ainda que devagar, na direção correta.

3.5.2 GRUPO 2 – FOTOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO

Prosseguimos agora com nossa análise do Grupo 2 – Fotografia como informação. É válido lembrar que o presente grupo engloba um total de 25 artigos. São obras variadas, que buscam analisar a fotografia sob inúmeros vieses distintos, tendo, no entanto, como eixo central o registro fotográfico visto através de uma perspectiva informacional. Continuando com a nossa mesma linha de pesquisa da análise do grupo anterior, buscaremos a seguir apresentar os aspectos centrais identificados em algumas das principais obras identificadas neste grupo.

A publicação mais antiga identificada aqui pertence à Netto, Freire e Pereira (2004) com seu trabalho apresentando os resultados obtidos no projeto Identificação e Análise de Imagem para Formação de um Sistema de Representação e Recuperação da Informação, financiado pela Coordenação Institucional de Ensino a Distância da UFPB.

Os autores consideram a imagem uma “entidade tripartida” para exercer as funções de representação e veículo informacional. Assim, ela deve ser composta de suporte, expressão imagética e conteúdo informacional. Como suporte entende-se a superfície e a técnica pela qual a imagem foi produzida - química, magnética ou digital. Como expressão imagética, está a composição da imagem em si, os seus elementos constitutivos e as relações que estabelecem entre si no espaço da imagem. E, como conteúdo informacional, as formas de interpretação das imagens, tais como a identificação individual dos elementos de sua composição, quer personagens, espaços, contextos sociais etc (AZEVEDO NETTO; FREIRE; PEREIRA, 2004).

Azevedo Netto, Freire e Pereira (2004) avaliam que, para que a recuperação da informação se efetive, é importante que o receptor/usuário dessa informação disponha de elementos que permitam a manipulação dos conceitos que definem as representações das imagens, isto é, que o receptor esteja interligado conceitualmente com a esfera documental dessas imagens. Para o entendimento dos conceitos que compõe determinada imagem, é necessário recorrer ao que foi definido dentro da ciência da informação como “análise de conceitos”. A teoria do conceito, explica o autor, é aquela que procura dar conta das formas de surgimento, definição e uso dos conceitos, enquanto unidades representacionais originárias na esfera do real.

No trabalho de Rodrigues (2007) somos apresentados a uma pesquisa que aborda alguns aspectos conceituais e históricos da imagem e da imagem fotográfica e enfoca algumas questões relativas à análise e à tematização da imagem fotográfica.

A imagem fotográfica é polissêmica por natureza, passível de inúmeros significados. Possui um sentido denotativo representado de modo literal por aquilo que se vê registrado em seu suporte físico, e um sentido conotativo que corresponde à sua polissemia. Para ser utilizada, a imagem fotográfica deve ser organizada, o que implica análise e tematização de seu conteúdo, indexação, armazenamento e recuperação.

Exatamente por ser polissêmica, ambígua e conotativa por natureza, gerando possibilidades de diversas interpretações, a maioria das imagens, quando utilizada em mídias de comunicação, vem acompanhada de títulos, legendas ou de algum outro tipo de identificação. O texto, nesse caso, supre deficiências da imagem, permitindo inserir a imagem num contexto histórico-documental – no qual se identifica o seu contexto real de produção, tendo aqui um link importante com a área da Arquivologia.

Com base no pensamento do autor pode-se inferir que a análise da imagem deve ser feita de forma bastante criteriosa, cuidadosa e detalhista, para que se possa chegar a uma adequada tematização. Quaisquer aspectos considerados podem auxiliar na definição dos seus contextos histórico e documentais e de seus sentidos conotativos.

A pesquisa científica de Froés (2007) também colabora para a interpretação da imagem, neste caso digital, através da apresentação de algumas teorias e técnicas fotográficas. Ao considerar a velocidade em que se desenvolvem as novas tecnologias na atualidade é possível perceber, em alguns casos, o distanciamento entre teoria e prática. Nota-se a construção de um ambiente pouco favorável à troca de conhecimentos: de um lado os teóricos que muitas vezes desconhecem as peculiaridades técnicas e práticas e, em contraponto, profissionais que por vezes ignoram conceitos teóricos fundamentais.

Dentro da abordagem teórica aplicada ao ensino da fotografia é comum se falar em fotografia analógica em contraposição à fotografia digital, utilizando-se do primeiro como sinônimo para a fotografia tradicional – baseada em princípios físico-químicos, com filme fotográfico – e o segundo para se referir às imagens digitais obtidas por meio do processo de figuração numérica. Tal abordagem deixa prevalecer a ideia de que uma fotografia digital não pode ser analógica e vice-versa, mas em pouco esclarece realmente as principais características de ambas as imagens, suas diferenças e similaridades (FROÉS, 2007).

Outro ponto interessante levantado por Froés (2007) é sobre a resistência no meio acadêmico pelo termo fotografia digital. Isso se dá pelo fato de se considerar que não existe caráter indiciário nesse tipo de imagem e, sendo assim, não haveria a possibilidade de “escrita da luz”. O fato é que tal relação também é possível ao processo digital. A autora esclarece que existe a luz e o caráter indiciário; assim como é

sensibilizado o filme fotográfico, também é sensibilizado o sensor que, por sua vez, gera informações por meio de cargas elétricas construindo assim a matriz numérica – em geral armazenada em cartões de memória específicos – que por sua vez pode ser comparada ao próprio filme fotográfico.

Conclui-se que imagens digitais podem, de fato, derivar de um processo fotográfico, o qual se aproxima do processo fotográfico tradicional. Na verdade, o que sucede é uma diferenciação do processo físico-químico em um processo lógico-matemático, processos nos quais a luz de maneira alguma deixa de ser fator preponderante, em ambos registrando seu desenho, mesmo que de formas diferentes.

Outra importante contribuição para a temática vem de Maimone e Tálamo (2009) onde em seu trabalho visam evidenciar algumas das metodologias de representação da informação imagética, revisitando a literatura da área e propondo um modelo de metodologia adaptada a museus brasileiros. Elabora-se uma proposta de metodologia de representação da informação imagética com base nas características de tratamento informacional.

A representação documentária da informação imagética em relação à representação de outros tipos de materiais como livros, artigos de revistas, jornais, etc. mostra-se atrasada devido às restritas e incipientes pesquisas nesta área de conhecimento. Neste sentido o objetivo deste artigo é mostrar algumas destas iniciativas, propondo um modelo metodológico que se adeque aos museus brasileiros.

A representação documentária é de fato a fase de expressão da análise. Seu objetivo é redigir representações, produzidas por meio de instrumentos intermediários que facilitem o acesso e a recuperação do conteúdo das manifestações da criatividade humana (MAIMONE; TÁLAMO, 2009).

Uma importante questão a ser levantada em relação à representação de documentos é que as linguagens documentárias são ferramentas linguísticas que permitem controlar o léxico com o qual se formulam as demandas dentro dos sistemas de informação. Desempenham, assim, uma função primordial nos processos de mediação entre as coleções documentais e os distintos tipos de usuários e tornam possível também o relacionamento entre obras de arte e coleções, assim como a

realização de estudos comparativos entre artistas, etapas criativas de um ou vários artistas, escolas, etc.

Em uma linha de pesquisa semelhante em relação a aspectos metodológicos no âmbito fotográfico, principalmente no tocante à representação da informação, temos o trabalho de Lunardelli e Tonello (2012), onde apresentam uma proposta de organização do arquivo fotográfico do Hospital do Câncer de Londrina. Evidenciou-se a contribuição da Linguística Textual e suas questões acerca da comunicabilidade textual.

A organização da informação decorre, entre outros fatores, de sua fiel representação. Em outras palavras, é possível afirmar que uma das possibilidades de organização da informação consiste em descrevê-la, ou seja, representá-la. Ao referirem-se às atividades de representação, julgam preciosa a acuidade na maneira de representar a informação, pois quanto mais fidedigna for aos conteúdos originais e suas formas significantes de expressão, mais bem-sucedidas serão as apreensões de conhecimento (LUNARDELLI; TONELLO, 2012).

Lunardelli e Tonello (2012) destacam também que na esfera da organização da Informação a representação do documento, seja ele textual ou imagético, dá-se por meio do enfoque descritivo ou temático. A representação descritiva identifica os aspectos materiais dos documentos. É normalizada por formatos e regras de catalogação e descrição bibliográfica. A representação temática por sua vez busca descrever o conteúdo dos documentos. Respalhada por técnicas e princípios da classificação e indexação, tem como produtos os resumos, palavras-chave, descritores.

A representação da informação torna-se atividade fundamental à instauração de novos cenários intelectuais, à medida que possibilita a reprodução do conteúdo do documento visando à apropriação por parte do usuário e lembram que, com relação aos textos imagéticos, esta representação se dá por intermédio da linguagem verbal.

Contudo, é relevante salientar que a passagem de um texto imagético para outro tipo de representação da informação, é uma operação semântica. Ela não obedece a uma regra precisa, mas varia em função de cada organismo e do analista que define os termos representativos, mesmo que intuitivamente, em função do interesse da instituição e de sua ocorrência.

Assumpção e Lopez (2013) desenvolvem em seu artigo um estudo sobre o registro imagético abordando a interpretação deste tipo de informação. O objetivo deste estudo é uma tentativa de entendimento do processo de interpretação e descrição das informações em registros imagéticos sob os aspectos cognitivos.

Este estudo tem relevância significativa para interpretação e descrição informacional de registros imagéticos em coleções, arquivos analógicos e on-line com a possibilidade de acesso, utilização e recuperação da informação no contexto da ciência da informação, pois as representações das informações, das imagens e dos objetos são feitas, em geral, por um tipo de linguagem, podendo ser escrita (sinais e símbolos), falada ou através da imagem pictórica/fotográfica. No entanto, quando estas fazem parte do contexto arquivístico, não trazem a informação do antes ou do que se refere à imagem.

Diante dos vários tipos de imagens e informações imagéticas que nos são apresentados e da falta de informação quando fazem parte de um contexto arquivístico e de acordo com o exposto, Assumpção e Lopez (2013) concluem que a interpretação imagética tem uma flexibilização que perpassa pelo desenvolvimento sociocultural do indivíduo para possibilidade de interpretação desde o seu motivo. A imagem é mutante, podendo assumir qualquer posição de acordo com a intencionalidade do usuário.

Ainda sob uma perspectiva cognitiva, merece menção o trabalho de Gonçalves, Oliveira e Neves (2016) sobre análise da informação imagética. Esta pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de suscitar uma reflexão sobre a interdisciplinaridade dentro da Ciência da Informação e a contribuição de outras disciplinas.

Gonçalves, Oliveira e Neves (2016) comentam que a principal característica percebida na imagem é a polissemia, a capacidade de gerar significados diversos. Quando falamos em imagem enquanto documento, esse fator vai ser determinante, tanto ao considerarmos diversos indexadores que fazem o tratamento de um documento, quanto dos diversos usuários que virão a acessá-lo. Isso porque cada indivíduo é detentor de uma percepção própria do mundo, que possivelmente vai refletir na maneira como observa e interpreta os fatos que lhe cercam.

A representação é uma capacidade cognitiva, pois resulta de uma capacidade de reflexão do uso da linguagem, onde o sujeito seleciona os termos e conceitos com intenção comunicativa, que pode ser verbal – utiliza-se da linguagem falada ou escrita – ou não verbal – utiliza-se de sinais não linguísticos, como imagens, por exemplo.

Destacam também que decompor um documento em informação disponível para que seja recuperado e usado para atender perfeitamente às necessidades de informação só é possível por meio do tratamento documental, isto é, da representação da informação. E para que esta seja representada é necessária à análise documental.

Concluem que as metodologias de análise documentária de imagens possibilitam um olhar (exame) denotativo e conotativo dos significados e sentidos da imagem. Olhar esse que tem início na percepção das formas, profundidade, cores, luz, relações espaciais, etc., que, por sua vez, possibilitam a organização e interpretação das impressões sensoriais, atribuindo significado ao meio. Assim, é a partir dessa percepção, que se torna possível fundamentar a capacidade imaginativa para uma adequada representação do conhecimento (GONÇALVES; OLIVEIRA; NEVES, 2016).

Outro trabalho que destaca a tríade Ciência da Informação, imagem e tecnologia pertence a Simionato, Pinho Neto e Santos (2015), onde apontam como o aprimoramento da tecnologia ocasionou o aumento da produção imagética, derivado de várias técnicas da fotografia e então, o desenvolvimento para a imagem digital.

Nessa aproximação da tecnologia e imagem elucidada diretamente o relacionamento com o estudo, análise, disseminação, preservação e representação para o acesso aos registros informacionais. Sob essas perspectivas, a imagem na Ciência da Informação é vista, em qualquer suporte e de qualquer tipologia documental, com a finalidade de garantir o melhor uso e reuso pelos usuários, por meio de uma variedade de meios de comunicação tanto analógicos quanto digitais.

Lembram Simionato, Pinho Neto e Santos (2015) também que vivemos em um mundo no qual a forma de geração de informação e de conhecimento é alterada constantemente por modelações que se ordenam em infinitas combinações. Nesse cenário, se encontra um fluxo imagético incontrolável em um trânsito de informações

imagéticas possibilitado por instrumentos legais de geração, apropriação, uso e reuso na construção de universos de discursos até então impensados.

Deste modo, a conceituação na Ciência da Informação por sua natureza e coerência transdisciplinar com outras áreas, adota como prática a preocupação com o verdadeiro sentido da criação imagética para que seja encaminhada aos usuários, de maneira coesa e conceitual a forma mais apropriada a sua linguagem (SIMIONATO; PINHO NETO; SANTOS, 2015).

Destacamos por último o estudo no âmbito do ensino da representação da informação de Simionato (2017). Propõe-se a reflexão de como os métodos de análise de assunto em fotografias devem fazer parte da composição do ensino da representação nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A partir de seus elementos de construção, a informação fotográfica traz uma subjetividade que no tratamento documental é considerada como um desafio para muitos profissionais da informação. Assim, as normativas para a representação de fotografias reproduzem formas mais detalhadas para sua análise documental, antecedente ao processo de representação (SIMIONATO, 2017).

Para Simionato (2017) a representação pode ser conceituada como um conjunto de convenções sintáticas e semânticas que torna possível descrever as coisas de forma intrínseca e extrínseca, e necessita de padrões para formalizar e adaptar a apresentação prevista e proposta ao usuário, com a finalidade de aperfeiçoar as buscas, o acesso e a localização.

Vale apontar a necessidade da criação de atributos ou mesmo a atribuição adequada de valores representativos às informações, para que estas se apresentem adequadamente aos usuários, por meio de uma recuperação eficiente e eficaz. Ou seja, os instrumentos para padronização dessas informações evitam alguns equívocos futuros (SIMIONATO, 2017).

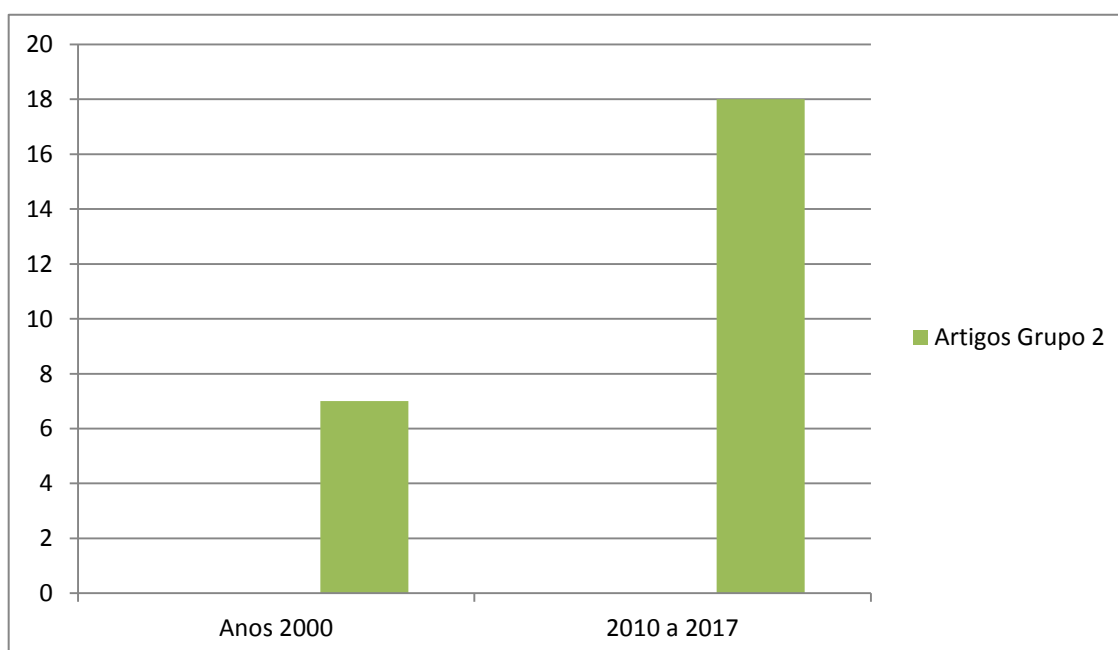
Para evitar isso, a autora afirma sobre a necessidade de se fazer uma análise e uma síntese do conteúdo imagético e, posteriormente, realizar a descrição e a compilação dos metadados. Nesses procedimentos estão inseridas as principais

operações da análise documental, sendo ainda incluídos os processos de classificação, indexação e condensação documentária.

3.5.2.1 PANORAMA GERAL DO GRUPO 2 – FOTOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO

Ao contrário dos artigos do Grupo 1, os trabalhos do Grupo 2 são todos relativamente recentes, não sendo identificada nenhuma publicação anterior a 2004. Destacamos, no entanto, como a temática do documento imagético cresceu significativamente na última década com 18 artigos encontrados, em contraponto ao período anterior com apenas 7. Novamente a explicação mais plausível encontra-se nos avanços tecnológicos dos últimos anos que ditaram uma mudança na forma de encarar as mais diversas questões nas mais diversas áreas de conhecimento. A Ciência da Informação não fugiu desse fenômeno, e novas abordagens se descortinaram diante de um novo paradigma informacional que certamente inclui os registros em forma de imagem. O gráfico abaixo ilustra bem o aumento exponencial dos trabalhos voltados para o documento fotográfico no âmbito da CI nos últimos tempos:

GRÁFICO 8: ARTIGOS QUE DEBATEM A FOTOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO ATRAVÉS DOS ANOS



Como explicado anteriormente, a ideia do Grupo 2 era de reunir todos artigos que debatessem aspectos teórico-metodológicos da fotografia/imagem em outras áreas senão a Arquivologia, e o cenário encontrado foi bastante promissor.

Primeiramente em relação aos autores que publicam os artigos incluídos nesta categoria de análise, percebemos um quadro diferente do detalhado no Grupo 1. Como dito, o Grupo 2 se caracteriza principalmente por textos recentes, aliado a isto destacamos também uma segunda característica: seus estudiosos são de inúmeras áreas diferentes. Certamente temos um foco majoritário de profissionais formados em Ciência da Informação e Biblioteconomia, mas destacamos também a presença de especialistas em Comunicação, Informática, Medicina, Engenharia, Geografia e até Astrofísica.

Em consequência disso, foram encontrados trabalhos em diferentes áreas de conhecimento abordando a imagem fotográfica sob inúmeros aspectos distintos. Destacamos aqui proposta de descrição voltada para a museologia, pesquisas pautadas na semiótica, interpretação da informação sob aspectos cognitivos, construção de significados através da arquitetura da informação, folksonomia, hermenêutica, aspectos bergsonianos da imagem, análise e tematização voltada para a Biblioteconomia, modelos conceituais para integração entre arquivos, bibliotecas e museus, metodologias de representação documental, abordagens relacionadas à Comunicação, entre outros.

Tais trabalhos se mostram na maioria das vezes bem elaborados e com debates pertinentes para uma efetiva interpretação da imagem fotográfica. É válido mencionar também que em muitos dos casos tais abordagens se voltam majoritariamente para o campo da Ciência da Informação, de onde retiram um profícuo debate de ideias em torno do documento fotográfico.

Como não poderia deixar de ser, a Ciência da Informação é sem dúvida alguma a área que mais trabalha esse tipo de registro neste grupo possuindo uma discussão teórica bem interessante. Por sinal, este é um tópico que merece destaque: os artigos da CI buscam com frequência trabalhar características interpretativas da imagem fotográfica. São diversos os trabalhos voltados para aspectos mais analíticos deste documento. Mesmo quando o artigo possui um viés mais prático, percebemos uma preocupação em

desenvolver alguma teoria que dê respaldo para o que está sendo apresentado, e não uma mera discussão introdutória e repetitiva.

A imagem, como sabemos, sempre foi um dos principais meios de comunicação na história da humanidade, conquistando, nos dias atuais, importância extraordinária, em especial com o advento da Internet e a difusão da comunicação global. A invenção da fotografia permitiu, desde o seu surgimento, uma expansão gradativa na produção e no uso de imagens. A imagem fotográfica é polissêmica por natureza, isso é, pode ser passível de inúmeros significados. Assim, para ser utilizada necessita ser organizada adequadamente, o que implica, de acordo os textos trabalhados nesse grupo, perpassar pela análise e tematização de seu conteúdo, indexação, armazenamento e recuperação, temas muito debatidos nos artigos analisados.

Através de nossa pesquisa dos artigos percebe-se que a CI possui isso muito bem delimitado e estruturado. Conseqüentemente o resultado disso são diversos estudos voltados justamente para indexação, organização e representação do conhecimento, análise documental, tematização e vocabulário controlado.

Dentre os vários enfoques que compõem os estudos em Ciência da Informação, evidencia-se a subárea denominada Organização e Representação do Conhecimento e da Informação. Ela é caracterizada como elemento que propicia a organização da informação, sendo fundamental para que se possa recuperar os inúmeros recursos informacionais existentes.

O tema da representação da imagem, por sinal, é o mais corriqueiro nos artigos analisados aqui, o que evidencia a importância que a Ciência da Informação atribui a interpretação da imagem para um adequado entendimento e uso da mesma.

Acreditamos que o grande trunfo da Ciência da Informação nesta busca por uma interpretação imagética do documento fotográfico se dá pela sua alta capacidade de interdisciplinaridade. Destacamos isso, pois através dos artigos analisados pudemos concluir que a interdisciplinaridade aqui não fica apenas no campo da ideia. Diversas são as publicações que de fato se utilizam objetivamente desse processo de integração recíproca entre disciplinas e campos do conhecimento tendo como eixo central o preconizado pela Ciência da Informação.

A interdisciplinaridade é um elo entre o entendimento das disciplinas nas suas mais variadas áreas. Sendo importante, pois, abrangem temáticas e conteúdos permitindo dessa forma recursos inovadores e dinâmicos, onde as aprendizagens são ampliadas. A Ciência da Informação parece ter as bases para abarcar eficazmente diferentes formas de analisar o documento fotográfico em um mesmo cerne, o que propicia inúmeras abordagens distintas e pertinentes em relação a imagem, mas que culminam para um mesmo foco temático.

Um aspecto que também chamou a atenção foi a diminuição de trabalhos voltados para a fotografia enquanto fonte de memória em comparação ao Grupo 1. São poucos os trabalhos que pudemos identificar que vão por esse viés, o que pode demonstrar que a Ciência da Informação possui preocupações diferentes quando comparada a Arquivologia em relação ao documento fotográfico.

Por se tratar de uma disciplina com objeto científico distinto, a Ciência da Informação dá mais atenção para os aspectos informacionais da fotografia e conseqüentemente menos para a dimensão física do registro. A fotografia é o veículo onde se encontra o eixo central da CI: a informação, neste caso imagética. Assim as abordagens que se apresentam focam mais no universo digital, na informática e suas ferramentas, ou seja, são trabalhos mais atuais enfatizando os novos desafios tecnológicos que a sociedade contemporânea nos impõe. Um exemplo disso foi a identificação de artigos que trabalham a fotografia no ambiente das redes sociais, com destaque para o Flickr e o Instagram.

Nos trabalhos específicos sobre redes sociais uma característica interessante é que diante das novas tecnologias, a sociedade em muitos casos não tem discutido a importância das imagens digitais, que se proliferou nas novas gerações. O 'ato imagético' muitas vezes tem se limitado ao gesto de produção: as novas gerações capturam retratos e paisagens em todos os lugares e de todas as maneiras sem de fato refletir sobre tal prática.

De maneira geral, os estudos que buscam uma aproximação entre tecnologia e imagem colaboram diretamente com a disseminação, preservação e representação para o acesso aos registros informacionais. Sob essas perspectivas, a imagem na Ciência da

Informação é vista com a finalidade de garantir o melhor uso e reuso pelos usuários, por meio de uma variedade de meios de comunicação tanto analógicos quanto digitais.

Enquanto a Arquivologia se volta principalmente para a inserção do documento fotográfico no elo orgânico do conjunto e como possibilitar sua difusão e acesso, a Ciência da Informação se interessa por questões de conteúdo, representação desse conteúdo visual em códigos verbais, abordagens relacionadas à leitura da imagem e, certamente, sobre sua disseminação e acesso também, no entanto seguindo de maneira incisiva os paradigmas tecnológicos atuais.

Isso demonstra que a Ciência da Informação possui uma discussão em torno da fotografia com enfoque mais tecno-informacional, direcionando suas abordagens em muitos casos para as dificuldades inerentes do documento fotográfico nos mais diversos âmbitos onde esse tipo de registro se encontra armazenado e disseminado atualmente.

Assim, no caso em questão, consideramos que a informação, uma vez “desterritorializada” de seus suportes analógicos pelo uso das tecnologias digitais permite pensar nos símbolos e seus significados como conteúdos informacionais “libertados” de seus suportes analógicos, do tipo fita, filme ou película, o que nos parece ser uma perspectiva interessante de ser analisada tendo em vista os novos tempos de tecnologias cada vez mais efêmeras. Importante destacar que esse acontecimento tecnológico, que inaugura o que alguns autores chamam de “sociedade da informação”, parece ter permitido, também na área de arquivos, ampliar o acesso simultâneo de conteúdos informacionais digitais a todos aqueles que busquem estudo ou pesquisa, seja como prova ou informação.

Essa informação nascida digital trafega em redes cada vez mais velozes e efêmeras. Preservar essas estruturas, ao menos em parte, em termos de conteúdo e ambiente tecnológico, é ainda um dos maiores desafios que os profissionais da informação – arquivistas – precisam enfrentar.

O contexto tecnológico, onde a informação trafega, é constantemente alterado pelo lançamento de novas gerações de equipamentos e softwares que acabam por se tornarem incompatíveis com aqueles que lhes antecederam. A informação imagética, ao

ser gerada, precisa obedecer a certas normas, requisitos e padrões para que sua preservação e acesso continuado sejam alcançados pelo máximo de tempo possível.

A importância dos documentos imagéticos na sociedade contemporânea é tão grande, que não podemos explicar, compreender, ou nos reportar a certos assuntos sem o testemunho das imagens. Contudo, se, por um lado, a imagem conquistou tamanha importância com os dispositivos digitais e eletrônicos, por outro impõe sérias dificuldades. E a razão disso é porque estamos vivendo outra explosão documental ainda mais avassaladora, que é a explosão ou excesso das imagens visuais, cujo enfrentamento reivindica outras modalidades metodológicas, teóricas e conceituais de lidar com esse material.

Ressalta-se aqui, que essa defasagem vem sendo suprida no campo da Ciência da Informação, em virtude da já mencionada incorporação de múltiplas áreas do conhecimento capazes de compreender os fenômenos imagéticos, segundo sua natureza singular. Essa integração de outras leituras sobre a linguagem visual é o que tem garantido a importância da Ciência da Informação no tocante a esta temática.

Muitos dos textos aqui trabalhados são mesmo inovadores nas suas propostas de trabalho o que demonstra que o tema vem ganhando atenção principalmente na última década e caminha para um amadurecimento teórico-metodológico que propiciará a interpretação e o entendimento da imagem de maneira mais adequada nos mais diversos locais onde ela se encontra armazenada e difundida.

Em suma, os artigos analisados no Grupo 2 merecem destaque pelo desenvolvimento do debate em torno do documento fotográfico, principalmente pelo desenvolvimento de questões relacionadas a análise e representação da imagem, aspectos que consideramos fundamentais para um melhor entendimento e interpretação da fotografia em sistemas de informação, como Arquivos.

Embora a Arquivologia e a Ciência da Informação possuam claramente objetivos e preocupações distintas, muito em virtude da própria diferença em relação ao objeto científico de cada área (documento x informação), entendemos que o arquivo, enquanto ambiente e disciplina, pode se beneficiar da abordagem desenvolvida na Ciência da Informação, na medida em que possui uma carência de bases teórico-

metodológica específica para o documento fotográfico e tais discussões desenvolvidas no ambiente da CI poderiam, à sua maneira, colaborar com a Arquivística em atividades como identificação do contexto, descrição, indexação e difusão, pois tais funções necessitam de modelos interpretativos que a Ciência da Informação parece possuir de maneira bem elaborada.

Da mesma maneira, a Arquivologia também pode colaborar com a discussão no âmbito da Ciência da Informação, na medida em que desenvolve atualmente um profícuo debate em torno ferramentas tecnológicas (como o já mencionado ICA-AtoM) para identificação de contexto, descrição, preservação e acesso de documentos fotográficos. Tais discussões podem ajudar no diálogo, sempre esperado, entre as duas disciplinas.

A Arquivologia sem dúvida alguma evoluiu bastante na discussão da temática dos documentos fotográficos nos últimos anos, mas, como dito, ainda encontra algumas barreiras principalmente teóricas. Como mencionado, a saída pode não ser das mais complexas: basta um olhar interdisciplinar para uma área bem próxima. As abordagens estão aí expostas em diversos artigos e tal relação recíproca seria de ganho mútuo.

CONCLUSÃO

Buscamos neste trabalho estudar a gênese da fotografia no século XIX intrinsecamente ligada ao seu uso documental, relacionado por sua vez ao seu suposto estatuto de verdade e fragmento do real. Posteriormente revisitamos a bibliografia acerca da trajetória do conceito de documento fotográfico no âmbito arquivístico, destacando e analisando questões relacionadas a contexto, valor documental, diplomática, e questões atuais tecnológicas em conexão com a abordagem da Ciência da Informação. Por último, nos propomos a elaborar uma pesquisa sobre a fotografia como objeto de estudo nas áreas da Arquivologia e Ciência da Informação a partir do levantamento, leitura e análise da produção científica resultante desse debate nos principais periódicos das áreas, buscando atualizar e aprofundar o debate sobre os documentos fotográficos em ambas as áreas, estabelecendo assim um quadro compreensivo e tecendo questionamentos em prol do desenvolvimento da temática.

Os periódicos analisados, entendidos como um dos principais canais de debate e desenvolvimento científico permitiu nos mostrar como a fotografia vem sendo percebida e trabalhada nas áreas da Arquivologia e Ciência da Informação. Foram destacadas as ideias que sustentam os debates teórico-metodológicos em torno do documento fotográfico nessas áreas, possibilitando estabelecer um panorama geral sobre a discussão e nossa análise acerca dele.

A Arquivologia ainda não possui uma metodologia totalmente estruturada que dê amplo suporte ao documento fotográfico em ambiente institucional, favorecendo assim sua organização de maneira arquivisticamente adequada. Acreditamos que isso em parte seja fruto de uma carência teórica que a disciplina possui, que conseqüentemente se materializa em um fazer arquivístico na maioria das vezes equivocado e na manutenção igualmente errônea de uma suposta qualidade “especial” da fotografia que acaba afastando-a dos procedimentos padrões da área. Tem-se, pois, um paradoxo na área, na qual diversos autores enaltecem os documentos visuais como grandes fontes do saber arquivístico, mas na prática o que vemos é que em muitos casos o documento fotográfico ainda não é visto como plenamente arquivístico.

A grande questão que se apresenta é a necessidade de os profissionais envolvidos no processo de organização da informação dar ao documento fotográfico,

independentemente de sua forma, suporte e conteúdo, o mesmo tratamento de todos os documentos de arquivo. Caso contrário, corre-se o risco de generalizações e de se perder o vínculo orgânico desses documentos.

No entanto, é necessário destacar também que a Arquivologia vem se desenvolvendo bastante nos últimos anos, com diversos trabalhos buscando aprofundar o debate em torno do documento fotográfico através de inúmeras perspectivas distintas e pertinentes. Em comparação há algumas décadas, o cenário claramente é de otimismo visto que aos poucos parece estarmos superando meras apresentações práticas de arquivos específicos e suas formas de organização em prol de uma verdadeira abordagem da fotografia como documento de arquivo bem estruturada e com uma sólida discussão teórico-metodológica.

O campo da Ciência da Informação, como visto, mostrou-se rico em debates sobre a informação em forma de imagem. Entendemos que a revolução digital e o fenômeno da desmaterialização são conceitos essenciais para se entender a fotografia sob o viés da CI, na medida em que diferentemente da Arquivologia, esta disciplina se preocupa muito mais com o conteúdo informacional do que com o suporte. Assim, muitos dos debates em torno desse registro neste campo do saber vão ao encontro da informação visual propriamente dita, o que acarreta em diversos estudos voltados para a análise e representação do conteúdo visual da imagem fotográfica.

Assim sendo, é possível declarar que a Ciência da Informação cumpre papel fundamental no trato de informações, já que lida com a essência que originará a formação do conhecimento. Este quadro conceitual situa a representação da informação como atividade propulsora de novos cenários intelectuais, pois permite reproduzir o conteúdo dos documentos visando sua recuperação e assimilação por parte dos usuários.

Neste cenário, entendemos ser imperativo o desenvolvimento de análises que discutam o estatuto da imagem e as especificidades inerentes desse registro. A busca por metodologias que pretendam analisar o conteúdo de imagens é de fundamental importância, visto que pretendem expressar de maneira objetiva e padronizada as informações contidas nestes materiais, recorrendo a aspectos como o seu contexto de produção.

Em suma, o presente estudo visou assim discutir e desenvolver o quadro exposto buscando, através da conceituação de documento fotográfico, problematizar suas características no âmbito institucional e sua constituição como registro. A pretensão de analisar o domínio registro fotográfico se baseou no entendimento da necessidade de estudos teóricos mais aprofundados que estabeleçam uma conexão mais eficaz com o preconizado pela Arquivologia, possibilitando assim uma melhor utilização e compreensão do registro fotográfico como documento arquivístico. Além disso, se baseou também na premissa da Ciência da Informação como uma área do conhecimento na qual o debate em torno da fotografia se dá um por viés distinto, mas pertinente com a Arquivística.

Portanto, esta pesquisa buscou assim colaborar para a ampliação e atualização o debate sobre a fotografia no universo dos arquivos e sobre a constituição do estatuto da fotografia enquanto documento e informação.

Concluimos que os estudos sobre a fotografia enquanto objeto teórico precisam avançar na construção de um arcabouço que perceba esse registro como portador de especificidades informacionais e documentais próprias, sempre a partir de uma colaboração interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

AGUSTÍN LACRUZ, M. C. El contenido de las imágenes y su análisis en entornos documentales. In: GÓMEZ DÍAZ, R.; AGUSTÍN LACRUZ, M. C. (Eds.), **Polisemias visuales**: aproximaciones a la alfabetización visual en la sociedad intercultural. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2010.

_____. La lectura de las imágenes fotográficas orientada hacia la representación documental. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 20, n. esp. 1, p.55-88, Fev, 2015.

ALBUQUERQUE, A. C. Os Caminhos do Documento Fotográfico e suas representações. **Baleia na Rede**: Revista online do Grupo Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura. Vol. 1, nº 5, Ano V, Nov./2008.

AMARAL, Luciana. **A importância do tratamento intelectual das fotografias visando à recuperação de imagens**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2009.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6021: **informação e documentação**: publicação periódica científica: apresentação. Rio de Janeiro, 2015.

ASSUMPCÃO, L. C. F.; LOPEZ, A. P. A.; LEMOS F. C. Organização e tratamento descritivo para registros imagéticos. **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 221-241, jan./jun.2016.

ASSUMPCÃO, L. C. F.; LOPEZ, A. P. A. Registros imagéticos: a interpretação da informação sob o aspecto cognitivo. **Comunicação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 87-106, jul./dez. 2013.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, n. 21. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2001, p. 9-34.

AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista histórica em reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-19, 2007.

AZEVEDO NETTO, C. X. A.; FREIRE, B. M. J.; PEREIRA, P. A representação de imagens no acervo da Biblioteca Digital Paulo Freire – proposta e percursos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.17-25, set./dez. 2004.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 19-21, out./dez. 1994.

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLOTO, H. Da gênese à função. O documento de arquivo como informação e testemunho. In: BELLOTO, H. **Arquivo, estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 329-344.

BOCCATO, V. R.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

BOTÃO, A. V. R.; SOUZA, R. F. Recuperação de imagens digitais e normalização arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 1, p. 93-108, jan/jun. 2013.

BRITO, G. N.; LIMA, I. F. Periódicos Científicos como Fonte de Informação: um estudo na Informação & Sociedade e na Biblionline. **Folha de Rosto**, v.1, n. 2, p. 49-60, jul./dez., 2015.

CARVALHO, V. C.; LIMA, S. F. Fotografias como objeto de coleção e conhecimento: por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental In: MAUAD, A. M. (Org.). **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 32, p. 15-35, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros**. 2014.

CORDENONSI, A. Z.; FLORES, D.; FERREIRA, R. R. Análise da aplicação do software Sepiades para um acervo fotográfico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 129 - 146, jul./jun. 2010.

CRESPO, I. M.; CAREGNATO, S. E. Periódicos científicos eletrônicos: identificação de características e estudo de três casos na área de Comunicação. **XVI Endocom – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação**, 2004.

CUENCA, A. M. B.; TANAKA, A.C.D. As novas tecnologias na comunicação científica: o uso da Internet pela comunidade de docentes da área de saúde pública. **Interação**, vol.8, n.6, 2003.

CUNHA, L. Publicações científicas por meio eletrônico: critérios, cuidados, vantagens e desvantagens. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 77- 92, jan./jun. 1997.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DODEBEI, V. L. D. L. M. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 2010.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico**. Trad. Marina Appenzeller. 2ª ed. Campinas (SP): Papirus, 1998.

EJARQUE, L. G. **Diccionario del archivero-bibliotecário**: terminologia de la elaboración, tratamiento y utilización de los materiales propios de los centros documentales. Gijón: Ediciones Trea, S. L., 2000.

FAGÁ, I. T; COSTA, L. S. F. Análise de conteúdo de imagens fotográficas: fatos históricos da UFSCar ao longo dos seus 40 anos. In: SOUSA, L. M. A.; FUJITA, M. S. L.; GRACIOSO, L. S. **A imagem em ciência da informação**: reflexões teóricas e experiências práticas. Cultura Acadêmica editora, Marília (SP), 2014.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRANCH, D. I. **La fotografia digital em los archivos: que és y como se trata.** Gijón: Ediciones Trea, 2008.

FRANCH, D. Iglésias. Materiales Fotográficos: Conocer, Analizar y preservar. **IV Jornada Provincial de Archiveros**, Córdoba: 19 de marzo de 2009.

FROÉS, T. S. Teorias e Técnicas Fotográficas: Contribuindo para a Interpretação da Imagem Digital. **Comunicação e Informação**, V 10, nº 1: pág 102 - 113 – jan/jun. 2007.

GALVÃO, M. C. B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan./abr., 1998.

GARCIA GUTIERREZ, A. **Outra Memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, E. F.; OLIVEIRA, R. A.; NEVES, D. A. B. Análise da informação imagética: uma abordagem sob a perspectiva cognitiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v.22, n. 3, p.110-135, set/dez. 2016.

GUERRA, C. B.; PINHEIRO, L. V. R. A imagem fotográfica como documento: desideratos de Otlet. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA INFORMAÇÃO**, João Pessoa. Anais... João Pessoa: Ideia Editora Universitária, 2009.

HUYSEN, A. Monumentos e memórias do Holocausto. In.: _____. **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JARDIM, J. M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 3ª ed. São Paulo: Editora Ateliê, 2002.

LACERDA, A. L. A imagem nos arquivos. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Org.). **Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 55-66.

_____. Arquivística e documentos fotográficos: origens de uma relação. In: *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, jul./dez. 2011.

_____. **A Fotografia nos Arquivos** - A produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH – USP, 2008.

_____. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v6. n1-2. Jan-dez. 1993.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Maria de Lourdes, MURGUIA, Eduardo Ismael. **Fotografia e Informação. IX ENANCIB**. São Paulo, 2008.

LOBO, L. L. Avaliação e Seleção de Fotografias. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n.1, abr.1982-ago. 1986.

LOPEZ, A. P. A.; REZENDE, Darcilene Sena. Adecuación de la descripción archivística de documentos fotográficos a estándares internacionales. In: Girona 2014: **Archivos e Industrias Culturales**. AMGi/ICA.

_____. Imagens e documentos fotográficos em arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, jan-jun. 2009 ex.2.

_____. O contexto arquivístico como diretriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo. **UNB**, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/303>>. Acessado em: 19 de junho de 2017

_____. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

LOPEZ, A. P. A.; CARVALHO, P. D. S. A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do arquivo público do Distrito Federal. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 271-279, jul./dez. 2013.

LUNARDELLI, R. S. A.; TONELLO, I. M. S. A preservação da memória imagética do Hospital do Câncer de Londrina: proposta de organização do acervo fotográfico. **Ágora**, Florianópolis, v. 22, n.44, p. 37-60, 2012.

MAIA, L. C. G. **Um estudo sobre o uso de periódicos eletrônicos**: o portal de periódicos CAPES na Universidade Federal de Minas. Dissertação de Mestrado: UFMG. Belo Horizonte, 2005.

MADIO, T. C. C. Uma Discussão dos Documentos Fotográficos em Ambiente de Arquivo. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos Avançados em Arquivologia**. Oficina.Universitária, São.Paulo: Cultura.Acadêmica, 2012, p. 55-68.

MAIMONE, G. D. **Estudo do tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas**: cenário paulista – análises e propostas. Dissertação de mestrado. PUC Campinas. Campinas (SP), 2007.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. M. Metodologias de representação da informação imagética. **TransInformação**, Campinas, 21(3): 181-196, set./dez., 2009.

_____. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. **DataGramaZero**-Revista de Ciência da Informação, v.9, n.2, abr. 2008.

MALVERDES, A.; LOPEZ, A. P. A. A fotografia e seus tentáculos: interpretações possíveis no universo dos arquivos. **InCID**: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 24-45, mar./ago. 2017.

_____. Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no Estado do Espírito Santo. **PontodeAcesso**, Salvador, v.10, n.2, p.59-80, ago. 2016.

MALVERDES, A. **O mundo dos cinemas de rua em imagens**: organização da informação e descrição de acervos fotográficos reunidos em coleções. Tese de doutorado. UNB. Brasília (DF), 2015.

MANINI, M. P. Leitura de Informações Imagéticas: ajustes ainda necessários ao “novo” paradigma. In: MANINI, M. P.; MARQUES, O. G.; MUNIZ, Nancy Campos (orgs.). **Imagem, Memória e Informação**. Brasília: Ícone Editora e Gráfica, 2010, p. 11-32.

_____. Aspectos informacionais do tratamento de documentos fotográficos tradicionais e digitais. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 10., 2009, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2009.

_____. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAUAD, A. M. **Poses e Flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2009.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MELO, S. A.; PARRELA, I. D. A fotografia como documento arquivístico e seu lugar nos arquivos municipais: o arquivo público da cidade de Belo Horizonte. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 55, p. 429-446, jul./dez., 2017.

MIRANDA, D. B.; PEREIRA, M. N. F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.

MOURA, M. A. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da intersubjetividade em processos de representação informacional. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 22 – 35.

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

NOGUEIRA, R. F.; DUQUE, C. G. Ontologia leve: requisitos necessários para a gestão arquivística de fotografias. **Photo e documento**, Brasília, n.3, 2017.

OLIVEIRA, L. M. **Direito autoral no acesso aberto a literatura científica**. 2008. 51f. Monografia (Graduação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, M.; MOTA, F.; ALVARADO, R.; **Comunidade científica e cientificidade da Ciência da Informação**, 2004.

OLIVEIRA, M. R. A memória fotográfica de São Paulo em processo de informatização. **Acervo**, Rio de Janeiro, v6. n.1-2.jan-dez.1993.

PAES, M. L.; MARQUES, E. H. R. Arquivos Fotográficos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, ago. 1977.

ROBLEDANO ARILLO, J. Documentación fotográfica en medios de comunicación social. In **Manual de documentación informativa**. Madrid: Cátedra, p. 183-290, 2000.

RODRIGUES, J. S. O papel do documento fotográfico nos arquivos. **Páginas a&b**. S.3, nº 8, p. 55-65, 2017.

RODRIGUES, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.

ROUILLE, A. **A Fotografia entre o documento e a arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac SP, 2009.

SCHMIDT, C. M. S. Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da arquivologia. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** (ENANCIB 2013).

SILVA, R. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006.

SILVA, S. M. F.; DUARTE, Z. A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. **PontodeAcesso**, Salvador, v.10, n.3, p.147-159, dez. 2016.

SIMIONATO, A. C. Métodos de análise de assunto em fotografia: estudo no âmbito do ensino da representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 532 – 545, maio/ago., 2017.

SIMIONATO, A. C.; PINHO NETO, J. A. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. Ciência da Informação, Imagem e Tecnologia. **Informação & Tecnologia (ITEC)**: Marília/João Pessoa, 2(1): 53-65, jan./jul., 2015.

SIQUEIRA, M. N. Arquivo e memória: algumas reflexões. **Revista Recine**, ed.9, p.115-119, 2012.

SIQUEIRA, M. N.; SOTUYO BLANCO, Pablo; Vieira, T. O. (Org.). **Documentação Audiovisual, Iconográfica, Sonoro e Musical**: Reflexões e propostas na CTDAIS-CONARQ. Salvador: EDUFBA, 2014.

SCHWARTZ, J. M. Records of simple truth and precision: photography, archives, and the illusion of control. **Archivaria**, v. 50, p. 1-50, 2000.

_____. We make our tools and our tools make us: lessons from photographs for the practice, politics, and poetics of diplomatics. **Archivaria**: The journal of the Association of canadian Archivist, n. 40, p. 40-74, Fall 1995.

_____. Coming to Terms with Photographs: Descriptive Standards, Linguistic "Othering," and the Margins of Archiviv. **Archivaria**, v. 54, jan. 2002.

_____. Negotiating the Visual Turn: New Perspectives on Images and Archives. **The American Archivist**: Spring/Summer, Vol. 67, No. 1, pp. 107-122, 2004.

SONTAG, S. **Ensaio sobre Fotografia**. Rio de Janeiro: Editora Arbor, 1981.

SOUZA, A. P.; ALBUQUERQUE, A. C. **O documento fotográfico na organização do conhecimento**: o processo de transcodificação na classificação arquivística. XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – SEPECH. Londrina, 27 a 29 de julho de 2016.

SOUZA, B. C. C. Big Data fotográfico e o potencial de recuperação da informação. **Photo e documento**, Brasília, n.2, 2016.

TOGNOLI, N. B. T.; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, pp.21-44, jan./mar. 2011.

VALLE GASTAMINZA, F. del. El análisis documental de la fotografía. In: VALLE GASTAMINZA, F. del. (ed.). **Documentación Fotográfica**, p. 121-123, 2001.

ZEMAN, J. O significado filosófico da noção de informação. In: **O conceito de informação na ciência contemporânea** – Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1970, p.154-179.

ANEXOS

LEVANTAMENTO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

| DELIMITAÇÃO DOS GRUPOS DE ANÁLISE | REFERÊNCIA DO GRUPO | RESULTADO |
|--|---------------------|-----------|
| Grupo 1: Fotografia como documento de arquivo e/ou debates dentro do contexto da Arquivologia | | 50 |
| Grupo 2: Questões teórico-metodológicas gerais sobre análise da fotografia/imagem (CI), mas pertinentes com o universo arquivístico | | 25 |
| Grupo 3: Fotografia como objeto de pesquisa e/ou fonte histórica: recurso ilustrativo; fotojornalismo: registro de memórias; entre outros | | 56 |
| Grupo 4: Aspectos técnicos e/ou relacionados a preservação e conservação da fotografia | | 4 |
| TOTAL: | | 135 |

| | |
|---------------------------------------|-------------|
| Total de Revistas Pesquisadas: | 43 |
| Período Pesquisado: | 1972 - 2017 |
| Total de Edições Pesquisadas: | 1364 |

| PERIÓDICO | CATEGORIA | LOCALIZAÇÃO | FILIAÇÃO | EDIÇÕES DISPONÍVEIS ONLINE | PRIMEIRA EDIÇÃO | ÚLTIMA EDIÇÃO | ARTIGOS SOBRE O TEMA | TÍTULO | FORMA DE UTILIZAÇÃO | ANO DE PUBLICAÇÃO | AUTOR(A) | FORMAÇÃO | ATUAÇÃO | AUTOR(A) 2 | FORMAÇÃO 2 | ATUAÇÃO 2 | AUTOR(A) 3 | FORMAÇÃO 3 | ATUAÇÃO 3 |
|-----------|---------------------------------------|----------------|---|----------------------------|-----------------|---------------|----------------------|--|---------------------|-------------------|------------------------------------|---------------------------------------|---|-------------------------------|---------------------------------------|--|--------------------|----------------------|---------------------|
| ACB | Ciência da Informação/Biblioteconomia | Santa Catarina | Movimento Associativo de Bibliotecários | 39 | 1996 | 2017 | 1 | Descrição do Acervo Fotográfico do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Período de 2010.1 a 2013.1 | | 2016 | Suélem Chrystina Leal da Silva | Ciência da Informação/Arquivologia | Consultora de Gestão Documental | Sonali Paula Molin Bedin | Ciência da Informação/Biblioteconomia | Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFSC) | | | |
| Acervo | Arquivologia/História | Rio de Janeiro | Arquivo Nacional | 46 | 1986 | 2017 | 20 | Documentação especial em arquivos públicos | | 1986 | Ana Maria de Lima Brandão | | Pesquisadora (FGV) | Paulo de Tarso Dias Paes Leme | | Pesquisador (AN) | | | |
| | | | | | | | | A Fotografia como Fonte Histórica: a experiência do CPDOC | | 1987 | Lúcia Lahmeyer Lobo | História/Ciência da Informação | Pesquisadora (CPDOC) | Ana Maria de Lima Brandão | | Pesquisadora (CPDOC) | Maurício Lissovsky | História/Comunicação | Pesquisador (CPDOC) |
| | | | | | | | | Três Mestres da Fotografia Brasileira no Século XIX | | 1993 | Pedro Vasquez | Fotografia/História | Pesquisador/Escritor | | | | | | |
| | | | | | | | | Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: Decifrando a Realidade Interior das Imagens do Passado | | 1993 | Boris Kossoy | Fotografia/História | Professor da Escola de Comunicação e Artes (USP)/Pesquisador | | | | | | |
| | | | | | | | | O Olho da História: Análise da Imagem Fotográfica na Construção de uma Memória sobre o Conflito de Canudos | | 1993 | Ana Maria Mauad | História | Professora Departamento História (UFF) | | | | | | |
| | | | | | | | | Os Sentidos da Imagem: Fotografias em Arquivos Pessoais | | 1993 | Aline Lopes de Lacerda | História/Comunicação | Professora/Pesquisadora (CPDOC) | | | | | | |
| | | | | | | | | O Dedo e a Orelha: Ascensão e Queda das Imagens nos Tempos Digitais | | 1993 | Maurício Lissovsky | História | Pesquisador (Instituto de Estudos da Religião) | | | | | | |
| | | | | | | | | Da Fotografia de Imprensa ao Fotojornalismo | | 1993 | Helouise Costa | Artes e Arquitetura | Pesquisadora (UFRJ) | | | | | | |
| | | | | | | | | Imagens da Cidade Colonial nas Imagens do Século XIX: O Rio de Janeiro no Brasil Pittoresco | | 1993 | Maria Inez Turazzi | História e Arquitetura | Pesquisadora (Museu Casa Benjamin Constant) | | | | | | |
| | | | | | | | | Espaços projetados: as representações da cidade de São Paulo nos álbuns fotográficos do início do século | | 1993 | Solange Ferraz de Lima | História | Pesquisadora (Museu Paulista-USP) | | | | | | |
| | | | | | | | | A Plasticidade Urbana: As Representações da Cidade de São Paulo nas Fotografias de 1950 | | 1993 | Vânia Carneiro de Carvalho | História | Pesquisadora (Museu Paulista-USP) | | | | | | |
| | | | | | | | | A Fotografia como Documento: Uma Instigação à Leitura | | 1993 | Maria Lúcia Cerutti Miguel | História | Pesquisadora (AN) | | | | | | |
| | | | | | | | | Novas Fontes para o Estudo do Século XIX: O Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional e o Projeto de Preservação e Conservação PROFOTO | | 1993 | Joaquim Marçal Ferreira de Andrade | Desenho Industrial/História | Pesquisador (BN)/Professor de Fotografia do Departamento de Artes (PUC) | | | | | | |
| | | | | | | | | A Memória Fotográfica de São Paulo em Processo de Informatização | | 1993 | Márcia Ribeiro de Oliveira | Museologia/Comunicação | Pesquisadora (ICU) | | | | | | |
| | | | | | | | | Centro de Conservação e Preservação Fotográfica | | 1993 | Solange Sette G. de Zúñiga | Ciência da Informação/Biblioteconomia | Pesquisadora (FUNARTE) | | | | | | |
| | | | | | | | | A Fotografia Além da Corte Expansão da fotografia no Brasil Império | | 2009 | Boris Kossoy | Fotografia/História | Professor da Escola de Comunicação e Artes (USP)/Pesquisador | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|-------------------|---|----|------|------|---|---|--|------|--|---------------------------------|---|--------------------------------|--|--|--|--|
| | | | | | | | | O Clique Francês do Brasil: A fotografia de Marcel Gautherot | | 2010 | Lygia Segala | Antropologia | Professora da Faculdade de Educação (UFF) | | | | | |
| | | | | | | | | Recuperação de Imagens Digitais e Normalização Arquivística | | 2013 | Antônio Victor Rodrigues Botão | Ciência da Informação | Professor do Departamento de Ciência da Informação (UFRJ) | Rosali Fernandez de Souza | Biblioteconomia/ Ciência da Informação | | | Pesquisadora (IBCT) |
| | | | | | | | | O Álbum das Obras do Porto do Rio de Janeiro: Uma Narrativa Visual | | 2015 | Maria Teresa Villela Bandeira de Mello | História | Pesquisadora (APERJ) | | | | | |
| | | | | | | | | Fotografia de Famílias e os Itinerários da Intimidade na História | | 2017 | Ana Maria Mauad | História | Professora do Departamento de História (UFF)/ Pesquisadora (CNPq) | Itan Cruz Ramos | História | | | Bolsista |
| Acesso Livre | Arquivologia | Rio de Janeiro | Associação dos Servidores do Arquivo Nacional | 8 | 2014 | 2017 | 1 | O IPHAN e seu Arquivo Fotográfico | | 2014 | Eduardo Augusto Costa | Arquitetura/História | Professor de História da Arquitetura (UNICAMP) | | | | | |
| Agora | Arquivologia | Santa Catarina | APESC e curso de Arquivologia (UFSC) | 55 | 1985 | 2017 | 4 | A Pesquisa Histórica Através do Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de Blumenau | | 1994 | Cristina Ferreira | História | | | | | | |
| | | | | | | | | Manual de Procedimentos para a Organização de Acervos Fotográficos | | 1998 | Cleuza Regina Costa Martins | Biblioteconomia/Arquivologia | Pesquisadora (APESC) | | | | | |
| | | | | | | | | A Preservação da Memória Imagética do Hospital do Câncer de Londrina: Proposta de Organização do Arquivo Fotográfico | | 2012 | Rosane S. Alvares Lunardelli | Biblioteconomia/Linguas | Professora do Departamento de Ciências da Informação (UEL) | Izângela Maria Sansoni Tonello | Arquivologia/Gestão da Informação | | | Professora do Departamento de Ciências da Informação (UEL) |
| | | | | | | | | A Fotografia como Documento Arquivístico e o seu lugar nos Arquivos Municipais: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte | | 2017 | Ivana Denise Parrela | História | Professora do Departamento de Ciências da Informação e curso de Arquivologia (UFMG) | Suellen Alves de Melo | Arquivologia | | | Discente |
| Analisando em Ciência da Informação (RACIn) | Ciência da Informação | Paraíba | Departamento de Ciência da Informação (UEPB) | 10 | 2013 | 2017 | 0 | | | | | | | | | | | |
| Archeion Online | Arquivologia | Paraíba | UEPB | 9 | 2015 | 2017 | 0 | | | | | | | | | | | |
| Arquivo & Administração | Arquivologia | Rio de Janeiro | AAB | 56 | 1972 | 2014 | 5 | Arquivos Fotográficos | | 1977 | Marilyne Leite Paes | Biblioteconomia/Documentação | Pesquisadora (CPDOC) | | | | | |
| | | | | | | | | Avaliação e Seleção de Fotografias | | 1986 | Lucia Lahmeyer Lobo | História/ Ciência da Informação | Pesquisadora (CPDOC) | | | | | |
| | | | | | | | | A Imagem na Arquivologia e na História | | 1998 | Maria Leonilda R. da Silva | História/Arquivologia | Pesquisadora (FGV) | | | | | |
| | | | | | | | | Imagens e Documentos Fotográficos em Arquivos | | 2009 | André Porto Ancona Lopez | História | Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UNB) | | | | | |
| | | | | | | | | Arquivística e Documentos Fotográficos: Origens de uma Relação | | 2011 | Aline Lopes de Lacerda | História/Comunicação | Professora/Pesquisadora (FIOCRUZ) | | | | | |
| AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento | Ciência da Informação | Paraná | Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação (UFPR) | 10 | 2011 | 2016 | 0 | | | | | | | | | | | |
| Biblionline | Biblioteconomia/ Ciência da Informação | Paraíba | Departamento de Ciência da Informação (UEPB) | 28 | 2005 | 2017 | 0 | | | | | | | | | | | |
| Biblos | Ciência da Informação | Rio Grande do Sul | Instituto de Ciências Humanas e da Informação (FURG) | 41 | 1985 | 2017 | 4 | Os Casamentos em Rio Grande: Uma Recordação a partir da Fotografia | | 1999 | Adriana Kivanski de Senna | História | Professora do Departamento de Biblioteconomia e História (FURG) | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|-------------------|--|-----|------|------|--|--|--|------|-----------------------------------|--|--|---------------------------------|--|---|----------------------|-----------------|---------------------|--|
| | | | | | | | | A Descrição de Documentos Fotográficos Através da ISAD(G) e AACR2: aproximações e diferenças | | 2010 | Ana Cristina de Albuquerque | Ciência da Informação | Professora de Biblioteconomia (UFMT) | Eduardo Ismael Murguia | História/Biblioteconomia/Educação | Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFF) | | | | |
| | | | | | | | | Aplicação do ICA-TOM no Acervo Fotográfico do Departamento de Arquivo Geral da UFSM | | 2014 | Henrique Machado dos Santos | Arquivologia | Arquivista (Escritório de Advocacia) | | | | | | | |
| | | | | | | | | Da Sala de Aula para a Prática: Uma Experiência entre Photogramas e Câmera Pinhole | | 2014 | Wendel Gibbon Oliveira | Arquivologia | Arquivista (Arquivo Público de São José do Norte) | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ciência da Informação | Ciência da Informação | Brasília-DF | IBCT | 111 | 1972 | 2015 | | A Representação de Imagens no Acervo da Biblioteca Digital Paulo Freire: 5 Proposta e Percursos | | 2004 | Carlos Xavier de Azevedo Netto | Ciência da Informação | Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFPA) | Bernardina Maria Juvenal Freire | Ciência da Informação/Biblioteconomia | Professora do Departamento de Biblioteconomia (UFPA) | Perpétua Pereira | Biblioteconomia | Bolsista | |
| | | | | | | | | Acervos Fotográficos Públicos: Uma Introdução sobre Digitalização no Contexto Político da Disseminação de Conteúdos | | 2006 | Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva | Ciência da Informação | Professor do Instituto de Ciência da Informação (UFBA) | | | | | | | |
| | | | | | | | | Uma Proposta para Gerenciamento e Preservação de Imagens em Medicina na EPM/Unifesp | | 2006 | Ana Paula Carrare | Informática/ Ciência da Computação | Professora (UCS) | Luiz Antonio Moura | Medicina | Professor (UNIFESP) | Luiz Henrique Amaral | Astrofísica | Professor (FCMSCSP) | |
| | | | | | | | | Análise e Tematização da Imagem Fotográfica | | 2007 | Ricardo Crisafulli Rodrigues | Ciência da Informação | Pesquisador (IBCT) | | | | | | | |
| | | | | | | | | Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro | | 2011 | Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva | Ciência da Informação | Professor do Instituto de Ciência da Informação (UFBA) | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ciência da Informação em Revista | Biblioteconomia/ Ciência da Informação | Alagoas | Curso de Biblioteconomia (UFAL) | 12 | 2014 | 2017 | | Várzea de Marituba/Brasil: Imagem e Texto Tecendo Memórias e Narrativas | | 2017 | Maria de Lourdes Lima | Ciência da Informação | Professora do Curso de Biblioteconomia (UFAL) | Regina Coeli Carneiro Marques | Geografia/Arquitetura | Professora (UFAL) | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Comunicação & Informação | Ciência da Informação/Comunicação | Goiás | Faculdade de Informação e Comunicação da (UFG) | 39 | 1998 | 2017 | | Fotografia Documental e o Início do Fotojornalismo | | 1999 | Lisbeth Oliveira | Comunicação/Jornalismo | Professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (UFG) | | | | | | | |
| | | | | | | | | Fotojornalismo Brasileiro e a Crise das Representações na Sociedade Pós-Industrial | | 2000 | Eduardo Bentes Monteiro | Jornalismo/Comunicação | Professor da Faculdade de Comunicação (UNB) | | | | | | | |
| | | | | | | | | Teorias e Técnicas Fotográficas: Contribuindo para a Interpretação da Imagem Digital | | 2007 | Thalita Sasse Fróes | Comunicação | Professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (UFG) | | | | | | | |
| | | | | | | | | A Imagem e o Exercício de um Pensamento Comunicacional Hoje | | 2008 | Aline Verissimo Monteiro | Comunicação | Professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing | | | | | | | |
| | | | | | | | | Registros Imagéticos: a Interpretação da Informação sob o Aspecto Cognitivo | | 2013 | Luiz Carlos Flóres de Assumpção | Ciência da Informação | Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UNB) | André Porto Ancona Lopez | História | Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UNB) | | | | |
| | | | | | | | | Íntimo e Distante: o Nordeste Maureen Bisilliat | | 2014 | Carla Adelina Craveiro Silva | Comunicação/Jornalismo | | Marcelo Eduardo Leite | Sociologia | Professor de Fotografia (UFCA) | | | | |
| | | | | | | | | Outros Olhares sobre o uso da Imagem em Pesquisa Qualitativa: o Exercício com a Interpretação de Didi Huberman | | 2014 | Vânia Lúcia Costa Aves Souza | Geografia | Professora (Secretaria de Educação) | Vânia Olária | Educação | Professora do Departamento de Educação (UNB) | | | | |
| | | | | | | | | Campeinato e Agricultura Familiar em Duas Imagens: o Sem-terra Raivoso e a Família Feliz | | 2015 | Patrícia da Veiga Borges | Comunicação | Pesquisadora (LECC/UFRRJ) | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Conhecimento em Ação | Ciência da Informação/Biblioteconomia | Rio de Janeiro | Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da FACC (UFRJ) | 4 | 2016 | 2017 | | Imagem, Memória e Informação: o Bergsonismo na Ciência da Informação | | 2017 | Solange Puntel Mostafa | Biblioteconomia/Ciência da Informação/Educação | Professora do Curso de Ciência da Informação (USP) | Miriam Paula Manini | Ciências Sociais/Ciência da Informação | Professor do Depto. de Ciências da Informação (UNB) | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Em Questão | Biblioteconomia/ Ciência da Informação/Comunicação | Rio Grande do Sul | Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS) | 38 | 2003 | 2017 | | A Imagem para Além do Bem e do Mal: 7 Prelúdio de uma Leitura Hermenêutica | | 2009 | Eduardo Yuji Yamamoto | Comunicação | Professor (UNICENTRO-PR) | | | | | | | |
| | | | | | | | | Sobre a Imperfeição Fotográfica: as Imagens Fixas e seus Deslizes de Movimentos | | 2010 | Elane Abreu | Comunicação | Professor (UFCA) | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------------------------|---------------------|--|----|------|------|---|--|--|--|------|--------------------------------------|---------------------------------------|---|--|-------------------------------|--|--------------------------------------|-------------------------------------|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | Memória Institucional por Meio da Organização Documental de Fotografias | | | 2016 | Roseane Souza de Mendonça | Ciência da Informação | Bibliotecária (UFPE) | Fabio Assis Pinho | Ciência da Informação | Professora do Depto. de Ciências da Informação (UFPE) | | | | | | | | |
| | | | | | | | | A Fotografia e seus Tentáculos: Interpretações Possíveis no Universo dos Arquivos | | | 2017 | André Malverdes | Ciência da Informação | Professor do Departamento de Arquivologia (UFES) | André Porto Ancona Lopez | História | Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UNB) | | | | | | | | |
| Informação & Informação | Ciência da Informação | Paraná | Departamento de Ciência da Informação (UEL) | 53 | 1996 | 2017 | 2 | Análise da Aplicação do Software Sepiades para um Acervo Fotográfico | | | 2010 | André Zanki Cordenonsi | Ciências da Computação | Professor do Núcleo de Tecnologia Educacional (UFESM) | Daniel Flores | Arquivologia/ Documentação | Professor do Curso de Arquivologia (UFESM) | Rogério Rocha Ferreira | Arquivologia/ Patrimônio Cultural | Arquivista no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Estado do Pará | | | | | |
| | | | | | | | | Métodos de análises de assunto em fotografias: Estudo no âmbito do ensino da representação da Informação | | | 2017 | Ana Carolina Simionato | Bibliotecária/Ciência da Informação | Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFSCAR) | | | | | | | | | | | |
| Informação & Sociedade Estudos | Ciência da Informação | Paraíba | Departamento de Ciência da Informação (UFPB) | 58 | 1991 | 2017 | 2 | Memória e Fotografia: Um Estudo sobre a Informação Visual em São Carlos (SP) | | | 2000 | Marcio de Assumpção Pereira da Silva | Bibliotecária | Professor do Departamento de Comunicação Social e Bibliotecária (UFC) | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Preservação Digital de Fotografias | | | 2014 | Catherine da Silva Cunha | Bibliotecária/Patrimônio Cultural | Bibliotecária (FRGS) | Carlos Blaya Perez | Bibliotecária | Professor do Depto. de Documentação (UFESM) | | | | | | | | |
| Informação & Tecnologia | Ciência da Informação | | ANCIB | 4 | 2014 | 2015 | 1 | Ciência da Informação, Imagem e Tecnologia | | | 2015 | Ana Carolina Simionato | Bibliotecária/Ciência da Informação | Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFSCAR) | Júlio Afonso Sá de Pinho Neto | Comunicação | Professor do Departamento de Comunicação (UFBA) | Plácida L. V. Amorim da Costa Santos | Bibliotecária/Ciência da Informação | Professora do Departamento de | | | | | |
| Informação Arquivística | Arquivologia | Rio de Janeiro | AAERJ | 8 | 2012 | 2016 | 1 | Análise e Aplicação do Software Livre ICA-TOM como ferramenta para descrição e Acesso às Informações do Patrimônio Documental e Histórico do Município de Santa Maria (RS) | | | 2014 | Dhion C. Hedlund | Patrimônio Cultural | Professora do Curso de Arquivologia (FURG) | Daniel Flores | Arquivologia/ Documentação | Professor do Curso de Arquivologia (UFESM) | | | | | | | | |
| Informação em Pauta | Ciência da Informação | Ceará | Departamento de Ciência da Informação (UFC) | 5 | 2016 | 2017 | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Informação na Sociedade Contemporânea | Ciência da Informação | Rio Grande do Norte | Departamento de Ciência da Informação (UFRN) | 4 | 2014 | 2017 | 1 | Preservação da memória através da fotografia e sua disseminação para a comunidade universitária no âmbito da AGECOM/UFRN | | | 2017 | Rafaela Karoline Galdino de Moura | Bibliotecária/Ciência da Informação | Bolsista | Francisco de Assis Noverto Galdino de Araújo | Ciência da Informação | Professor do Departamento de Ciência da Informação (UFRN) | | | | | | | | |
| Informação@Profissões | Ciência da Informação | Paraná | Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UEL) | 9 | 2012 | 2017 | 1 | Álbuns Fotográficos Digitais: Organização, Representação e Preservação da Herança Cultural | | | 2017 | Ana Carolina Simionato | Bibliotecária/Ciência da Informação | Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFSCAR) | | | | | | | | | | | |
| Liinc em Revista | Ciência da Informação | Rio de Janeiro | UFRJ/IBCT | 26 | 2005 | 2017 | 1 | Os álbuns fotográficos online e a construção do acontecimento: atribuições de sentido a partir da composição imagética dos protestos de junho | | | 2014 | Eliza Bacheaga Casadei | Ciência da Comunicação | Professora na Escola Superior de Propaganda e Marketing | | | | | | | | | | | |
| Múltiplos Olhares em Ciência da Informação | Ciência da Informação | Minas Gerais | UFMG | 13 | 2012 | 2017 | 1 | O Patrimônio Fotográfico da USP campus Ribeirão Preto | | | 2011 | Rita de Cássia dos Santos Aguiar | Ciências da Informação e Documentação | Bolsista (USP) | Giulia Crippa | Arquivologia/História | Professora do curso de Ciências da Informação e Documentação (USP) | | | | | | | | |
| Perspectivas em Ciência da Informação | Ciência da Informação | Minas Gerais | Escola de Ciência da Informação (UFMG) | 71 | 1996 | 2017 | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Perspectivas em Gestão do Conhecimento | Ciência da Informação | Paraíba | Departamento de Ciência da Informação (UFPB)/IBCT | 21 | 2011 | 2017 | 1 | A Classificação Arquivística por Assuntos em Documentos Fotográficos: O Exemplo do Arquivo Público do Distrito Federal | | | 2013 | André Porto Ancona Lopez | História | Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UNB) | Pedro Davi Silva Carvalho | Arquivologia | Bolsista (UNB) | | | | | | | | |
| Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Bibliotecária | Ciência da Informação/Bibliotecária | Paraíba | Departamento de Ciência da Informação (UFPB)/CNPq | 24 | 2006 | 2017 | 1 | Arquivo Pessoal e Fotografias: Lugar de Construção Fotoaudiográfica | | | 2015 | Eveline Filgueiras Gonçalves | Bibliotecária/Ciência da Informação | Bibliotecária (UNB) | Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque | Letras/ Ciência da Informação | Professor do Instituto de Ciência da Informação (UFBA) | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------------------------------------|-------------|------------|---|------|------|----|---|--|------|----------------------------------|---------------------------------------|--|--------------------------|---------------------------------|---|----------------------|----------|---------------------------------------|
| Photo & Documento | Ciência da Informação/Arquivologia | Brasília-DF | GPAF (UNB) | 3 | 2016 | 2017 | 21 | Atôm e as necessidades do documento fotográfico | | 2016 | Natália de Lima SARAIVA | Arquivologia/Ciência da Informação | Arquivista (Ministério das Comunicações) | | | | | | |
| | | | | | | | | Indexação social de imagens por meio do Flickr | | 2016 | Thais Helen do Nascimento SANTOS | Arquivologia/Informação e Comunicação | Arquivista (UFPR) | | | | | | |
| | | | | | | | | El gesto y el archivo: la fotografía y la anamnesis argentina | | 2016 | Carlos Eduardo MASOTTA | Antropologia/Filosofia | Professor/Pesquisador | | | | | | |
| | | | | | | | | La importancia de la fotografía en organizaciones defensoras de derechos humanos: el caso de la Asociación Caminos de Esperanza Madres de la Candelaria | | 2016 | Aura Marcela MESA PULGARIN | Arquivologia | | | | | | | |
| | | | | | | | | Reflexões sobre fotografia, arquivo e direitos humanos | | 2016 | Laila Figueiredo DI PIETRO | Biblioteconomia/Ciência da Informação | | | | | | | |
| | | | | | | | | Fotografia publicitária: construção de significado e arquitetura da informação | | 2016 | Bruno Carvalho Castro SOUZA | Engenharia de Produção | Pesquisador no CPAI - (UNB) | Mamede LIMA-MARQUES | Ciência da Computação | Pesquisador no CPAI - (UNB) | | | |
| | | | | | | | | A fotografia no Movimento Xingu Vivo: visibilidade e ampliação de impacto social | | 2016 | Camila Aranha dos REIS | Arte e Cultura Contemporânea | Bolsista (UFPR) | | | | | | |
| | | | | | | | | El uso informativo de las fotografías en ABC desde 1903 | | 2016 | Juan Manuel BARCELO SANCHEZ | | Professor de Ciência da Informação (Universidad Complutense de Madrid) | | | | | | |
| | | | | | | | | Fotografia, representação e cultura visual sobre a América Latina: Sebastião Salgado, Pierre Verger, Cartier-Bresson e Manuel Álvarez Bravo | | 2016 | Sergio Luiz Pereira da SILVA | Sociologia/Ciências Sociais | Professor do Departamento de Ciências Sociais (UNIRIO) | | | | | | |
| | | | | | | | | La fotografía de prensa en Argentina durante la década del 1960: modernización e internacionalización del periodismo gráfico | | 2016 | Cora GAMARNIK | Ciências Sociais | Professora da Universidad de Buenos Aires | | | | | | |
| | | | | | | | | Fotografia e Ciência da Informação: uma primeira abordagem | | 2016 | Eduardo Bentes Monteiro | Comunicação | Professor da Faculdade de Comunicação (UNB) | | | | | | |
| | | | | | | | | Memórias: sobre a fotografia, diferentes tempos e leituras | | 2016 | Amanda AREIAS | Educação, Artes e História | Fotógrafa/Artista Visual | | | | | | |
| | | | | | | | | MetaDOC - Catalogación audiovisual y puesta en línea: documentales e investigación: trayectoria y resultados parciales | | 2016 | Lourdes ROCA ORTIZ | Antropologia/História/Comunicação | Pesquisadora do Instituto Mora | Felipe MORALES LEAL | Ciências da Comunicação | Pesquisador do Laboratorio Audiovisual de Investigación Social (LAIS) | | | |
| | | | | | | | | Big data fotográfico e o potencial de recuperação da informação | | 2016 | Bruno Carvalho Castro SOUZA | Engenharia de Produção | Pesquisador no CPAI - (UNB) | | | | | | |
| | | | | | | | | El rol de los colectivos fotográficos como agencias de contrainformación: el caso del Movimiento Argentino de Fotografías Independientes Autoconvocadas | | 2016 | Maria Belén ROSBIER | Ciências da Comunicação | Professora de Ciências da Comunicação da Universidad de Buenos Aires | | | | | | |
| | | | | | | | | Indexação de imagens fotográficas no Instagram: representação subjetiva das hashtags | | 2017 | Marilucy da Silva FERREIRA | Ciência da Informação | Professora de Curso Técnico em Biblioteca | | | | | | |
| | | | | | | | | A produção social da identidade e da diferença na fotografia de Augusto Malta | | 2017 | Dolores Eugênia de REZENDE | Comunicação Social/Memória Social | | | | | | | |
| | | | | | | | | El uso de la fotografía y la Ciencia Ciudadana como herramientas para la conservación de la biodiversidad | | 2017 | Lauraborse BORSELLINO | Ciências da Comunicação | | | | | | | |
| | | | | | | | | Pensar os caminhos da fotografia em arquivos públicos: como são constituídos os acervos? | | 2017 | Bruno de Andréa ROMA | História | Pesquisador no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo | | | | | | |
| | | | | | | | | Ontologia leve: requisitos necessários para a gestão arquivística de fotografias | | 2017 | Rodrigo de Freitas NOGUEIRA | Arquivologia/Ciência da Informação | Técnico Administrativo (UNB) | Claudio Gottschalg Duque | Produção e Gestão da Informação | Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UNB) | | | |
| | | | | | | | | Voces en la fotografía: un encuentro con la memoria del habitante | | 2017 | Angela DUENAS-HERNÁNDEZ | Educação/Ciências Sociais | Pesquisadora da Fundación Caribe Vivo | Angélica BARAJAS MONTIEL | Literatura | Pesquisadora da Fundación Caribe Vivo | Liz SIERRA HERNANDEZ | Biología | Pesquisadora da Fundación Caribe Vivo |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|----------------|---|----|------|------|---|--|--|------|----------------------------------|--|---|--------------------------------|--|---|--------------------|----------------------------|---|
| Revista do AGCRI | Arquivologia/História | Rio de Janeiro | Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro | 13 | 2007 | 2017 | 8 | Imagens secretas: Fotografias da Polícia Política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro | | 2010 | Maria Teresa Ferreira Bastos | Letras/Comunicação Social | Professora da Escola de Comunicação (UFRJ) | | | | | | |
| | | | | | | | | Fotografia e modernidade – a imprensa carioca na primeira metade do século XX | | 2010 | Silvana Louzada | Comunicação | Professora do Instituto de Humanidades (UCAM) | | | | | | |
| | | | | | | | | Augusto Malta: o fotógrafo-de-Pereira-Passos? | | 2011 | Viviane da Silva Araujo | História | Professora (UNILA) | | | | | | |
| | | | | | | | | Quatro variações em torno do tema acervos fotográficos | | 2013 | Aline Lopes de Lacerda | História/Comunicação | Professora/Pesquisadora (FIOCRUZ) | | | | | | |
| | | | | | | | | Perspectivas de pesquisa em acervos fotográficos a partir da experiência do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos | | 2013 | André Porto Ancona Lopez | História | Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UNB) | | | | | | |
| | | | | | | | | Visibilidade e difusão do patrimônio fotográfico. Proposta para a criação de um guia de coleções e fundos fotográficos da Espana, de Portugal e da Ibero-América | | 2013 | Antonia Salvador Benitez | Documentação | Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação (Universidade Complutense de Madrid) | | | | | | |
| | | | | | | | | O gerenciamento de conteúdos digitais no acervo fotográfico do Instituto Moreira Sales | | 2013 | Roberta Zanatta | Ciências Sociais | Pesquisadora (IMS) | | | | | | |
| | | | | | | | | A construção da noção de documentos especiais na Arquivologia | | 2015 | Anna Carla Almeida Mariz | Arquivologia/ Ciência da Informação | Professora do Departamento de Arquivologia (UNIRIO) | Thiago de Oliveira Vieira | Arquivologia | Arquivista (AN) | | | |
| Revista do Arquivo | Arquivologia/História | São Paulo | Arquivo Público do Estado de São Paulo | 5 | 2015 | 2017 | 0 | | | | | | | | | | | | |
| Revista do Arquivo Público Mineiro | Arquivologia/História | Minas Gerais | Arquivo Público Mineiro | 70 | 1896 | 2015 | 3 | Informatação de Acervos Fotográficos | | 2007 | Glivan Rodrigues dos Santos | | Pesquisador (Fundação Clovis Salgado) | | | | | | |
| | | | | | | | | Olindo Belem, fotógrafo de Belo Horizonte | | 2009 | Rogério Pereira de Arruda | História/Comunicação | Professor (UFVJM) | | | | | | |
| | | | | | | | | Trajetórias de Fotógrafos: Arquivos de Uma Geração | | 2009 | Maria Eliza Linhares Borges | História/Sociologia | Professora (UFMG) | | | | | | |
| Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação | Ciência da Informação | | ANCIB | 13 | 2008 | 2016 | 0 | | | | | | | | | | | | |
| Transinformação | Ciência da Informação | São Paulo | Faculdade de Biblioteconomia e Centro de Ciências Humanas(PUC-Campinas) | 71 | 1989 | 2016 | 3 | Metodologias de Representação da Informação Imagética | | 2009 | Giovana Deliberati Maimone | Ciência da Informação | Professora da Escola de Comunicação e Artes (USP) | Maria de Fátima Moreira Tálamo | Ciências da Comunicação | Professora da Escola de Comunicação e Artes | | | |
| | | | | | | | | Proposição de um conjunto de metadados para descrição de arquivos fotográficos considerando a Nobrade e a Sepiades | | 2009 | Neiva Pavezí | Arquivologia/Patrimônio | Arquivista (UFSM) | Daniel Flores | Arquivologia/ Documentação | Professor do Curso de Arquivologia (UFSM) | Carlos Blaya PEREZ | Arquivologia/ Documentação | Professor do Curso de Arquivologia (UFSM) |
| | | | | | | | | Análise e indexação da paisagem: o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | | 2016 | Vera Lucia Punzi Barcelos Capone | Biblioteconomia/ Ciência da Informação | Pesquisadora (IBGE) | Rosa Inês de Novais Cordeiro | Biblioteconomia/Arquivologia/Comunicação | Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFF) | | | |